



ACADEMIA MILITAR

A Cooperação Técnico Policial entre Portugal e Moçambique: O Papel da GNR na Formação da Polícia da República de Moçambique

Autor: Aspirante de Infantaria-GNR Adérito Arrone Fijamo

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria- GNR Rui Alberto Ribeiro Veloso

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2014



ACADEMIA MILITAR

A Cooperação Técnico Policial entre Portugal e Moçambique: O Papel da GNR na Formação da Polícia da República de Moçambique

Autor: Aspirante de Infantaria-GNR Adérito Arrone Fijamo

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria- GNR Rui Alberto Ribeiro Veloso

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2014

Dedicatória

*À memória de **Adolfo Arrone Fijamo**, pela constante fonte de inspiração e
pela falta que me fez;
À **Esperança Júlio Mondlane**, por tudo aquilo que sou hoje e pelo que serei
amanhã.*

Agradecimentos

Este Trabalho de Investigação Aplicada constitui um requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, e embora seja um trabalho de natureza individual, não seria possível sem a ajuda de várias pessoas que importa referenciar e agradecer pelo contributo prestado:

Em primeiro lugar, aos meus pais, pelos sacrifícios que fizeram para que eu pudesse aceder a Educação Superior e pelo constante apoio e inspiração;

Ao senhor Tenente-Coronel da GNR Rui Alberto Ribeiro Veloso, meu orientador, sem cuja lúcida e permanente orientação não seria possível a materialização deste trabalho;

Ao senhor Dr. Joaquim Bule, Assessor do Ministro do Interior de Moçambique, pela força e amizade e ao Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Interior, na pessoa do senhor Dr. Mário Jorge, pelo apoio prestado;

Ao senhor Coronel da GNR Paulo António Pereira Soares, antigo Oficial de Ligação do MAI junto à Embaixada da República Portuguesa em Maputo, pela forma correta e profissional que dirigiu todo o processo de admissão à Academia Militar;

Ao Comando Geral da PRM, pela confiança que depositaram em mim e a Unidade de Proteção de Altas Individualidades, pela força e apoio;

À Academia Militar, e aos Senhores Diretores dos Cursos da GNR na Academia Militar, e aos Oficiais, Sargentos e Guardas da GNR afetos ao Gabinete da GNR na Academia Militar, pela constante motivação e apoio nos 06 anos de Curso;

Aos Oficiais que muito enriqueceram este trabalho ao aceitar responder as entrevistas que suportam esta obra;

Ao Vestibular-2009 e ao XIXº Tirocínio Para Oficiais da Guarda Nacional Republicana, pela camaradagem, apoio e amizade;

A todos os que contribuíram para a minha formação com Pessoa e como Militar...

... Obrigado por tudo.

Arrone Fijamo

Resumo

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, com o título de “A Cooperação Técnico Policial entre Portugal e Moçambique: O Papel da GNR na Formação Polícia da República de Moçambique”, constitui um requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na Especialidade de Segurança e tem como objetivo identificar o contributo da GNR para a formação dos Quadros da Polícia da República de Moçambique à luz dos Programas de Cooperação Técnico-Policial entre Portugal e Moçambique, no período compreendido entre os anos de 2005 a 2013.

O Trabalho encontra-se dividido em duas partes, uma teórica e a outra prática, conforme a norma de elaboração dos Trabalhos de Investigação Aplicada da Academia Militar. Na Parte Teórica, iniciamos o trabalho com o enquadramento do tema e a justificação da sua escolha; de seguida colocamos as questões que norteiam esta investigação e as respetivas hipóteses de respostas às mesmas.

Depois, fazemos o enquadramento teórico sobre a Cooperação Portuguesa em Moçambique, onde analisamos os acordos em matéria de segurança assinados entre os dois Estados, as áreas e os objetivos da cooperação em matéria de segurança, os Programas Indicativos de Cooperação e o Projeto da União Europeia para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Ministério do Interior. Seguidamente fizemos o estudo dos conceitos de Polícia e de Modelos Policiais para caracterizarmos os Modelos Policiais de Portugal e Moçambique e por fim caracterizamos as principais Forças de Segurança que participam ativamente nos Projetos de Cooperação Técnico Policial

De seguida, analisamos os dados quantitativos relativos à participação da GNR em ações de Formação de Quadros da Polícia da República de Moçambique, em Moçambique e em Portugal, e posteriormente procedemos à recolha da Informação qualitativa sobre a participação da GNR nos ações de formação à Polícia da República de Moçambique através da análise do conteúdo das entrevistas feitas a individualidades com conhecimentos sobre a dinâmica da Cooperação Técnico Policial entre a GNR e a Polícia da República de Moçambique.

Por fim, conclui-se que a GNR desempenha um papel preponderante na formação da Polícia da República de Moçambique ao conduzir ações de formação e de assessoria que podem possibilitar o aumento da capacidade de intervenção da Polícia da República de Moçambique no âmbito da sua atividade de segurança interna, quer através da formação de Quadros, como também pela assistência na revisão e modernização dos currículos dos cursos e no apoio à reestruturação orgânica da Polícia da República de Moçambique

Palavras-chave: Portugal, Moçambique, Cooperação, GNR, Polícia.

Abstract

This Final Scientific Report for the Work of Applied Research, with the subject "The Police Technical Cooperation between Portugal and Mozambique: The Role of GNR in Training of the Mozambique Police Force", is a partial requirement for achievement of the master's degree in Military Sciences in Specialty and Security and is the culmination of the Officers training Course at the Military Academy, and aims to identify the contribution of the GNR for the formation of the Republic of Mozambique Policeman in the framework of the Officer-Technical Cooperation Program between Portugal and Mozambique in the period between 2005 to 2013.

The work is divided into two parts, one theoretical and the other practical, as the standard of preparation of Final Scientific Report in Military Academy. In Theoretical Part, we started working with the framework of the topic and the justification for the choice of the same; then we put the questions that guide this research and the respective hypotheses response.

Then we make a theoretical framework about the Portuguese Cooperation in Mozambique where we analyzed the agreements on security signed between the two countries, areas and objectives of cooperation on security, the Indicative Cooperation Programs and Project of the European Union to support the institutional development of the Ministry of Interior. Then we did the study of the concepts of Police and Cops Models to Cops Models of Portugal and Mozambique and finally we characterize major security forces who actively participate in the Police Cooperation Projects.

The practical part of the work begins with a description of the methodology and procedures used for the collection of empirical data that supports this research to help answer the questions that guide this Final Scientific Report.

Next, we analyze the quantitative data related to the GNR participation in actions of Training Mozambicans Policeman in Mozambique and Portugal and subsequently proceeded to collect qualitative information on the participation of GNR in the training activities of the Republic of Mozambique Police Force, through the content analysis of the

interviews to individuals with knowledge of the dynamics of Police Technical Cooperation between the GNR and the Republic of Mozambique Police Force

Finally it is concluded that GNR plays a leading role in shaping the Republic of Mozambique Police Force carrying out training activities and advisory services that can increase the potential capacity of intervention of Republic of Mozambique Police Force in its internal security activity, either through the formation of leaders, as well as for assisting in the modernization of the curricula of the courses and support for restructuring Republic of Mozambique Police Force organic structure.

Keywords: Portugal, Mozambique, Cooperation, GNR, Police

Índice Geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract.....	vi
Índice Geral	viii
Índice de Figuras	xii
Índice de Quadros.....	xiii
Índice de Tabelas.....	xv
Lista de Apêndices e Anexos.....	xvi
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xvii

PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO..... 1

Capítulo 1: Apresentação do Trabalho de Investigação 1

1.1. Introdução.....	1
1.2. Enquadramento do Tema.....	1
1.3. Justificação do Tema	2
1.4. Objetivos Gerais e Específicos da Investigação.....	3
1.5. Questões da Investigação	4
1.6. Hipóteses	4
1.7. Metodologia da Investigação.....	5
1.8. Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos.....	5

Capítulo 2: Enquadramento Teórico e Conceptual 7

2.1. Introdução.....	7
2.2. O Quadro Estratégico da Cooperação Portuguesa	7
2.3. A Figura do Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna	9

2.4. A Cooperação Bilateral em Matéria de Segurança entre Portugal e Moçambique.....	9
2.4.1. Áreas e Objetivos da Cooperação em Matéria Policial entre Portugal e Moçambique	10
2.5. Os Programas Indicativos de Cooperação entre Portugal e Moçambique	11
2.5.1. O Programa Indicativo de Cooperação 2004-2006.....	12
2.5.2. O Programa de Indicativo de Cooperação 2007-2009	13
2.6. O Projeto da UE para o apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT	13
2.7. Síntese Sobre o Capítulo	14
Capítulo 3: Caraterização dos Parceiros da CTP entre Portugal e Moçambique.....	15
3.1. Introdução.....	15
3.2. Conceito de Polícia e Modelos Policiais	15
3.3. O Sistema Segurança Pública em Portugal	16
3.3.1. Caraterização e Organização Geral da Guarda Nacional Republicana	17
3.3.2. Caraterização e Organização Geral da Polícia de Segurança Pública.....	18
3.4. O Sistema de Segurança Pública de Moçambique	19
3.4.1. Caraterização e Organização Geral da Polícia da República de Moçambique	20
3.5. Síntese Sobre o Capítulo	22
PARTE II: TRABALHO DE CAMPO.....	23
Capítulo 4: Metodologia e Procedimentos	23
4.1. Introdução.....	23
4.2. Métodos de Abordagem ao Problema	23
4.3. Técnicas, Procedimentos e Meios	24
4.4. Procedimentos de Recolha e Análise de Dados	24
4.5. Locais de Pesquisa e Instrumentos de Recolha de Dados	25
4.6. Amostragem: Composição e Justificação.....	25

Capítulo 5: Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados	27
5.1. Introdução.....	27
5.2. Apresentação dos Dados Quantitativos sobre a Participação da GNR na CTP.....	27
5.2.1. Dados Relativos ao Programa Indicativo de Cooperação 2004-2006	27
5.2.2. Dados Relativos ao Programa Indicativo de Cooperação 2007-2009	28
5.2.2.1. Formação em Moçambique.....	28
5.2.2.2. Formação em Portugal	29
5.2.3. Dados Relativos ao Projeto da UE para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT (PIC 2011- 2014)	29
5.2.4. Análise e Discussão dos Dados Quantitativos	30
5.3. Análise das Entrevistas.....	32
5.3.1. Apresentação dos Dados das Entrevistas ao Grupo I.....	32
5.3.2. Apresentação dos Dados das Entrevistas ao Grupo II	37
5.4. Análise e Discussão dos Resultados das Entrevistas.....	45
 Capítulo 6: Conclusões e Recomendações	 49
6.1. Introdução.....	49
6.2. Cumprimento dos Objetivos.....	49
6.3. Verificação das Hipóteses	50
6.4. Resposta às Questões da Investigação.....	51
6.5. Limitações da Investigação	54
6.6. Propostas de Investigações Futuras	54
 Bibliografia.....	 55
Glossário	61
 Apêndices.....	 A-1
Apêndice A: Solicitação da Entrevista às Entidades Portuguesas.....	A-1
Apêndice B: Solicitação da Entrevista às Entidades Moçambicanas	A-2

Apêndice C: Credencial do MINT a Autorizar a Realização das Entrevistas	A-3
Apêndice D: Guião da Entrevista A	A-4
Apêndice E: Guião da Entrevista B	A-5
Apêndice F: Síntese das Respostas às Entrevistas ao Grupo I	A-6
Apêndice G: Síntese das Respostas às Entrevistas ao Grupo II	A-12
Apêndice H: Organigrama do Ministério do Interior de Moçambique	A-23
Apêndice I: As Forças e os Serviços de Segurança da República de Moçambique	A-24
Apêndice J: Organigrama da Polícia da República de Moçambique	A-25
Apêndice K: Evolução do número de Membros da PRM formados pela GNR	A-26
 Anexos.....	 B-1
Anexo A: Organigrama da Guarda Nacional Republicana Portuguesa.....	B-1
Anexo B: Organigrama da Polícia de Segurança Pública Portuguesa	B-2
Anexo C: Localização da República de Moçambique no Mapa do Mundo	B-3
Anexo D: Mapa Administrativo da República de Moçambique	B-4
Anexo E: Número de Oficiais da PRM formados pela PSP no ISCPSI (1988-2012).....	B-5

Índice de Figuras

Figura n.º 1: Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada.....	6
Figura n.º 2: Formação ministrada pela GNR em Moçambique (PIC 2004-2006).....	27
Figura n.º 3: Formação ministrada pela PSP e pela GNR (PIC 2007-2009).	28
Figura n.º 4: Formação ministrada pela GNR na ACIPOL (PIC 2007-2009)	28
Figura n.º 5: Formação ministrada pela GNR nos Cursos de Especialização (2007).	28
Figura n.º 6: Formação ministrada pela GNR nos Cursos de Especialização (2008).	28
Figura n.º 7: Formação ministrada pela GNR nos Cursos de Especialização (2009).	28
Figura n.º 8: Formação ministrada pela GNR em Portugal (2007)	29
Figura n.º 9: Formação ministrada pela GNR em Portugal (2008).....	29
Figura n.º 10: Formação ministrada pela GNR em Portugal (2009)	29
Figura n.º 11: Formação ministrada pela GNR em Portugal (2010).....	29

Índice de Quadros

Quadro n.º 1: Sinopse dos principais Acordos em Matéria de Segurança assinados entre Portugal e Moçambique.....	10
Quadro n.º 2: Áreas de Intervenção Prioritária do PIC 2004-2006	12
Quadro n.º 3: Eixos Estratégicos do PIC 2007-2009.....	13
Quadro n.º 4: Lista dos Entrevistados do Grupo I.....	26
Quadro n.º 5: Lista dos Entrevistados do Grupo II.....	26
Quadro n.º 6: Matriz de Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas ao Grupo I	33
Quadro n.º 7: Matriz de Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas ao Grupo II (1/2).....	37
Quadro n.º 7: Matriz de Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas ao Grupo II (2/2).....	38
Quadro n.º 8: Síntese das Respostas a Questão 1A:	A-6
Quadro n.º 9: Síntese das Respostas a Questão 2A (1/2)	A-7
Quadro n.º 9: Síntese das Respostas a Questão 2A (2/2)	A-8
Quadro n.º 10: Síntese das Respostas a Questão 3A (1/2)	A-8
Quadro n.º 10: Síntese das Respostas a Questão 3A (2/2)	A-9
Quadro n.º 11: Síntese das Respostas a Questão 4A (1/2)	A-9
Quadro n.º 11: Síntese das Respostas a Questão 4A (2/2)	A-10
Quadro n.º 12: Síntese das Respostas a Questão 5A	A-10
Quadro n.º 13: Síntese das Respostas a Questão 6A (1/2).....	A-10
Quadro n.º 13: Síntese das Respostas a Questão 6A (2/2)	A-11
Quadro n.º 14: Síntese das Respostas a Questão 7A	A-11
Quadro n.º 15: Síntese das Respostas a Questão 1B (1/2).....	A-12
Quadro n.º 15: Síntese das Respostas a Questão 1B (2/2).....	A-13
Quadro n.º 16: Síntese das Respostas a Questão 2B (1/3).....	A-13
Quadro n.º 16: Síntese das Respostas a Questão 2B (2/3).....	A-14
Quadro n.º 16: Síntese das Respostas a Questão 2B (3/3).....	A-15
Quadro n.º 17: Síntese das Respostas a Questão 3B (1/3).....	A-15

Quadro n.º 17: Síntese das Respostas a Questão 3B (2/3).....	A-16
Quadro n.º 17: Síntese das Respostas a Questão 3B (3/3).....	A-17
Quadro n.º 18: Síntese das Respostas a Questão 4B (1/3).....	A-17
Quadro n.º 18: Síntese das Respostas a Questão 4B (2/3).....	A-18
Quadro n.º 18: Síntese das Respostas a Questão 4B (3/3).....	A-19
Quadro n.º 19: Síntese das Respostas a Questão 5B (1/3).....	A-19
Quadro n.º 19: Síntese das Respostas a Questão 5B (2/3).....	A-20
Quadro n.º 19: Síntese das Respostas a Questão 5B (3/3).....	A-21
Quadro n.º 20: Síntese das Respostas a Questão 6B (1/2).....	A-21
Quadro n.º 20: Síntese das Respostas a Questão 6B (2/2).....	A-21

Índice de Tabelas

Tabela n.º 1: Ações de Assessoria no âmbito do Projeto da UE para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT (1/2).....	29
Tabela n.º 1: Ações de Assessoria no âmbito do Projeto da UE para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT (2/2)	30
Tabela n.º 2: Ações de Formação no âmbito do Projeto da UE para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT.....	30
Tabela n.º 3: Análises dos Resultados da Questão 1A (1/2)	33
Tabela n.º 3: Análises dos Resultados da Questão 1A (2/2)	34
Tabela n.º 4: Análises dos Resultados da Questão 2A	34
Tabela n.º 5: Análises dos Resultados da Questão 3A	35
Tabela n.º 6: Análises dos Resultados da Questão 4A	35
Tabela n.º 7: Análises dos Resultados da Questão 5A (1/2)	35
Tabela n.º 7: Análises dos Resultados da Questão 5A (2/2)	356
Tabela n.º 8: Análises dos Resultados da Questão 6A	36
Tabela n.º 9: Análises dos Resultados da Questão 7A	36
Tabela n.º 10: Análise Quantitativa das Respostas das Entrevistas ao Grupo I.....	37
Tabela n.º 11: Análise dos Resultados da Questão 1B (1/2)	38
Tabela n.º 11: Análise dos Resultados da Questão 1B (2/2)	389
Tabela n.º 12: Análise dos Resultados da Questão 2B (1/2)	39
Tabela n.º 12: Análise dos Resultados da Questão 2B (2/2)	40
Tabela n.º 13: Análise dos Resultados da Questão 3B (1/2)	40
Tabela n.º 13: Análise dos Resultados da Questão 3B (2/2).....	41
Tabela n.º 14: Análise dos Resultados da Questão 4B (1/2)	41
Tabela n.º 14: Análise dos Resultados da Questão 4B (2/2).....	42
Tabela n.º 15: Análise dos Resultados da Questão 5B	42
Tabela n.º 16: Análise dos Resultados da Questão 6B	43
Tabela n.º 17: Análise Quantitativa das Entrevistas ao Grupo II	44

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndices

- Apêndice A: Solicitação de Entrevista às Entidades Portuguesas
- Apêndice B: Solicitação de Entrevista às Entidades Moçambicanas
- Apêndice C: Credencial do MINT a autorizar a realização das Entrevistas
- Apêndice D: Guião da Entrevista A
- Apêndice E: Guião da Entrevista B
- Apêndice F: Síntese das Respostas às Entrevistas ao Grupo I
- Apêndice G: Síntese das Respostas às Entrevistas ao Grupo II
- Apêndice H: Organigrama do Ministério do Interior de Moçambique
- Apêndice I: As Forças e os Serviços de Segurança da República de Moçambique
- Apêndice J: Organigrama da Polícia da República de Moçambique
- Apêndice K: Evolução do Número de Membros da PRM Formados Pela GNR

Anexos

- Anexo A: Organigrama da Guarda Nacional Republicana Portuguesa
- Anexo B: Organigrama da Polícia de Segurança Pública Portuguesa
- Anexo C: Localização da República de Moçambique no Mapa do Mundo
- Anexo D: Mapa Administrativo da República de Moçambique
- Anexo E: Quadro Relativo ao número de Oficiais da PRM formados pela PSP no ISCP SI
(1988-2012)

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

A

ACIPOL	Academia de Ciências Policiais
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AGP	Acordo Geral de Paz
AM	Academia Militar
APA	American Psychological Association
Art.º	Artigo

C

CAVE	Curso de Atendimento à Vítimas Específicas
CDAGF	Curso de Direção, Administração e Gestão Financeira
CDF	Comando da Doutrina e Formação
CFG	Curso de Formação de Guardas
CFO	Curso de Formação de Oficiais
Cfr.	Conferir em
CG	Comando Geral
CGF	Curso de Guarda Fronteiras
CIC	Curso de Investigação Criminal
COP	Curso de Ordem Pública
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CPMLF	Curso de Proteção Marítima, Lacustre e Fluvial
CPOS	Curso de Promoção à Oficial Superior
CSMA	Curso de Segurança do Meio Ambiente
CTP	Cooperação Técnico Policial

D

DGAI	Direção Geral da Administração Interna
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais

DNIC	Direção Nacional de Identificação Civil
DNPS	Direção Nacional da PSP
Dr.	Doutor

E

EG	Escola da Guarda
EPP-Matalana	Escola Prática da Polícia- Matalana
et. al.	E outros

F

FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
FGM	Formação Geral Militar

G

GNR	Guarda Nacional Republicana
------------	-----------------------------

H

H	Hipótese
----------	----------

I

IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

M

MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MINT	Ministério do Interior
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros

N

NEP	Norma de Execução Permanente
------------	------------------------------

n.º	Número
------------	--------

O

OBJ	Objetivos
ODM	Objetivos do Milénio
OLMAI	Oficial de Ligação do MAI

P

PAC	Plano Anual de Cooperação
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDSN	Política de Defesa e Segurança Nacional
PIC	Plano Indicativo de Cooperação
PRM	Polícia da República de Moçambique
PSP	Polícia de Segurança Pública

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

S

SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SENASP	Serviço Nacional de Salvação Pública
SIED	Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SISE	Serviço de Informações e Segurança do Estado
SNP	Serviço Nacional Penitenciário

O nosso polícia não tem privilégios. O seu privilégio é servir bem a República Popular de Moçambique, é zelar pela aplicação da Constituição, é fazer respeitar as leis e educar os cidadãos...”

Samora Machel (1984, p. 27)

PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1

Apresentação do Trabalho de Investigação

1.1. Introdução

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) constitui requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na Especialidade de Segurança e é o culminar do Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) na Academia Militar (AM) Portuguesa, e tem como tema **“A Cooperação Técnico Policial entre Portugal e Moçambique: O Papel da GNR na Formação da Polícia da República de Moçambique**

Segundo Sarmento (2013, p. 2) o grau de mestre é “atribuído em função de conhecimentos aprofundados numa determinada área científica específica e como resultado da capacidade para a prática da investigação científica.” Assim a elaboração do presente TIA visa o desenvolver as competências e capacidades de investigação e compreensão, nos domínios da Segurança e Defesa em áreas relacionadas com a missão da GNR no suporte da Política de Cooperação Internacional da República Portuguesa.

Este capítulo inicia-se com o Enquadramento do tema e a Justificação da sua escolha. Depois, enumeram-se o Objeto e os Objetivos da investigação. De seguida, são apresentadas as Questões, principal e derivadas, que norteiam o presente trabalho; por fim, apresenta-se sucintamente a Metodologia da Investigação, e uma breve síntese dos capítulos.

1.2. Enquadramento do Tema

Para Cardoso, Ferreira e Seabra (2012), a Cooperação Portuguesa tem uma história longa de valores partilhados e de caminhos percorridos no sentido de se estabelecer uma rede de relações sólidas e de confiança com os parceiros de cooperação.

A Cooperação é assumida como um instrumento fundamental da Política Externa Portuguesa e de projeção de Portugal no mundo, promovendo e reforçando relações privilegiadas com os Países Parceiros de Cooperação, quer a nível político, económico e social. Na atual era de Globalização, A política de Cooperação para o Desenvolvimento deixou de ter um caráter meramente assistencialista, e passou a ser um instrumento de *soft power*¹, essencial para manter a presença global de um país como Portugal. (Cardoso et al.,2012).

A República de Moçambique é membro duas comunidades cuja existência é alicerçada pela *língua de Camões*, nomeadamente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e representa uma das prioridades da Política Externa de Cooperação de Portugal no quadro do apoio ao desenvolvimento das estruturas do funcionamento do Estado, nomeadamente, no que respeita a Segurança Interna e a Proteção Civil, ocupam um lugar central nos Acordos de Cooperação entre os dois Estados. (IPAD,2006).

1.3. Justificação do Tema

A CTP entre Portugal e Moçambique, formalmente iniciada com a assinatura do *Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança Interna*² entre os Ministérios da Administração Interna de Portugal (MAI) e do Interior de Moçambique (MINT), tem como meta a concretização dos Objetivos do Milénio (ODM), o reforço da segurança interna e em particular o controlo de fronteiras, manutenção da ordem pública, combate a criminalidade e a formação e treino de Quadros, tendo como plataforma de comunicação a língua portuguesa

Desde o estabelecimento da CTP, elementos da Polícia da República de Moçambique (PRM) beneficiam da formação ministrada pelas Forças e Serviços de Segurança (FFSS) portuguesas. Tais ações de formação têm-se revestido de capital importância para o desenvolvimento da PRM através da aquisição de experiências e de conhecimentos através

¹ O General Loureiro dos Santos (2003) destaca que dos vários poderes que um país pode dispor nas relações com os seus parceiros destacam-se “um, que afeta mais diretamente os elementos materiais, que se designa por *hard power*; outro, que se dirige diretamente às mentes e aos corações, que se designa por *soft power*. [...] (este último) integra essencialmente as áreas do conhecimento (educação), das comunicações e da cultura”.

² Aprovado pelo Decreto n.º 57/97 de 08 de Outubro.

da frequência dos cursos nos Estabelecimentos de Ensino Militar e da frequência dos cursos nos Estabelecimentos de Ensino Militar e Policial em Portugal quer pelas ações de formação levadas a cabo por elementos da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da GNR em território moçambicano.

A dualidade policial existente na República Portuguesa permite que as suas Forças de Segurança, GNR e PSP, participem ativamente na CTP com a PRM.

Com este trabalho pretende-se realizar um estudo que possa especificar o papel da GNR na CTP entre Portugal e Moçambique, analisando os contributos presentes e passados, bem como tentar identificar os contributos futuros que a GNR possa vir a dar para o desenvolvimento da PRM.

1.4. Objetivos Gerais e Específicos da Investigação

Eco (2009, p. 39) é do entendimento que é necessário estabelecer as condições para a elaboração de um Trabalho de Investigação, ou seja, “quanto mais se restringe o campo [de investigação], melhor se trabalha e com maior segurança”.

O presente RCFTIA tem como Objetivo Geral estudar o desenvolvimento da CTP entre Portugal e Moçambique, incidindo especificamente na formação ministrada à PRM pela GNR; e tem como Objetivos Específicos, os seguintes:

OBJ1-Identificar a tendência de evolução das ações de formação por parte da GNR à PRM.

OBJ2-Identificar as áreas de intervenção, no âmbito da formação, que podiam ser rentabilizadas por forma a responder as necessidades de formação da PRM.

OBJ3-Identificar as mais-valias para a PRM em receber formação de uma força de segurança de natureza militar, como é o caso da GNR.

A materialização da Investigação que se pretende desenvolver com o presente TIA depende substancialmente da delimitação da abordagem. Conforme refere Fortin (2009, p. 39) “Para que o estudo seja realizável, o domínio deverá ser delimitado”.

Assim, para o presente RCFTIA limitaremos a nossa investigação ao período compreendido entre os anos de 2005 a 2013, que compreendem o espaço temporal de maior atividade da GNR no âmbito da CTP com Moçambique.

1.5. Questões da Investigação

A Questão Central, definida por Fortin (2009, p.51) como sendo “um enunciado interrogativo e não equivoco que precisa os conceitos-chave, especifica a natureza da população que se quer estudar e sugere uma investigação empírica”, é enunciada da seguinte maneira: **De que forma a formação ministrada à PRM pela GNR pode contribuir para o aumento da sua capacidade de intervenção no âmbito da Segurança Interna?**

Para se dar resposta à Questão Central foram enunciadas as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1- Como é que tem evoluído a formação ministrada pela GNR à PRM?

QD2- Quais são as áreas de cooperação, no âmbito da formação, que podem contribuir para o aumento da capacidade de intervenção da PRM na sua atividade de segurança interna?

QD3-Quais são as mais-valias que a GNR, força de segurança de natureza militar, pode trazer para formação da PRM?

1.6. Hipóteses

Quivy e Campenhoudt (2008) afirmam que uma hipótese é uma proposição provisória, uma pressuposição que deve ser verificada. A hipótese é uma resposta provisória à questão da investigação e apontam o caminho da procura, fornecendo o fio condutor da investigação e fornecendo os critérios para a recolha de dados que confrontarão as hipóteses com a realidade.

Como forma de dar resposta as questões da investigação foram levantadas as seguintes Hipóteses:

H1- No período em estudo, a GNR tem aumentado o número de ações de formação à PRM.

H2- A formação nas especialidades em que a GNR é perita (Trânsito, Fiscal e Segurança do Meio Ambiente), são as que mais podem contribuir para o aumento da capacidade de intervenção da PRM.

H3- A grande mais-valia da GNR para a formação da PRM é o fato de poder intervir como Polícia Civil e como Polícia militar, uma vez que a PRM é uma força policial de natureza paramilitar.

1.7. Metodologia da Investigação

O presente RCFTIA foi elaborado segundo a Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520/2.^a/29ABR13/AM, emitida pela Academia Militar para regular a elaboração dos RCFTIA.

Nos aspetos não abrangidos pela NEP 520/2.^a/29ABR13/AM, o presente TIA regula-se pelas normas emitidas pela *American Psychological Association* (APA), 6.^a Edição, por força do disposto no ponto 4.a do Anexo F da NEP supra, e a redação está conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Para a materialização desta obra foram, numa fase inicial, feitas pesquisas bibliográficas em Manuais da Especialidade, Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado, Trabalhos de Investigação Aplicada, Artigos Científicos e Relatórios sobre a temática da CTP entre Portugal e Moçambique.

A pesquisa documental e a recolha de dados quantitativos (Leis estruturantes da CTP e relatórios e estatísticas oficiais dos projetos da CTP) foi efetuada na Direção Geral da Administração Interna (DGAI), na Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais (DPERI) do Comando Geral (CG) da GNR, no Departamento de Formação da Direção Nacional da PSP e no Camões- Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.).

Posteriormente, no âmbito da Parte Prática, foram realizadas entrevistas formais semiestruturadas, a oficiais da GNR, da PSP e da PRM com experiência na CTP entre Moçambique e Portugal, com o objetivo de recolher informação qualitativa que consubstanciada com os dados qualitativos, pudessem validar ou refutar as hipóteses avançadas para responder às Questões que norteiam o presente TIA.

1.8. Estrutura do Trabalho e Síntese dos Capítulos

O presente RCFTIA encontra-se dividido em duas partes, a Parte Teórica (I) e a Parte Prática (II), conforme a NEP 520/2.^a/29ABR13/AM da Academia Militar, distribuídas da seguinte forma e com os conteúdos que se seguem:

A Parte I está dividida em três capítulos: No primeiro capítulo (Enquadramento do Trabalho de Investigação), são abordadas as questões relativas ao enquadramento da temática objeto de estudo. O segundo e o terceiro capítulo fazem o enquadramento teórico e conceptual das matérias abordadas no TIA.

A Parte II está dividida em 4 capítulos: No Quarto Capítulo (Metodologia de Procedimentos); são enunciadas as técnicas e os procedimentos de recolha análise de dados que suportam a prática do trabalho;

No Quinto Capítulo é caracterizada a CTP entre a GNR e a PRM e são abordados os principais Programas Anuais de Cooperação (PAC) entre as duas Forças de Segurança, bem como seus objetivos e as ações desenvolvidas nesse âmbito pela GNR.

No Sexto Capítulo faz-se a análise e caracterização das entrevistas semiestruturadas à amostra selecionada e a posterior discussão e apresentação dos resultados obtidos.

Por fim, no Sétimo Capítulo, tecem-se as “Conclusões e Recomendações”, onde a Questão Central e as Questões Derivadas são respondidas e as Hipóteses formuladas são corroboradas ou refutadas.

No fim do trabalho apresentam-se as fontes bibliográficas utilizadas no presente TIA, os Apêndices e os Anexos.

A estrutura geral do RCFTIA encontra-se resumida na Figura n.º 1, que se segue:

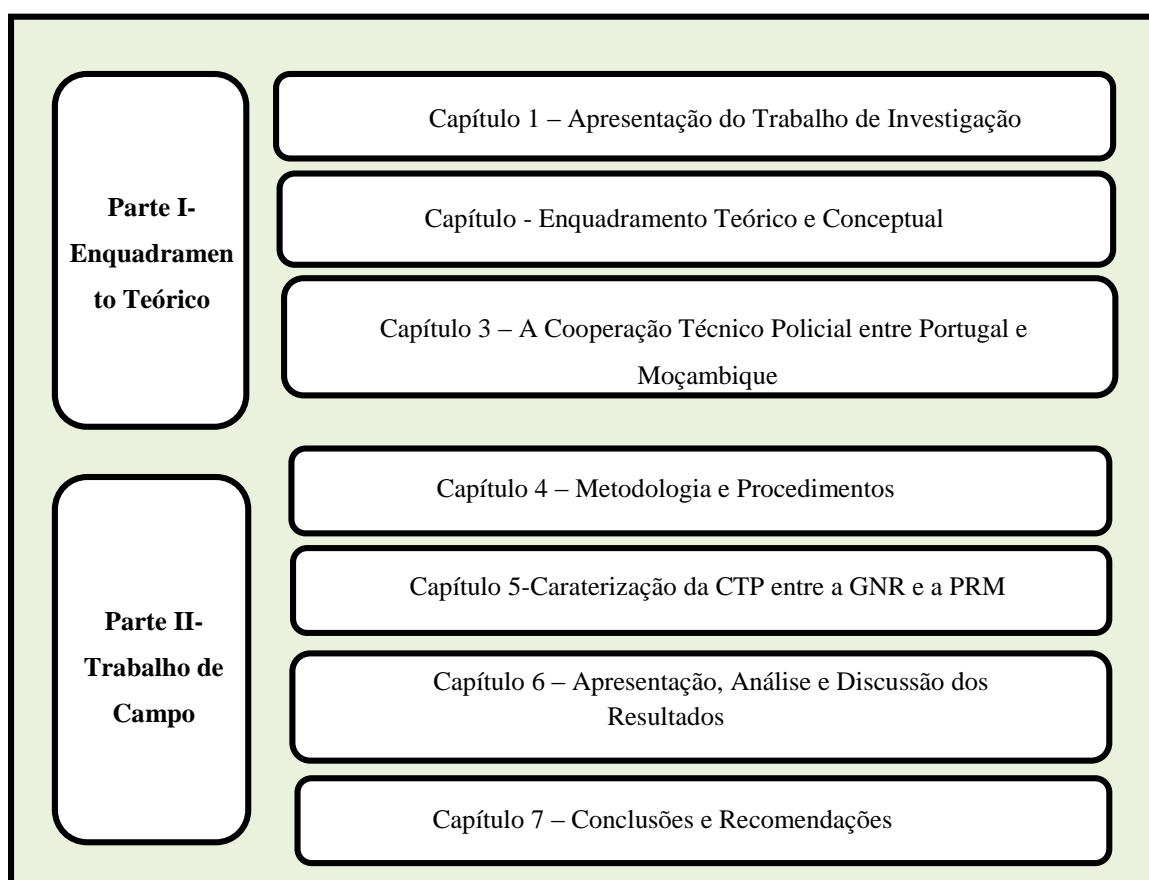


Figura n.º 1: Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada

Capítulo 2

Enquadramento Teórico e Conceptual

2.1. Introdução

Com vista a proporcionar uma visão global da problemática da Cooperação Técnico Policial, importa iniciar esta investigação abordando o Quadro Estratégico da Cooperação Portuguesa, seguindo-se o Papel do Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna Português e os objetivos e áreas da Cooperação Bilateral em Matéria de Segurança entre Portugal e Moçambique.

Por último, importa também analisar os Programas Indicativos de Cooperação (PIC) entre Portugal e Moçambique, e o Projeto da União Europeia para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Ministério do Interior de Moçambique

No final faremos breves conclusões sobre o capítulo.

2.2. O Quadro Estratégico da Cooperação Portuguesa

Portugal tem mantido relações de cooperação com as ex-colónias desde as independências, no quadro da cooperação para o desenvolvimento. Essa cooperação sofreu uma evolução qualitativa e quantitativa com a aprovação, em 2005, do documento intitulado “*Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento*”³.

De acordo com o documento supra, o principal objetivo da cooperação portuguesa era "contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, muito em particular nos países lusófonos" (IPAD, 2011, p. 3), sendo que as prioridades geográficas e setoriais para a ajuda bilateral à luz das vantagens comparativas de Portugal, as quais são em grande medida ditadas por laços históricos que levaram à utilização pelos parceiros do Português como língua oficial e ao uso de sistemas legais semelhantes ao Português.

³ Aprovado pela Resolução n.º 196/2005, de 22 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros

Geograficamente, os objetivos da cooperação bilateral concentram-se nos PALOP e Timor-Leste e as prioridades sectoriais estão voltadas para os Objetivos do Milénio⁴ (ODM) que são por um lado o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza, nomeadamente através do apoio à educação e por outro lado a boa governação, a democracia e a participação, especialmente através do apoio à Administração Pública e ao sector da Segurança. (IPAD, 2011).

A Cooperação Portuguesa é desenvolvida por múltiplos atores públicos e privados que são coordenados pelo antigo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), atual Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.)⁵. Na sua função de coordenação o Camões, I.P., faz uso de três instrumentos essenciais a saber:

- a) Programa Orçamental da Cooperação para o Desenvolvimento, criado em 2004 e destinado à orçamentação das intervenções dos vários organismos do estado com vista ao cumprimento dos compromissos assumidos em matéria de cooperação para o desenvolvimento.
- b) Bases de Dados da Cooperação, onde é inserida toda a informação anual relativamente às atividades realizadas pelos diferentes atores públicos e privados
- c) Programas Indicativos de Cooperação, que são programas plurianuais resultantes de um processo de consulta entre Portugal e cada um dos parceiros e assinados por ambos governos. As prioridades e metas dos PIC estão alinhadas com as estratégias de cada parceiro para alcançar os ODM.

A definição das orientações técnicas e políticas que guiam a execução da Política de Cooperação para o Desenvolvimento enquanto parte integrante da Política Externa Portuguesa é da responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e é conduzida pelo Camões, I.P.⁶.

⁴ A AGNU aprovou os seguintes oito objetivos a serem alcançados até 2015, pelos Países em Vias de Desenvolvimento: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome. 2. Atingir o ensino primário universal. 3. Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres. 4. Reduzir a mortalidade infantil. 5. Melhorar a saúde materna. 6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças. 7. Garantir a sustentabilidade ambiental. 8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento.

⁵ Cfr. o art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 21/2012 de 30 de janeiro.

⁶ Cfr. o n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 120/2007 de 27 de abril conjugado com a b) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 21/2012 de 30 de janeiro.

2.3. A Figura do Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna

A figura do Oficial de Ligação (OL) do MAI junto das Embaixadas dos países parceiros de cooperação surge com a necessidade do MAI centralizar todas as atividades de cooperação bilateral que os diversos organismos do ministério (GNR, PSP, SEF) levavam a cabo com as suas congéneres estrangeiras.

De facto, antes da criação e colocação dos OLMAI todos os organismos do MAI (GNR, PSP, SEF) já colaboravam, do ponto de vista informal, com as forças e serviços de segurança dos países parceiros de cooperação. Entretanto tal cooperação era demasiado bilateral, e não estava centralizada no próprio MAI (Caldas, 2014).

A existência dos OLMAI tem enquadramento legal no Decreto-Lei 139/94, de 23 de maio que regula a colocação dos OL do SEF, da GNR e da PSP em organismos internacionais e países estrangeiros - embaixadas, missões de representação e consulados de Portugal).

As funções do OLMAI resultam das obrigações contraídas no domínio do Título VI do Tratado da União Europeia, do Acordo Schengen e da respetiva Convenção e dos Acordos Bilaterais celebrados entre o Estado Português e outros Estados, visando o reforço da segurança interna e da eficácia da cooperação policial. (Alves, 2005)

Assim compete ao OLMAI coadjuvar os serviços competentes do país acreditado, em trabalhos de assessoria técnica, designadamente no plano legislativo, no âmbito da segurança interna e principalmente na área policial; e no âmbito da cooperação policial, servir de elo de ligação entre as forças e serviços de segurança portugueses e as do país beneficiário. (MAI, 1994).

Os OLMAI são colocados por despacho do Ministro da Administração Interna por um período de três anos em regime de rotatividade entre os oficiais da GNR, PSP e do SEF⁷

2.4. A Cooperação Bilateral em Matéria de Segurança entre Portugal e Moçambique

A história recente da cooperação entre Portugal e Moçambique reflete o bom relacionamento político existente entre os dois países. Com efeito, a cooperação bilateral entre os dois Estados vem-se desenvolvendo quer no quadro bilateral dos PIC,

⁷ Cfr. n.º1 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 139/94 de 23 de maio.

consubstanciado em projetos e programas propostos e executados anualmente com a colaboração de ministérios, autarquias e sociedade civil. (IPAD, 2004).

Estas ações de cooperação são também desenvolvidas no contexto multilateral, em articulação com outros doadores no qual se incluem os programas da União Europeia e das agências especializadas das Nações Unidas. Os projetos e programas de cooperação decorrentes da Política de Cooperação têm sido elaborados com o objetivo de que Moçambique alcance os ODM adotados pela AGNU em setembro de 2000. (IPAD (2011).

As relações de cooperação entre Portugal e Moçambique no âmbito da segurança se têm desenvolvido segundo Quadro n.º 1, que faz a sinopse dos principais acordos assinados entre as partes.

Quadro n.º 1: Sinopse dos principais Acordos em Matéria de segurança assinados entre Portugal e Moçambique

DIPLOMA LEGAL	SINOPSE
Acordo Geral de Cooperação (Decreto-Lei N.º 692/75 De 12 De Novembro)	De entre outros, estabelece o compromisso das partes cooperarem no domínio científico e técnico através da concessão de bolsas de estudo, instalação de centros de formação técnica e profissional sendo realizada no interesse da parte solicitante e dirigida a formação e aperfeiçoamento de quadros.
Acordo de Cooperação nos Domínios da Educação, do Ensino e Investigação Científica e da Formação de Quadros (Decreto n.º 37/90 de 5 de setembro)	Define os termos em que a cooperação entre os dois estados, nomeadamente nos campos da formação e atualização de quadros e recrutamento de cooperantes que prestam serviços nos domínios da docência e da investigação científica
Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar (Decreto N.º 27/90 De 11 de julho)	A cooperação técnica no domínio militar compreende as ações de formação de pessoal através da frequência de cursos e estágios nos estabelecimentos de ensino militares, fornecimento de material e prestação de serviços A primeira edição do curso vestibular, concebido especificamente para preparar militar e tecnicamente os cadetes dos PALOP para o ingresso na Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, realizou-se no ano letivo de 1989/1990
Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária (Resolução n.º 7/91, de 14 de fevereiro)	Estabelece os critérios de acesso aos tribunais de nacionais de cada um dos estados contratantes nos em termos de igualdade de circunstâncias
Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança Interna (Decreto n.º 57/97 de 8 de outubro)	Estabelece as modalidades e programas de execução das ações de cooperação técnica com o objetivo de conduzir, ações de formação de pessoal, em especial ações de formação de formadores; fornecimento de material; realização de estudos de organização ou de equipamento e prestação de serviços

2.4.1. Áreas e Objetivos da Cooperação em Matéria Policial entre Portugal e Moçambique

A CTP tem como objetivo o reforço das capacidades dos diferentes serviços policiais de cada PALOP, a fim de lhes permitir o desempenho das suas funções num Estado de Direito. Os programas e projetos no âmbito da CTP são cofinanciados pelo IPAD e pelo Ministério da Administração Interna de Portugal, podendo o Governo de cada parceiro também dar o seu contributo financeiro. (IPAD, 2011).

De acordo com o n.º 1 do art.º 2.º do Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança Interna assinado entre Portugal e Moçambique, em Setembro de 1997 (Decreto n.º 57/97 de 08 de outubro) as principais áreas de cooperação são as ações de formação de pessoal, em especial ações de formação de formadores, fornecimento de material, realização de estudos de organização ou de equipamento e a prestação de serviços.

O Objetivo principal deste projeto de é o desenvolvimento de capacidades na PRM, conforme estabelecido no seu Plano Estratégico para 2003-2012, e destina-se não só à Polícia, mas também à Direção Nacional de Migrações e ao Serviço Nacional de Bombeiros (IPAD, 2011).

2.5. Os Programas Indicativos de Cooperação entre Portugal e Moçambique

O desenvolvimento da humanidade e consequente aumento das ocorrências criminais e o aumento do sentimento de insegurança, criada pela internacionalização e organização do crime, no mundo que se tornara uma aldeia global levou à necessidade de cooperação intergovernamental ao nível das polícias. (Clemente, 2000).

Portugal cumprindo o preceito da Constituição da República Portuguesa (CRP) de “manter laços privilegiados de amizade e cooperação” com os PALOP (n.º 4 do art.º 7.º da CRP), desde as independências das antigas colónias, tem mantido uma Política de Cooperação Nacional que segundo Faria (2010) se tem desenvolvido com os objetivos de reduzir a pobreza, reforçar o sistema democrático e o Estado de Direito.

Com efeito, o reforço da relação entre Portugal e os Estados da Lusofonia constitui um dos pilares básicos da ação diplomática do Estado Português sendo que a orientação da estratégia da cooperação portuguesa está manifesta no documento intitulado “*Uma visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*” (op. cit. p. 7).

O documento supra, enquanto orientador da Política de Cooperação, estabelece os valores, os princípios e os principais objetivos estratégicos da cooperação portuguesa tendo como orientações gerais no contexto da cooperação multilateral “Uma atenção especial para África (...) e o reforço do espaço lusófono (...) por forma a contribuir para o reforço da

capacidade de resposta dos países da CPLP aos desafios da globalização e do desenvolvimento.” (Carreira, Amorim e Freire, 2001).

A cooperação Portuguesa em Moçambique no período entre 2005 a 2009 desenvolveu-se a partir de dois PIC. Cada PIC era constituído por três Planos Anuais de Cooperação (PAC). Em consonância com os princípios orientadores dos PIC, eram elaborados os referidos PAC, onde estavam definidas as áreas e as ações a executar em cada ano por cada Força e Serviço de Segurança. Os PAC são negociados entre Portugal – MAI/DGAI e as FFSS – e com a participação dos países destinatários que definiam as áreas e temáticas de intervenção prioritárias.

2.5.1. O Programa Indicativo de Cooperação 2004-2006

No âmbito do Programa de Cooperação Portugal-Moçambique, foi assinado em Maputo, em março de 2004, o Programa Indicativo de Cooperação (PIC), que elegia como principais áreas de intervenção, a educação, a gestão macroeconómica, a participação da mulher na vida ativa, entre outras. (IPAD, 2004).

A CTP encontra lugar na área de intervenção prioritária da Boa Governação nomeadamente no “reforço da capacidade e da eficiência do sistema legal e judicial e melhoria da segurança pública com vista à proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos” (IPAD, 2004, p. 16) através do apoio à reforma do setor da Polícia. As outras áreas de intervenção estabelecidas para o PIC 2004-2006 encontram-se identificadas no Quadro n.º 2, que se segue:

Quadro n.º 2: Áreas de Intervenção Prioritária do PIC 2004-2006

PIC 2004-2006	Área de Intervenção Prioritária
	Educação
	Saúde
	Agricultura e Desenvolvimento Rural
	Boa Governação
	Apoio Orçamental
	Desenvolvimento Sociocomunitário
	Mulher
	Cultura

2.5.2. O Programa de Indicativo de Cooperação 2007-2009

Em Fevereiro de 2007, Portugal e Moçambique assinaram o Memorando de Entendimento referente ao Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2007-2009. O novo Programa caracterizou-se pelo alinhamento da programação portuguesa com as prioridades moçambicanas, inscritas no Plano de Ação da Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), e com o ciclo de programação moçambicano, razão pela qual o PIC tinha inicialmente, a duração de 3 anos, de modo a coincidir com o período de vigência do PARPA II. (IPAD, 2007).

No âmbito do PIC 2007-2009 passou a haver uma maior concentração da atuação da Cooperação Portuguesa, quer em termos sectoriais, quer em termos geográficos. Neste sentido, o novo PIC concentrou a sua atuação em três eixos centrais conforme o Quadro n.º 3.

Quadro n.º 3: Eixos Estratégicos do PIC 2007-2009

PIC 2007-2009	EIXO ESTRATÉGICO I	CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL
	Área de Intervenção 1.1	Capacitação Institucional
	Área de Intervenção 1.2	Apoio à Administração do Estado
	Área de Intervenção 1.3	Justiça
	Área de Intervenção 1.4	Cooperação Técnico Policial
	Área de Intervenção 1.5	Apoio ao Orçamento do Estado
	EIXO ESTRATÉGICO II	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E LUTA CONTRA A POBREZA
	Área de Intervenção 2.1	Educação
	Área de Intervenção 2.2	Cultura
	Área de Intervenção 2.3	Gestão Sustentável de Recursos Humanos
	Área de Intervenção 2.4	Desenvolvimento Sociocomunitário
	EIXO ESTRATÉGICO III	CLUSTER DA COOPERAÇÃO

2.6. O Projeto da UE para o apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT

O Projeto de Apoio Institucional ao MINT surge na lógica da reforma do sector da segurança em Moçambique, tendo por base os Planos Estratégicos do Ministério do Interior de Moçambique (PEMINT) e da Polícia da República de Moçambique (PEPRM), visando, igualmente, a capacitação dos seus Quadros e reforçar a capacidade do MINT, para uma prestação de serviços mais eficazes; reabilitar as infraestruturas da Escola Prática de Matalana, para melhorar a qualidade de vida e os padrões de formação base da polícia; e desenvolver as capacidades para apoiar o estabelecimento de uma estratégia nacional de prevenção criminal; (DGAI, 2014).

No primeiro semestre de 2010 foram finalizados e assinados o Acordo de Financiamento do Projeto (entre UE e MINT), o Acordo de Delegação (entre UE e IPAD) e o Memorando de Entendimento (MAI, IPAD e MINT), documentos estruturantes para o início da fase de implementação a três anos (2010 – 2013). (DGAI, 2014).

Os objetivos deste projeto, visa apoiar, de forma transversal, todas as instituições tuteladas pelo Ministério do Interior de Moçambique (Polícia da República de Moçambique, Direção Nacional de Migração, Serviço Nacional de Salvação Pública e Direção de Identificação Civil). (Camões, I.P. 2014)

2.7. Síntese Sobre o Capítulo

Em 2005 foi aprovada a “*Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento*” cujo principal objetivo era contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, muito em particular nos países lusófonos” (IPAD, 2011) tendo como prioridades setoriais voltadas para o cumprimento dos Objetivos do Milénio aprovados pela AGNU.

A condução da Política Externa Portuguesa é da responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros que define as orientações técnicas e políticas que guiam a execução da Política de Cooperação para o Desenvolvimento pelo Camões, I.P. através de três instrumentos essenciais: o Programa Orçamental de Cooperação, a Base de Dados da Cooperação e os Programas Indicativos de Cooperação.

Para coordenar e centralizar todas as atividades de cooperação bilateral que os diversos organismos do MAI (GNR, PSP e SEF) levavam a cabo com as suas congéneres estrangeiras foi criada figura do Oficial de Ligação.

A cooperação portuguesa em Moçambique no período entre 2005 a 2009 desenvolveu-se a partir de dois PIC (cada um com a duração de três anos). Cada PIC era composto por três Planos Anuais de Cooperação onde se definiam as estratégias e as principais áreas de intervenção para cada ano.

O sucesso da cooperação bilateral entre Portugal e Moçambique levou que em 2010 a União Europeia alocasse verbas inseridas no 10.º FED para financiar o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT. Este projeto caracterizou-se pela condução de ações de formação e assessoria aos órgãos do MINT e foi implementado pelas forças e serviços de segurança portuguesas.

Capítulo 3

Caraterização dos Parceiros da CTP entre Portugal e Moçambique

3.1. Introdução

A criação das Polícias constitui um dos maiores marcos da urbanidade, e é o garante da harmonia e convivência pacífica dos homens em sociedade pois a Polícia trabalhando para o bem comum, evita que o homem se desvie das normas de vida em sociedade (Clemente, 1998).

Neste capítulo iremos estudar o conceito de Polícia, faremos uma abordagem aos modelos policiais e analisaremos os modelos policial de Portugal e Moçambique e por fim faremos uma síntese do capítulo.

3.2. Conceito de Polícia e Modelos Policiais

Para Inácio (2010, p.16) o conceito de Polícia pode ser analisado segundo duas perspetivas diferentes. A primeira perspetiva, material, “pressupõe uma finalidade própria, distinta das demais formas de atividade administrativa que concorrem para a satisfação do interesse público” e a segunda perspetiva, orgânica ou institucional, “enquanto conjunto de órgãos e agentes pertencentes a serviços administrativos cuja função essencial consiste no desempenho de tarefas materiais de Polícia”. (idem).

O conceito de Polícia não preenche toda a realidade policial, porque a função policial não coincide totalmente com o serviço policial e, este prossegue também outras funções. Para Correia (1994), a Polícia pode ser entendida como uma atividade com objetivo de por termo a danos ilegais, através da prevenção de atividades ilícitas e restrição das liberdades das condutas individuais que abranjam qualquer perigo de gerar esses danos.

Marcello Caetano (2003, p. 269) foi o primeiro autor a estudar a Polícia sob a perspetiva do Direito Administrativo e define-a como “o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis

de fazer perigar interesses gerais, tendo por objetivo evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”

Tupman e Tupman (1999) defendem a existência de três modelos de Polícia: o modelo napoleónico, o nacionalista e o descentralizado.

O modelo napoleónico é o “resultado da ação do império napoleónico, caracterizando-se como modelo centralizado e dualista” (Inácio, 2010, p. 23). O comando das polícias provém diretamente do poder central e pressupõe a existência de dois corpos de Polícia, um de natureza militar, dependente do Ministro da Defesa e outro de natureza civil dependente do Ministro que superintende a área da Administração Interna⁸. Portugal, Espanha, França e a Itália fazem parte desta conceção de sistema policial.

O modelo nacional é caracterizado pela existência de única organização policial com competência nacional, na dependência do Ministro da Administração Interna ou da Justiça. Moleirinho (2009). A Suécia, Dinamarca, Finlândia e Moçambique são exemplos de países de modelo nacional.

O modelo descentralizado, característico de países anglo-saxónicos (Reino Unido, EUA e Canadá) é caracterizado por um certo grau de autonomia onde as forças policiais se encontram espalhadas pelo território nacional. Contudo, “dispõem de uma competência territorial limitada à área geográfica onde exercem a sua atividade. Normalmente têm uma autonomia ao nível do recrutamento e na tomada de decisões operacionais” (Inácio 2010, p. 23).

3.3. O Sistema Segurança Pública em Portugal

O modelo policial português, inspirado no modelo napoleónico, é um modelo centralizado e pluralista, composto por duas forças de segurança pública, a PSP e a GNR e dois serviços de segurança especializados, a Polícia Judiciária (PJ) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e por dois serviços de Informações, O Serviço de Informações de Segurança (SIS) e o Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa (SIED). (Inácio, 2010).

As Polícias Municipais, uniformizadas e armadas, são reguladas pelas autarquias locais e exercem atividades em algumas cidades do país, no entanto, só a GNR e a PSP são

⁸De 05 de outubro de 1910 até a revolução do 25 de abril de 1974 o Ministério da Administração Interna em Portugal era designado por Ministério do Interior.

consideradas as Polícias detentoras da ordem e da segurança públicas cuja ação se estende em todo o território nacional. (Durão, 2006).

Neste RCFTIA das FFSS de Portugal, iremos focar o nosso estudo na GNR e na PSP por serem os maiores parceiros de cooperação da PRM em matéria de segurança interna.

3.3.1. Caraterização e Organização Geral da Guarda Nacional Republicana

A GNR é uma “força de Segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas” cuja dependência é bipartida entre os Ministros da Administração Interna (MAI) para a vertente policial e pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN) “nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência (...) no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento” conforme o disposto nos art.º 1.º e 2.º da Lei n.º 63/2007 de 06 de novembro⁹.

Da análise da Lei Orgânica da GNR (LOGNR) podemos concluir que a mesma se encontra organizada numa estrutura vertical e hierárquica, e os seus efetivos estão sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, conforme o art.º 16.º da Lei n.º 11/89 de 01 de junho¹⁰.

A Organização geral da GNR compreende a Estrutura de Comando, as Unidades e o Estabelecimento de Ensino. (art.º 21.º da LOGNR). A Estrutura de Comando compreende, o Comando da GNR e os Órgãos Superiores de Comando e Direção. O Comandante-geral é um Tenente General nomeado por despacho conjunto do Primeiro- Ministro, do MAI e do MDN. (art.º 23.º, LOGNR).

No plano internacional, cabe a GNR, por força do disposto na alínea o) do art.º 3.º da LOGNR, “participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito policial, bem como em missões de cooperação policial internacional (...)”

As Unidades da GNR encontram-se divididas em Comando Geral, Unidades Territoriais e Unidades Especializadas (Unidade de Controlo Costeiro, Unidade de Ação Fiscal e a Unidade Nacional de Transito), Unidade de Representação (Unidade de Segurança e Honras de Estado) e a Unidade de Intervenção (art.º 22.º da LOGNR).

⁹ Aprova a Orgânica da Guarda Nacional Republicana.

¹⁰ Aprova o Estatuto da Condição Militar.

As Unidades Territoriais são os Comados Territoriais que articulam-se pelo Território Nacional, e são constituídos pelos Destacamentos Territoriais, Subdestacamentos Territoriais e Postos Territoriais. (art.º 39.º, LOGNR).

O Estabelecimento de Ensino é a Escola da Guarda, que ministra a formação a Sargentos e Guardas da GNR e Tirocínio Para Oficiais (TPO), cuja formação básica é ministrada na Academia Militar. (art.º 45.º, LOGNR conjugado com o art.º 2.º da Portaria 22/2014 de 31 de janeiro)¹¹.

Relativamente à dispersão territorial, a GNR tem implementação em todos os distritos, sendo responsável por cerca de 92% do território entre zonas urbana e periurbanas, onde residem cerca de 52% da população. (SOP, 2013).

3.3.2. Caraterização e Organização Geral da Polícia de Segurança Pública

Da análise da Lei n.º Lei 53/2007 de 31 de agosto¹² nos seus artigos art.º 1.º e 2.º, a PSP é uma força de segurança uniformizada e armada, com natureza de serviço público, dependente do Ministro da Administração Interna, estando o pessoal com funções policiais sujeito a hierarquia do Comando e o pessoal sem funções policiais sujeito a hierarquia da Administração Pública. Sendo que a sua organização é única para todo o Território Nacional.

Em situações de normalidade institucional, as atribuições da PSP são as decorrentes da legislação de segurança interna e, em situações de exceção, as resultantes da legislação sobre a defesa nacional, o estado de sítio e de emergência

No plano internacional, cabe a PSP, por força do disposto na alínea o) da sua Lei Orgânica, “participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito policial, bem como em missões de cooperação policial internacional (...)”

Da análise da Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto, que aprova a Orgânica da PSP pode-se concluir que a PSP está organizada numa estrutura vertical compreendendo a Direção Nacional, as Unidades de Polícia e os Estabelecimentos de Ensino.

¹¹ Aprova o Regulamento da Academia Militar.

¹² Aprova a Orgânica da Polícia de Segurança Pública.

A Direção Nacional da PSP é dirigida por um Diretor Nacional¹³, a quem compete comandar, dirigir, coordenar e fiscalizar todos os serviços da PSP. O Diretor Nacional é coadjuvado por 3 Diretores Nacionais-Adjuntos que dirigem as unidades orgânicas de Operações e Segurança, Recursos Humanos e Logística e Finanças.

As Unidades de Polícia compreendem a Unidade Especial de Polícia, os Comandos Territoriais de Polícia que incluem os Comandos Metropolitanos de Lisboa e do Porto, os Comandos Regionais da Madeira e dos Açores e os Comandos Distritais. O escalão mais baixo da estrutura operacional é a Esquadra de Polícia.

Os estabelecimentos de ensino, vocacionados para a formação do pessoal policial são o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, para a formação de Oficiais e a Escola Prática de Polícia, para a formação de Chefes e Agentes da Polícia.

Relativamente à dispersão territorial, PSP tem implementação em todos os distritos, sendo responsável por cerca de 8% do território nacional, estando somente presente nos grandes centros urbanos, onde residem cerca de 48% da população. (SOP, 2013).

3.4. O Sistema de Segurança Pública de Moçambique

A República de Moçambique situa-se na África Austral, costa Sudeste de África, com uma área aproximada de 799.380 Km². ¹⁴Faz fronteiras: a Norte com a República da Tanzânia, a Noroeste com o Malawi e a Zâmbia, a Oeste com o Zimbabwe e a República da África do Sul, e a Sul com a Suazilândia e ainda a África do Sul. A sua costa é banhada pelo Oceano Índico.

A Política de Defesa e Segurança Nacional de Moçambique (PDSN), aprovada pela Lei 17/97 de 01 de outubro, tem como objetivos gerais a garantia da Independência Nacional e integridade territorial, a consolidação da unidade nacional, e o desenvolvimento nacional. A lei supra no seu art.º 1º, define a PDSN como sendo o conjunto de princípios, objetivos e diretrizes, que visa defender a independência nacional, preservar a soberania e integridade do país e garantir o funcionamento normal das instituições.

Para se garantir ao cabal cumprimento da PDSN a Lei define três vetores fundamentais e enumera os seus atores. Assim a Defesa Nacional é definida como sendo a

¹³ O cargo de Diretor Nacional e Diretor Nacional-Adjunto pode ser preenchido por Pessoal não Policial que sejam licenciados de reconhecida idoneidade e experiência profissional, vinculados ou não à Administração Pública mediante despacho conjunto do Primeiro-ministro e do MAI.

¹⁴ Anexo C: Localização de Moçambique no Mapa do Mundo e Anexo D: Mapa de Moçambique.

“atividade desenvolvida pelo Estado, que visa assegurar a Independência e a Unidade Nacional (...) e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão armada” e é responsabilidade das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

O art.º 14.º da PDSN define a Segurança do Estado como sendo a atividade conducente a produção de informações conducentes a salvaguarda da independência e da segurança nacional e é exercida em regime de exclusividade pelo Serviço de Informações e Segurança do Estado. A Segurança Interna, atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas é assegurada pela PRM e demais instituições criadas por lei com o apoio da sociedade em geral (art.º 11.º e 12.º da PDSN).

Assim o sistema de forças da República de Moçambique é constituído pelas Forças Armadas (Exército, Marinha de Guerra e a Força Aérea), as Forças de Segurança (Polícia da República de Moçambique) e os Serviços de Segurança (Serviço de Informações e Segurança do Estado e Serviço Nacional Penitenciário).

3.4.1. Caraterização e Organização Geral da Polícia da República de Moçambique

A nova ordem constitucional do país, fruto do Acordo Geral de Paz¹⁵ assinado em Roma, ditou a necessidade de se garantir aos cidadãos o exercício dos seus direitos, garantias e liberdades fundamentais dentro dos limites consagrados pela nova constituição, que estabelece no seu art.º 60.º que as forças de defesa e segurança subordinam-se a PDSN e devem fidelidade a Constituição e a Nação.

Com a aprovação da Lei 16/2013 de 12 de agosto [Aprova Lei Orgânica da PRM (LOPRM)], a PRM é definida no n.º 1 do art.º 1º como sendo “um serviço público, apartidário de natureza paramilitar, integrado no ministério que superintende a área da ordem e segurança públicas.”¹⁶

Carreira (2005) entende que a diferença entre instituições Militarizadas e Paramilitares são as seguintes: as instituições militarizadas estão militarmente organizadas, e assumem uma feição similar à Instituição Militar, contudo não se identificam com ela nem constituem uma ramificação desta. Por outro lado as instituições paramilitares são aquelas

¹⁵ A Lei 13/92 de 14 de Outubro tornou executório o Acordo Geral de Paz assinado em Roma a 04 de outubro de 1992 pelo Governo de Moçambique e a Renamo, pondo termo a guerra civil que durou 16 anos, e garantindo o estabelecimento de uma democracia multipartidária no país.

¹⁶ Cfr. Apêndice H: Organigrama do Ministério do Interior de Moçambique.

que embora sendo civis, em tudo se assemelham a Instituição Militar, tendo os seus Membros formação pré-militar ou pós-militar.

Para Pelembe (2005) o estatuto paramilitar da PRM estabelece uma separação entre duas componentes da PRM: uma Civil e outra Militarizada. A componente militarizada é materializada através das Unidades de Operações Especiais e de Reserva e destina-se a intervir nas situações em que a componente Civil, nomeadamente as Unidades de Territoriais não conseguem garantir a ordem e a segurança públicas.

Da análise do Estatuto Orgânico da PRM, podemos concluir que a PRM está organizada numa estrutura vertical e hierárquica e desdobra-se ao território nacional segundo os critérios da organização administrativa do país¹⁷.

Assim, a nível Central encontra-se o Comando Geral, a nível Local os Comandos Provinciais e Distritais, nos Postos Administrativos, Localidades e Povoações, os Postos Policiais, e nas Cidades e Vilas, encontram-se as Esquadras da Polícia, Postos Policiais e os Setores Policiais. Concluindo-se que na sua dispersão territorial, a PRM tem implementação em todas as Províncias do país, sendo responsável por cerca de 100% do território nacional entre zonas urbanas e periurbanas e rurais.

A PRM é dirigida por Comandante-Geral nomeado pelo Presidente da República. O Comandante-Geral é um Oficial da Polícia escolhido de entre os Oficiais Comissários, sem prejuízo da faculdade do Presidente da República poder nomear um Oficial General das Forças Armadas para exercer o cargo.

O art.º 13.º da LOPRM de agosto estabelece a organização geral da PRM em Ramos e a Unidade de Operações Especiais e de Reserva. São ramos da PRM a Polícia de Ordem Pública, a Polícia de Investigação Criminal, a Polícia de Fronteiras e a Polícia Costeira e Fluvial.¹⁸

A Unidade de Operações Especiais e de Reserva é constituída pelas Unidades de Intervenção Rápida, Proteção de altas Individualidades, Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns, Unidade Canina, Unidade de Cavalaria e a Desativação de Engenheiros explosivos.

Os Estabelecimentos de Ensino, vocacionados para a formação do pessoal policial são a Academia de Ciências Policiais, para a formação de Oficiais e a Escola Prática de Polícia- Matalana, para a formação Sargentos e Guardas da Polícia. No final dos cursos de ingresso, os novos Membros da PRM prestam o Juramento de Bandeira conforme a fórmula prevista no art.º 18º da LOPRM.

¹⁷ Cfr. O n.º 1 do art.º 7º e art.º 273º da Constituição da República de Moçambique.

¹⁸ Cfr. O Apêndice J: Organigrama da Polícia da República de Moçambique.

3.5. Síntese Sobre o Capítulo

A Polícia é definida por Marcelo Caetano (2003) como a forma do Estado intervir no exercício das atividades suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objetivo evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir. Em função das necessidades ditadas por fatores sociais, históricos e políticos cada Estado adota o melhor modelo policial para garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas dos seus cidadãos. Tupman e Tupman (1999) defendem a existência de três modelos Polícias: O napoleónico, o nacionalista e o descentralizado.

O modelo policial da República Portuguesa é um modelo centralizado e pluralista, composto por duas forças de segurança pública, a PSP e a GNR e dois serviços de segurança especializados, a Polícia Judiciária (PJ) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e por dois serviços de Informações, O Serviço de Informações de Segurança (SIS) e o Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa (SIED). (Inácio, 2010). Este modelo é inspirado no modelo napoleónico, com duas forças de Polícia com jurisdição nacional e dependentes da Administração Central do Estado.

A GNR e a PSP têm jurisdição em 92 % e 8 % do Território Nacional, respetivamente. A PSP é uma força de segurança de natureza civil, dependente do ministro da administração interna, e a sua área de jurisdição encontra-se limitada aos grandes centros urbanos. A GNR é uma força de segurança de natureza militar, dependente dos ministros da defesa nacional e da administração interna, e tem como área de jurisdição as zonas urbanas (que não são da jurisdição da PSP), e atua como uma força de charneira entre as forças armadas e as forças e serviços de segurança de natureza civil.

O modelo policial da Republica de Moçambique é um modelo centralizado e nacionalista, composto uma única força de segurança, a PRM, por um serviço de segurança especializado, O SNP, e por um serviço de Informações, o SISE.

A PRM é uma força de segurança de natureza paramilitar, na dependência do Ministro do Interior e a sua área de jurisdição contempla 100% do território nacional (área aproximada de 799.380 km²). A PRM coopera com as suas congéneres portuguesas em matéria policial, nomeadamente em matérias relativas à segurança e tranquilidade públicas, criminalidade internacional e na área da formação e capacitação de recursos humanos.

PARTE II: TRABALHO DE CAMPO

Capítulo 4

Metodologia e Procedimentos

4.1. Introdução

Após a apresentação do RCFTIA e o Enquadramento Teórico do Tema em estudo importa fazer uma descrição da Metodologia e dos Procedimentos usados para dar respostas as Questões da Investigação.

Neste Capítulo, analisaremos os Métodos de abordagem ao problema da investigação, as técnicas, procedimentos e meios de investigação utilizados; abordaremos a composição e justificação da amostra escolhida e descreveremos os procedimentos de análise e recolha de dados e os instrumentos utilizados no processamento dos mesmos.

4.2. Métodos de Abordagem ao Problema

Com vista a se dar resposta a Questão Central desta Investigação foram utilizados mais do que um método de investigação. A conjugação de vários métodos de investigação permite complementar a informação obtida individualmente por cada um, contribuindo assim para aumentar a credibilidade às respostas as perguntas levantadas. (Sarmiento, 2013).

Tendo em conta a natureza do estudo que se pretende desenvolver, recorreu-se a análise documental através da consulta dos dados secundários (dados estatísticos) relativos as ações de formação/ assessoria conduzidas pela GNR em Moçambique entre os anos de 2005 a 20013.

Os dados secundários foram recolhidos nas fontes primárias (Comando Geral da GNR, Instituto Camões, I.P., DGAI e Direção nacional da PSP).

Posteriormente à análise documental procurou-se obter informação qualitativa acerca da participação da GNR na formação da Polícia da República de Moçambique. Neste sentido

foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas orientadas por dois Guiões de Entrevista distintos (Apêndice D e Apêndice E) a dois grupos de individualidades com conhecimentos sobre o tema em estudo, privilegiando-se o método inquisitivo, uma vez que estas se basearam no interrogatório oral ou escrito. (sarmiento, 2013).

4.3. Técnicas, Procedimentos e Meios

Sarmiento (2013, p. 27) é do entendimento de que pode-se utilizar “análise documental, observação direta, entrevistas, inquéritos, procedimentos especiais e particulares” como instrumentos que possibilitam a conquista dos objetivos traçados no âmbito de uma investigação científica.

No presente RCFTIA optou-se por utilizar duas técnicas em fases distintas. Na primeira fase a análise documental e a pesquisa bibliográfica a fim de se recolher o máximo de informação qualitativa sobre a temática da CTP entre Portugal e Moçambique.

Numa segunda fase, tendo em atenção aos objetivos do TIA, foram realizadas 19 entrevistas semiestruturadas a Oficiais da GNR, PSP e da PRM e a um Técnico Superior da DGAI, com experiência na área da CTP. Estas entrevistas tinham como objetivo recolher informação qualitativa que nos permitisse responder às Questões da Investigação.

Foram igualmente analisados os dados das ações de formação e de assessoria à PRM e ao MINT de Moçambique com o objetivo de se recolher informação quantitativa acerca da formação ministrada à PRM pela GNR, tanto em Território Moçambicano bem como nos estabelecimentos de ensino policial e militar em Portugal.

4.4. Procedimentos de Recolha e Análise de Dados

Para a recolha dos dados qualitativos foram efetuadas entrevistas semiestruturadas segundo dois procedimentos distintos. O primeiro prende-se com a realização de entrevistas presenciais nas quais o investigador deslocou-se aos locais para as realizar pessoalmente, tendo sido estas gravadas (com a devida autorização dos Entrevistados) e transcritas, para uma melhor análise das mesmas.

O segundo procedimento foi a aplicação de entrevistas não presenciais uma vez que a amostra inclui oficiais da PRM e o Entrevistador não pôde se deslocar a Moçambique para fazê-las presencialmente. Para materializar as entrevistas foram enviados correios

eletrónicos aos Entrevistados contendo do guião da entrevista (Apêndice K) e a autorização do Ministério do Interior (Apêndice K) para aplica-las.

Concluída a realização das entrevistas, procedeu-se à verificação dos dados qualitativos fornecidos pelos Entrevistados através de uma análise comparativa através da análise de conteúdo. (Sarmento, 2013).

Por fim, elaborou-se as matrizes de registo da análise de conteúdo e verificou-se a validade e fiabilidade das conclusões resultantes da análise de conteúdo. E procedeu-se a elaboração do relatório final (Sarmento, 2013).

4.5. Locais de Pesquisa e Instrumentos de Recolha de Dados

Para a realização das entrevistas semiestruturadas (recolha de dados qualitativos) presenciais, recorreu-se a um gravador de voz *USB 8GB*, para posterior transcrição das mesmas de modo a facilitar a sua análise.

As entrevistas presenciais foram realizadas nas instalações da DGAI, da Direção Nacional da PSP, no Comando Geral da GNR e na Escola da Guarda-Queluz.

Para a elaboração do TIA utilizamos *Microsoft Office Word®* versão 2013 para a redação do mesmo e a transcrição das entrevistas. Na elaboração dos quadros, tabelas, gráficos e análise de dados utilizamos o *Microsoft Office Excel®* versão 2013.

Foi utilizada a internet como meio principal de recolha de documentos, legislação e dados atualizados, bem como para a condução das entrevistas que não seria possível obter de outra forma. Toda a investigação decorreu entre os meses de maio e julho de 2014.

4.6. Amostragem: Composição e Justificação

Uma investigação científica engloba um determinado número de elementos designados por “universo” que dificilmente podem ser considerados na sua totalidade, daí que há necessidade de reduzir esses elementos a uma amostra. As amostras podem tomar duas vertentes: amostragem probabilística e não-probabilística (Gil, 1999).

Após análise das técnicas de seleção da amostra optou-se por uma amostra não probabilística porque “os fundamentos de seleção não dependem de construções estatísticas (...) mas sim do juízo do investigador” (Pardal e Lopes, 2011,p.63). A escolha da amostra não probabilística foi por amostragem intencional que “é por excelência um recurso da investigação qualitativa, dado esta não estar particularmente preocupada com a

generalização dos resultados, mas sim com a captação e compreensão dos significados em contextos específicos.” (idem, p. 64).

Para dar resposta as questões da investigação foram realizadas entrevistas a dois grupos distintos de Entrevistados. O Grupo I, caracterizado no Quadro n.º 4, é constituído por individualidades que exercem ou exerceram, funções de direção e chefia nas áreas da formação e das relações Internacionais na DGAI, GNR, PSP, e no MINT. O Grupo II, caracterizado no Quadro n.º 5, é constituído por Oficiais da GNR que participaram em ações de formação e assessoria ao MINT e à PRM em Moçambique, e por oficiais da PRM que frequentaram o CPOS da GNR em Portugal.

Quadro n.º 4: Lista dos Entrevistados do Grupo I

E	Posto e Nome do Entrevistado	Função Atual /Função no âmbito da CTP- GNR/PRM
E1	MGEN Rui Manuel Baptista Moura	CMDT do CDF/CGNR
E2	Intendente PSP Paulo Caldas	Diretor do Departamento da Segurança Privada/ DNPSP Oficial de Ligação MAI em Maputo
E3	Dr. Rui Costa	Técnico Superior na DGAI Responsável pela Cooperação com os Países da CPLP/DGAI
E4	Dr. Joaquim Bule	Assessor do MINT para as relações Internacionais Diretor do Gabinete das Relações Internacionais/MINT
E5	Dr. Mário Jorge	Diretor do Gabinete das Relações Internacionais/MINT

Quadro n.º 5: Lista dos Entrevistados do Grupo II

E	Posto e Nome do Entrevistado	Função Atual /Função no âmbito da CTP- GNR/PRM
E6	COR GNR Eduardo Barão Mendes	Chefe da Divisão de Trânsito e Seg. Rodoviária CGGNR Formador/ ACIPOL
E7	TCOR GNR Carlos Pinto Carreira	Chefe da Divisão da Revista da GNR Diretor Pedagógico um Curso de Formação/ MINT
E8	TCOR GNR Vítor Guedes	Chefe da SIC CTER Lisboa Formador/ Escola Prática de Matalana
E9	TCOR GNR Manuel Prazeres	Chefe do Núcleo de Administração da EG Formador/MINT
E10	MAJ GNR António Ramos	Chefe do Núcleo de Educação Física e Desportos da EG Assessor- MINT/PRM/ACIPOL
E11	MAJ GNR Gomes Araújo	Chefe do Centro de Instrução de Condução Auto da EG Formador/ ACIPOL e Escola Prática de Matalana
E12	MAJ GNR Macedo Fernandes	Chefe da Repartição de Recrutamento CARI/GNR Formador na Escola Prática de Matalana
E13	SUP PRM Lino Santana	Docente na ACIPOL/PRM Formando no ISCPSP e no CPOS
E14	SUP PRM Moisés Gueve	Chefe da Repartição de Formação de Oficiais CGPRM Formando no ISCPSP e no CPOS
E15	CAP GNR Vaz Alves	Chefe da Repartição da Natureza e do Ambiente CGGNR Formador/ACIPOL e Escola Prática de Matalana
E16	INSP PRM Cátia Quingue	Docente na ACIPOL/PRM Formando no CPOS
E17	CAP GNR Amorim	Chefe de Repartição de Planeamento e Monitorização da DIPER/GNR e Formador/MINT
E18	INS PRM Duarte Tembe	Docente na ACIPOL/PRM Formando no ISCPSP
E19	INS PRM Sérgio Mendes	Docente na ACIPOL/PRM e Formando no CPOS

Capítulo 5

Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

5.1. Introdução

No presente Capítulo, insere-se o Estudo Empírico deste RCFTIA, e onde são apresentados, analisados e discutidos os resultados dos dados quantitativos e qualitativos relativos à participação da GNR na CTP com a PRM.

A análise dos dados estatísticos é um processo crucial para termos a dimensão quantitativa e temporal da evolução das ações de formação conduzidas pela GNR em Moçambique e da formação de elementos da PRM em Portugal. A análise das entrevistas permitir-nos-á ter uma dimensão qualitativa acerca da CTP entre a GNR e a PRM. A análise de conteúdo das entrevistas foi realizada através da análise quantitativa das respostas, onde foram identificados os segmentos dentro de cada resposta, para que posteriormente fosse calculada a sua frequência.

5.2. Apresentação dos Dados Quantitativos sobre a Participação da GNR na CTP

Em cada PIC, dividimos as ações de formação ministradas pela GNR em 2 grupos separados por cada ano que constitui um PAC: Formação ministrada em Moçambique (ACIPOL, Escola Prática de Polícia- Matalana e outros Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento) e Cursos de Formação e Especialização em Portugal (EG, IESM e AM).

5.2.1. Dados Relativos ao Programa Indicativo de Cooperação 2004-2006

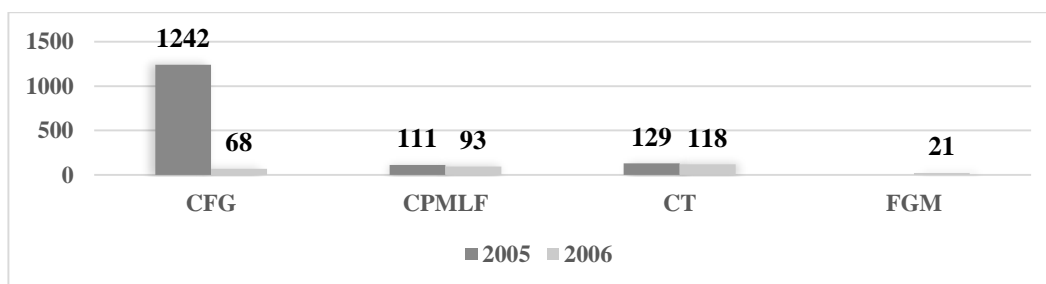


Figura n.º 2: Formação ministrada pela GNR em Moçambique (PIC 2004-2006)
Fonte: Adaptado de GNR (2014)

5.2.2. Dados Relativos ao Programa Indicativo de Cooperação 2007-2009

5.2.2.1. Formação em Moçambique

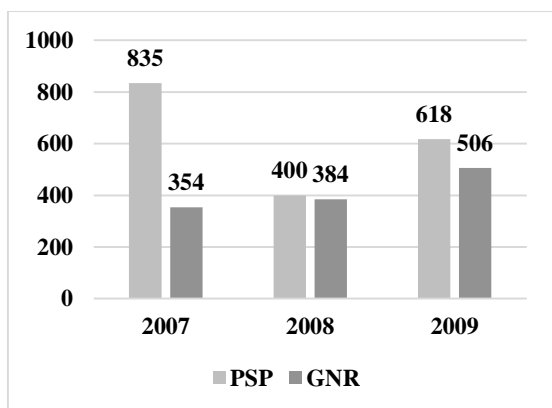


Figura n.º 3: Formação ministrada pela PSP e pela GNR (PIC 2007-2009)
Fonte: Adaptado de GNR (2014)

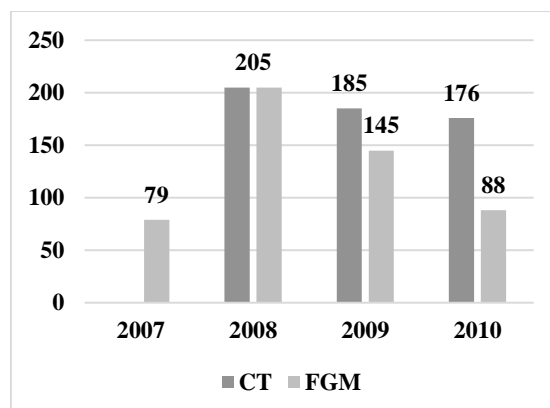


Figura n.º 4: Formação ministrada pela GNR na ACIPOL (PIC 2007-2009)
Fonte: Adaptado de GNR (2014)

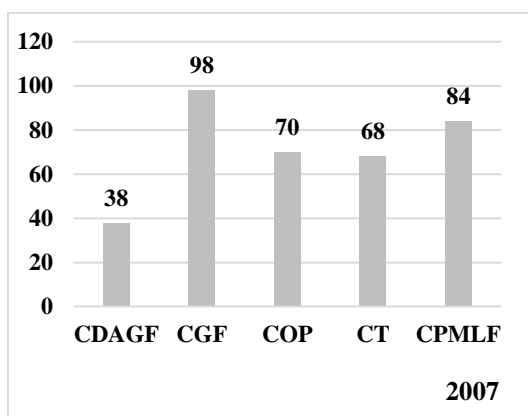


Figura n.º 5: Formação ministrada pela GNR nos Cursos Especialização (2007)
Fonte: Adaptado de GNR (2014)

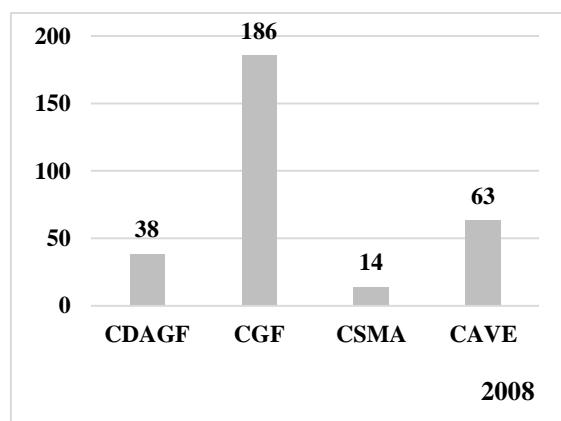


Figura n.º 6: Formação ministrada pela GNR nos Cursos de Especialização (2008)
Fonte: Adaptado de GNR (2014)

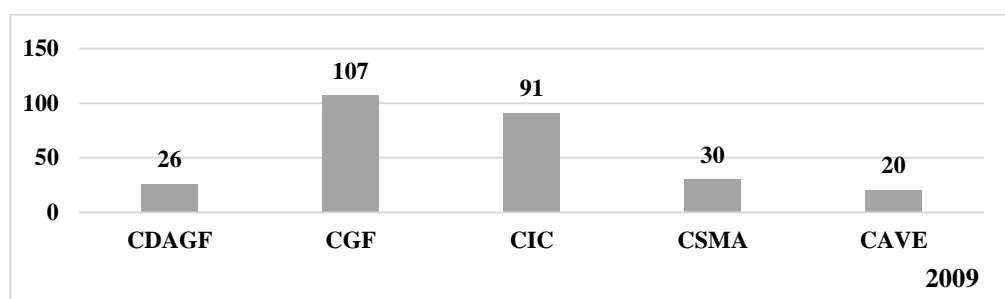


Figura n.º 7: Formação ministrada pela GNR nos Cursos de Especialização (2009).
Fonte: Adaptado de GNR (2014)

5.2.2.2. Formação em Portugal

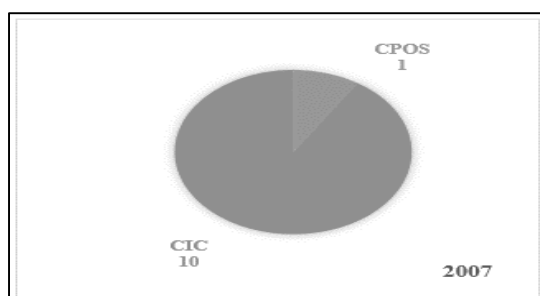


Figura n.º 8: Formação ministrada pela GNR em Portugal (2007)
Fonte: Adaptado de GNR (2014)

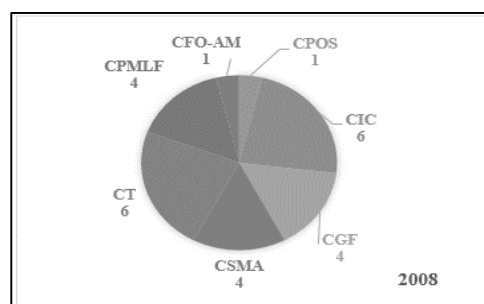


Figura n.º 9: Formação ministrada pela GNR em Portugal (2008)
Fonte: Adaptado de GNR (2014)

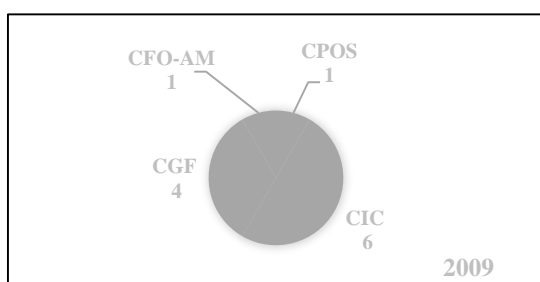


Figura n.º 10: Formação ministrada pela GNR em Portugal (2009)
Fonte: Adaptado de GNR (2014)

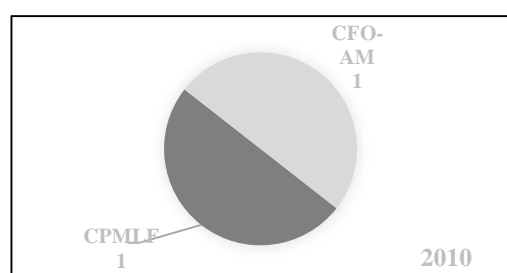


Figura n.º 11: Formação ministrada pela GNR em Portugal (2010)
Fonte: Adaptado de GNR (2014)

5.2.3. Dados Relativos ao Projeto da UE para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT (PIC 2011-2014)

No quadro do 10.º FED, a GNR levou a cabo ações de Assessoria aos órgãos do MINT e da PRM e de Formação e Especialização dos efetivos da PRM em território moçambicano e em Portugal.

A Tabela n.º 1 é relativa a ações de Formação e Assessoria a elementos e órgãos do MINT, da ACIPOL e da EPP- Matalana.

Tabela n.º 1: Ações de Assessoria no âmbito do Projeto da UE para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT (1/2)

PAC	ÓRGÃO	AÇÃO DE ASSESSORIA E /OU DE FORMAÇÃO	FORMANDOS
2011	MINT	Revisão dos Currículos dos Cursos de Formação para os Ramos da PRM	11
		Definição da Estratégia Integrada de Comunicação	12
		Políticas e Estratégias de Formação	-
		Organização dos Recursos Humanos	-
		Sistemas Informáticos de Gestão e Tratamento da Informação Criminal	61
		Assessoria ao MINT/PRM/SENASP/DNIC	10

Tabela n.º 1: Ações de Assessoria no âmbito do Projeto da UE para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT (2/2)

PAC	ÓRGÃO	AÇÃO DE ASSESSORIA E /OU DE FORMAÇÃO	FORMANDOS
2011	ACIPOL	Assessoria Técnica-Corpo de Alunos/ Dir. Pedagógica/Área de Ensino	-
	EPP-Matalana	Reabilitação das Infraestruturas da EPP- Matalana	-
		Revisão dos Currículos dos Cursos de Formação de Sargentos e Guardas	11
		Revisão da Estrutura Orgânica do Corpo de Alunos e da Direção Pedagógica da Escola Prática de Polícia-Matalana	92

Fonte: Adaptado de GNR (2014)

A Tabela n.º 2 é relativa a ações de formação e especialização dos efetivos da PRM em Portugal no quadro do Projeto da EU para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT.

Tabela n.º 2: Ações de Formação no âmbito do Projeto da UE para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT

PAC	Órgão	Tipo de Formação	Formandos
2011	MINT	Curso de Administração e Gestão Pública	14
		Curso de Gestão Logística	14
		Técnicas de Comunicação	28
	PRM	CPOS	2
		CFO-AM	1
	ACIPOL	Curso Avançado de Formação de Formadores	20
	EPP-Matalana	Curso de Formação Pedagógica de Formadores	42

Fonte: Adaptado de GNR (2014)

5.2.4. Análise e Discussão dos Dados Quantitativos

No PIC 2004-2006, a GNR ministrou formação a 1782 Membros da PRM, no Curso de Formação de Guardas (CFG), Curso de Proteção Marítima Lacustre e Fluvial (CPMLF), Curso de Trânsito (CT) e Formação Geral Militar (FGM), conforme a Figura n.º 2.

Apesar do PIC 2004-2006 prever ações de formação para os três anos (2004, 2005 e 2006), a GNR iniciou as ações de formação em Moçambique em 2005, tendo participado na formação do 20.º CFG com 1242 formandos na Escola Prática da Polícia-Matalana (EPP-Matalana), no CT, 129 e no CPMLF, 111. (Figura n.º 2).

Em 2006 verifica-se uma redução substancial nas ações de formação conduzidas pela GNR em Moçambique. No 21.º CFG, a GNR participou na formação de 68 Instruendos e os números de formandos nos CPMLF e CT também sofreram reduções passando de 111 para 93 e de 129 para 118, respetivamente.

Durante o PIC 2004-2006 não foi levada nenhuma ação de formação especificamente dirigida para a formação de Oficiais na ACIPOL, mas por outro lado iniciou-se a formação de Membros da PRM nos estabelecimentos de ensino militar e policial da GNR em Portugal, com a formação de 1 Oficial da PRM nos CPOS-2005 e 1 no CPOS-2006 no IESM.

Durante o PIC 2007-2009, de um modo geral a PSP formou mais Membros da PRM que a GNR nas diferentes áreas de especialização, sendo que a PSP formou 1853 efetivos enquanto a GNR formou 1244, conforme atesta a Figura n.º 3.

Em 2007 iniciam as ações de formação da GNR na ACIPOL, nas matérias de Trânsito e Segurança Rodoviária e na área da Formação Geral Militar com a formação de 79 formandos. A GNR ministrou também cursos de especialização com destaque para os Curso de Guardas Fronteiras (CGF) com 98 formandos, Curso de Direção, Administração e Gestão Financeira (CDAGF) com 38, CPMLF com 84, CT com 68 e o Curso de Ordem Pública (COP) com 70. (Figura n.º 5).

Em 2008, o número de formandos na ACIPOL aumentou para 205 formandos. Nos cursos de especialização a GNR formou no CDAGF 38 Membros da PRM, no Curso de Apoio à Vitimas Especificas (CAVE) 63, no Curso de Segurança do Meio Ambiente (CSMA), 14 e no CGF a 186 Membros da PRM. (Figura n.º 6).

No Ano 2009, a formação na ACIPOL registou uma redução do número de formandos, tendo sido ministrada a FGM a 145 formandos e o CT a 185. Nesse ano a GNR formou Membros da PRM, no CGF, 186, no CSMA, 30, CAVE, 20, CDAGF, 26 e nas várias especialidades dos Cursos de Investigação Criminal, 91 Membros da PRM.

Em 2010 a formação na ACIPOL foi dirigida a 88 Membros da PRM em FGM e a 176 em matérias de Trânsito. (Figura n.º 7).

Relativamente a formação em Portugal, a GNR formou, em 2007, 10 Membros da PRM no Curso de Investigação de Crimes em Acidentes de Viação (CICAV) e 1 no CPOS. (Figura n.º 8).

No ano de 2008 foi aberta pela primeira vez uma vaga para a frequência do Curso de Formação de Oficiais da GNR na AM (CFO-AM), e 1 membro da PRM foi formado no CPOS e, 6 Membros da PRM foram formados no CIC, 4 no CPMLF, 6 no CT, 4 no CSMA e 4 no CGF. (Figura n.º 9).

Em 2009, a vaga aberta para o CFO-AM foi ocupada no Vestibular 2009 e 1 membro da PRM foi formado no CPOS, 4 no CGF e 6 no CIC. (Figura n.º 10) e em 2010 foi formado 1 membro da PRM no CPMLF (Figura n.º 11).

No ano 2010, com o início do Projeto da UE para o Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT, a GNR levou a cabo missões de assessoria e formação aos órgãos e Quadros do MINT e da PRM das quais se destacam a Revisão dos Currículos dos Cursos de Formação de Oficiais, Sargentos e Guardas, a Revisão das Estratégias de Formação e a Revisão da Estrutura Orgânica da PRM. (Tabela n.º 1 e Tabela n.º 2).

No que concerne à formação de raiz de oficiais nos estabelecimentos de ensino em Portugal, a PSP já formou no ISCPSI, 23 Oficiais da PRM entre 1988 e 2012, enquanto a GNR abriu uma vaga para formação de Oficiais no Ano Académico 2009-2010. (PSP; 2014).¹⁹

5.3. Análise das Entrevistas

Os resultados a seguir apresentados são relativos às 19 entrevistas realizadas a amostra caracterizada nos Quadros n.º 1 e n.º 2. As entrevistas foram feitas com base nos Guiões de Entrevistas constantes no Apêndice D e no Apêndice E.

No entanto, para poder alcançar os objetivos do trabalho, apenas foi colocada a informação mais relevante, relativamente a cada questão, procurando assim, através deste processo verificar ou não algumas das hipóteses desta investigação.

Relativamente às entrevistas, a análise de conteúdo foi realizada de acordo com as seguintes fases: leitura vertical de todas as entrevistas; leitura horizontal das respostas das entrevistas (lê-se a mesma resposta de todas as entrevistas); diferenciação dos segmentos de texto; identificação das unidades de contexto por questão e posterior comparação; elaboração da matriz das unidades de contexto e de registo por questão²⁰; codificação das unidades de registo; construção da matriz de análise de conteúdo por questão²¹, e por último elaboração das conclusões de cada questão (Sarmiento, 2013).

5.3.1. Apresentação dos Dados das Entrevistas ao Grupo I

Relativamente à análise do conteúdo das respostas, a fim de “...extrair a significação dos símbolos presentes nos discursos dos participantes” (Fortin, Côté e Fillion., 2009, p. 302), definiu-se unidades de segmentação ou de recorte, que podem ser definidos por uma palavra (palavra-chave), uma expressão (conceito-chave) a partir dos dados recolhidos de modo a criar uma matriz de codificação, como podemos ver no Quadro n.º 6 (Sarmiento, 2013).

¹⁹ Cfr. Anexo E.

²⁰ Cfr. Quadro n.º 6.

²¹ Cfr. Tabela n.º 10.

Quadro n.º 6: Matriz de Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas ao Grupo I

CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA E CROMÁTICA DAS ENTREVISTAS	
Questão 1	
Segmentação 1.1	Tem sido um sucesso
Segmentação 1.2	O planeamento das ações de formação é feito em função das necessidades da PRM
Segmentação 1.3	A afirmação de Portugal como principal parceiro de cooperação em matéria policial
Questão 2	
Segmentação 2.1.	Há vontade das partes em manter as relações de cooperação
Segmentação 2.2	Língua Oficial Comum
Segmentação 2.3	Não há um acompanhamento pós formação
Segmentação 2.4	Dificuldades materiais e orçamentais para planear e executar as ações de formação
Questão 3	
Segmentação 3.1	A cooperação não era centralizada num organismo do MAI
Segmentação 3.2	A GNR tinha valências e especialidades que a PSP não conseguia suprir
Segmentação 3.3	A GNR não tem escola própria para a formação de Oficiais
Segmentação 3.4	A GNR não era conhecida nos PALOP
Segmentação 3.5	Cabe ao País requisitante escolher entre a GNR e PSP
Questão 4	
Segmentação 4.1	Formação de base Recursos Humanos
Segmentação 4.2	Assessoria no âmbito da Organização da Estrutura da PRM
Segmentação 4.3	Formação para os efetivos nas diversas Especialidades
Questão 5	
Segmentação 5.1	Organização militar hierárquica
Segmentação 5.2	Dupla valência para Intervir como Polícia Civil e como Polícia Militar
Segmentação 5.3	Capacidade para intervir em ambientes rurais, periurbanos e urbanos
Questão 6	
Segmentação 6.1	Nenhuma, o cariz militar da GNR é só por si uma mais-valia
Segmentação 6.2	O cariz militar surge em reforço da condição de Polícia Civil
Questão 7	
Segmentação 7.1	O cariz militar da GNR não tem influência no modelo de formação da PRM

Numa primeira fase, procedeu-se a uma avaliação qualitativa do conteúdo das entrevistas, na qual foi efetuada uma sinopse das respostas a cada uma das entrevistas, como se pode constatar a partir da Tabela n.º 3 à Tabela n.º 9 de modo a sintetizar ideias e a destacar aspetos isolados. Posteriormente, analisou-se cada uma das respostas e determinou-se a frequência de cada um dos segmentos das respostas obtidas de modo a proceder a uma análise quantitativa. (Sarmiento, 2013) e (Fortin et al., 2009). Nos Quadros sinopse estão marcadas a cores e definidas as respetiva unidade de registo (UR) dos diversos segmentos

A Tabela n.º 3 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 1A: Qual é o balanço que faz da CTP entre Portugal e Moçambique?

Tabela n.º 3: Análises dos Resultados da Questão 1A (1/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“É sempre positivo ver oficiais da PRM a passarem pelos bancos dos nossos estabelecimentos de ensino e formação”	1.1
	“É uma oportunidade da GNR poder se mostrar ao mundo como uma força credível e capacitada...”	1.3

Tabela n.º 3: Análises dos Resultados da Questão 1A (2/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E2	“...a cooperação é hoje um programa estruturado e planeado com os próprios moçambicanos...”	1.2
	“Possibilitou que vários oficiais que têm hoje funções de comando e direção na PRM, sejam hoje assessores do próprio Ministro e vejam Portugal com outros olhos em virtude de se terem formado nas nossas escolas...”	1.3
E3	“...mas se os Moçambicanos quiseram que fossem os portugueses a executar o projeto da União Europeia em detrimento das forças policiais é sinal de que moçambique reconhece a capacidade e a positividade da cooperação portuguesa...”	1.3
E4	“A CTP tem correspondido às expectativas criadas pelos dois Governos. Caso contrário os dois Governos já teriam interrompido a continuação desse projeto e dos programas de formação”	1.1
	“...as necessidades de formação são estabelecidas e avaliadas em função dos objetivos estratégicos do MINT e da PRM”	1.2
E5	“O balanço que faço do projeto de cooperação entre Portugal e Moçambique é amplamente positivo...”	1.1
	“...permitiu-nos desenvolver e consolidar as relações entre os dois Estados e a formar com qualidade os nossos Quadros, em Moçambique e em Portugal”	1.3

A Tabela n.º 4 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 2A: Quais os pontos que considera fracos e os que considera fortes da CTP entre Portugal e Moçambique?

Tabela n.º 4: Análises dos Resultados da Questão 2A

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“A língua comum facilita em muito a interação entre o formador e os formandos”	2.2
	“Há vontade em ambos os lados para dar continuidade aos projetos de cooperação”	2.1
	“A atual crise económica fez diminuir as atividades no âmbito da formação das Polícias dos países amigos”	2.4
E2	“O ponto mais forte é sem dúvidas a vontade das pessoas, a forte ligação entre as várias Polícias e a PRM...”	2.1.
	“...nunca foi possível planificar a mais do que um ano e isso deixa sempre uma incógnita...”	2.4
E3	“... nas dificuldades de disponibilização e fornecimento de material didático...”	2.4
	“...falta de clareza sobre os procedimentos de recrutamento e seleção dos candidatos à frequência dos cursos e quanto ao aproveitamento desses recursos humanos depois da formação...”	2.3
	“O aspeto positivo é sem dúvidas, a questão da língua comum aliada a certa proximidade cultural entre os moçambicanos e os portugueses...”	2.2
E4	“A atual crise financeira e os cortes nos investimentos nas forças de defesa e segurança têm implicações na capacidade de execução dos projetos de cooperação técnico policial...”	2.4
	“...tem a grande vantagem de serem feitos na mesma língua, o português, o que ajuda a criar um ambiente de maior confiança entre as partes...”	2.2
E5	“O ponto forte deste projeto é o fato de falarmos todos a mesma língua que aliada a vontade e o empenho (...) possibilitou o sucesso deste projeto”	2.2
	“...a componente logística e financeira que não possibilita que se executem todos os planos e projetos que planeamos...”	2.4

A Tabela n.º 5 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 3A: Como é justificada o ligeiro atraso da GNR em relação à PSP nas ações de Cooperação Técnico-Policial com a PRM?

Tabela n.º 5: Análises dos Resultados da Questão 3A

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...A PSP iniciou os contatos com vista a dar formação à PRM movida por um desejo da Direção da PRM...”	3.5
	“...Por exemplo estiveram cá alguns Oficiais de Cabo verde, formados no ISCPSI que disseram que nunca tinham ouvido falar da Guarda...”	3.4
E2	“...a GNR cooperava com os contactos que tinha, a PSP cooperava com os contatos e com as ligações pessoais que tinha...”	3.1
	“...o trânsito passou a ser uma especialidade com que a GNR se projetou internacionalmente...”	3.2
E3	“...o fato da GNR não ter uma escola própria para formar os seus oficiais e para abrir uma vaga para os PALOP tem que fazer acordos prévios com o Exército.”	3.3
E4	“...nós apostamos na especialização, isto é, a GNR tem capacidades e especialidades que eram do interesse da PRM aprimorar...”	3.2
	“Nós já cooperamos com a PSP, nomeadamente com o ISCPSI, para formar oficiais da PRM desde os anos 1990...”	3.4
E5	“De acordo com as nossas necessidades de formação tentamos conseguir supri-las através das ações de formação ministradas por nós ou através dos nossos parceiros de cooperação...”	3.2

A Tabela n.º 6 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 4A: Quais são as áreas de cooperação que considera prioritárias na CTP entre a GNR e a PRM?

Tabela n.º 6: Análises dos Resultados da Questão 4A

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“...A GNR pode dar formação à PRM na área fiscal e aduaneira (...), da proteção da Natureza e do Ambiente (...), e da Fiscalização do trânsito rodoviário”	4.3
E2	“A área de cooperação que devia ser prioritária á área da formação de base de Oficiais, Sargentos e Guardas...”	4.1
	“...é fundamental melhorar e manter os níveis de organização da PRM...”	4.2
E3	“Um outro aspeto tem a ver com a organização institucional da GNR que tem mais de 100 anos. Esta experiência de organização sólida e funcional pode ser passada à PRM através da formação e assessoria feita pela GNR”	4.2
	“...GNR tem especialidades que em Portugal é perita n.º 1, refiro-me à área do trânsito, da Polícia de proteção costeira e à área fiscal...”	4.3
E4	“...a GNR além de poder ministrar formação nas áreas em que é especialista...”	4.3
	“...pode apoiar na reestruturação e organização da PRM no sentido de tornar a organização mais funcional e moderna.”	4.2
E5	“A GNR já tem apoiado a reestruturação e reorganização da Polícia, e é por aí que acredito que deve ser o futuro deste projeto de cooperação.”	4.2

A Tabela n.º 7 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 5A: Quais são as potencialidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, tem para a formação da PRM?

Tabela n.º 7: Análises dos Resultados da Questão 5A (1/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“A grande mais-valia da GNR é que pode dar formação e intervir nas mesmas áreas e condições que a PSP mas o inverso já não se verifica...”	5.3
	“Capacidade se constituir como uma força de charneira entre a Polícia Civil e o exército.”	5.2

Tabela n.º 7: Análises dos Resultados da Questão 5A (2/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E2	“A PRM é uma força de cariz militar, portanto, a GNR tem todas as características, tem toda a dinâmica, todas as potencialidades para apoiar a PRM”	5.1
	“A GNR tem um nível de organização, um nível de experiência que lhe permite operar em qualquer cenário”	5.3
E3	“...o cariz militar da GNR confere a cultura do rigor, da disciplina, do espírito de coesão e de missão...”	5.1
E4	“...poderem ser empenhados em múltiplas funções, como atualmente acontece no centro do país onde temos da Polícia a trabalhar lado a lado com as Forças Armadas.”	5.2
E5	“...dotar a PRM de capacidades para intervir como força militar, para conduzir ações conjuntas com as forças armadas...”	5.2

A Tabela n.º 8 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 6A: Quais são as vulnerabilidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, tem para a formação da PRM?

Tabela n.º 8: Análises dos Resultados da Questão 6A

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“A condição militar é uma mais-valia pois permite a incorporação Membros com fortes valores e sentido do dever”	6.1
E2	“Absolutamente nenhuma, antes pelo contrário, a característica militar representa uma mais-valia”	6.1
E3	“... acredito que a formação da GNR serve de complemento à formação da Polícia Civil.”	6.2
E4	“...não traz nenhuma vulnerabilidade, antes pelo contrário, ajuda na formação de novas Polícias que já vem com metade da formação dada nas Forças Armadas.”	6.2
E5	“...estabelecemos critérios preferenciais de recrutamento para as nossas fileiras de indivíduos que tenham passado pelo serviço militar...”	6.2

A Tabela n.º 9 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 7A: Encontra na natureza militar da GNR, uma mais-valia, ou uma contrariedade, para a formação/ modelo da Polícia de Moçambique, tendo em conta os programas de formação e a organização geral da PRM? De que forma?

Tabela n.º 9: Análises dos Resultados da Questão 7A

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E1	“Do ponto de vista estratégico à PRM é que deve definir o que quer ser: uma Polícia Civil ou uma Polícia de cariz militar”	7.1
E2	“Em termos de formação ser ou não ser militar é uma questão que não se levanta, o que realmente importa são os Referenciais de Formação”	7.1
E3	“...nem a GNR, nem a PSP, nunca vão poder influenciar o modelo nem a matriz de formação da PRM por que a PRM evolui e se adapta segundo as necessidades dos moçambicanos...”	7.1
E4	“A GNR e a PSP apenas dão a formação dos conteúdos previamente estabelecidos pela direção de pessoal e formação da PRM”	7.1
E5	“A natureza militar não constitui uma contrariedade para o modelo de formação da PRM”	7.1

Como referido anteriormente, foram identificados vários segmentos dentro de cada resposta, para que, posteriormente, fosse calculada a sua frequência de modo a que após a sua análise fosse possível chegar às conclusões de cada questão. Posto isto, obteve-se os seguintes resultados, inscritos na Tabela n.º 10.

Tabela n.º 10: Análise Quantitativa das Respostas das Entrevistas ao Grupo I

Análise Quantitativa							
Segmentação	Entrevistados					Frequência (n)	Porcentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5		
Questão 1A							
Segmentação 1.1	X			X	X	3	60%
Segmentação 1.2		X		X		2	40%
Segmentação 1.3	X	X	X		X	4	80%
Questão 2A							
Segmentação 2.1	X	X				2	40%
Segmentação 2.2	X		X	X	X	4	80%
Segmentação 2.3			X			1	20%
Segmentação 2.4	X	X	X	X	X	5	100%
Questão 3A							
Segmentação 3.1		X				1	20%
Segmentação 3.2		X		X	X	3	60%
Segmentação 3.3			X			1	20%
Segmentação 3.4	X			X		2	40%
Segmentação 3.5	X					1	20%
Questão 4A							
Segmentação 4.1		X				1	20%
Segmentação 4.2		X	X	X	X	4	80%
Segmentação 4.3	X		X	X		3	60%
Questão 5A							
Segmentação 5.1		X	X			2	40%
Segmentação 5.2	X			X	X	3	60%
Segmentação 5.3	X	X				2	40%
Questão 6A							
Segmentação 6.1	X	X				2	40%
Segmentação 6.2			X	X	X	3	60%
Questão 7A							
Segmentação 7.1	X	X	X	X	X	5	100%

5.3.2. Apresentação dos Dados das Entrevistas ao Grupo II

Relativamente à análise do conteúdo das respostas das Entrevistas do Grupo II procedeu-se de modo idêntico à análise das respostas do Grupo I, ou seja, foi criada uma matriz de codificação conforme Quadro n.º 7.

Quadro n.º 7: Matriz de Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas ao Grupo II (1/2)

CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA E CROMÁTICA DAS ENTREVISTAS	
Questão 1B	
Segmentação 1.1	Positivo
Segmentação 1.2	Os projetos de cooperação necessitam de revisões

Quadro n.º 7: Matriz de Codificação Alfanumérica e Cromática das Entrevistas ao Grupo II (2/2)

CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA E CROMÁTICA DAS ENTREVISTAS	
Questão 1B	
Segmentação 1.3	O planeamento das ações de formação é feito em função das necessidades da PRM
Questão 2B	
Segmentação 2.1.1	Há vontade das partes em manter as relações de cooperação
Segmentação 2.1.2	Existência de ex-alunos em Portugal em lugares de chefia e de direção
Segmentação 2.1.3	Língua Oficial Comum
Segmentação 2.2.1	Não há um acompanhamento pós formação
Segmentação 2.2.2	Dificuldades materiais e orçamentais para planear e executar as ações de formação
Questão 3B	
Segmentação 3.1	Formação de base dos Recursos Humanos
Segmentação 3.2	Formação e Assessoria no âmbito da Organização da Estrutura da PRM
Segmentação 3.3	Fornecimento de equipamento/ construções
Segmentação 3.4	Formação dos efetivos nas diversas Especialidades
Questão 4B	
Segmentação 4.1	Organização militar hierárquica
Segmentação 4.2	Intervenção em Operações de Apoio à Paz
Segmentação 4.3	Dupla valência para Intervir como Polícia Civil e como Polícia Militar
Segmentação 4.4	Capacidade para intervir em ambientes rurais, periurbanos e urbanos
Questão 5B	
Segmentação 5.1	Nenhuma, o cariz militar da GNR é só por si uma mais-valia
Segmentação 5.2	O cariz militar representa uma restrição de alguns direitos, liberdades e garantias
Segmentação 5.3	Nenhuma, o cariz militar surge em reforço da condição de Polícia Civil
Questão 6B	
Segmentação 6.1	O cariz militar da GNR não tem influência no modelo de formação da PRM
Segmentação 6.2	O cariz militar da GNR pode influenciar o modelo de formação da PRM
Segmentação 6.3	A necessidade de ter uma força policial com formação militar é uma opção política

Posteriormente, procedeu-se a uma avaliação qualitativa do conteúdo das entrevistas, na qual foi efetuada uma sinopse das respostas a cada uma das entrevistas, como se pode verificar a partir da Tabela n.º 11 à Tabela n.º 16, de modo a sintetizar ideias e a destacar aspetos isolados. Depois, analisou-se cada uma das respostas e determinou-se a frequência de cada um dos segmentos das respostas obtidas de modo a proceder a uma análise quantitativa (Sarmiento, 2013) e (Fortin et al., 2009). Nos Quadros sinopse estão marcadas a cores e definidas a respetivas unidade de registo (UR) dos diversos segmentos.

A Tabela n.º 11 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 1B: Qual é o balanço que faz da vossa experiência na CTP entre Portugal e Moçambique?

Tabela n.º 11: Análise dos Resultados da Questão 1B (1/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E6	“Foi gratificante porque estávamos a contribuir para a solução de alguns problemas que existiam no país”	1.3
E7	“Sempre ficam coisas por fazer mas, em função das condições que me foram dadas, a experiência foi muito positiva...”	1.1
E8	“O balanço foi a todos os títulos bastante positivo, quer ao nível profissional dado que estivemos a formar futuros Membros da PRM num número tão elevado (mais de 1200)”	1.1
E9	“A minha experiência pessoal enquanto formador foi gratificante, as pessoas com que tive o prazer de trabalhar entre os dirigentes e formandos eram pessoas altamente motivadas e com vontade de aprender...”	1.1

Tabela n.º 11: Análise dos Resultados da Questão 1B (2/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E10	“Apraz-me relevar, acima de tudo, o alto profissionalismo, sentido do dever e espírito de missão dos responsáveis da ACIPOL que comigo colaboraram.”	1.1
	“...foi difícil perceber que tipo de modelo de Polícia ou de formação é a mais desejada pelos responsáveis da Polícia de Moçambique	1.2
E11	“...os formadores e os formandos apesar de serem de diferentes culturas estavam amplamente motivados para fazer o melhor que sabiam e conseguiam...”	1.1
	“...os alunos tinham que se levantar muito cedo para executar trabalhos extracurriculares e quando chegavam as nossas aulas já estavam cansados...”	1.2
E12	“Em todos os aspetos o balanço foi positivo, conseguimos criar um vínculo muito forte com as pessoas que lá estavam, e a cooperação foi uma situação de <i>win-win</i> ...”	1.1
E13	“No cômputo geral, considero o curso bastante importante para as áreas operacionais...”	1.1
E14	“O balanço é bastante positivo uma vez que, para além de trazer uma mais-valia nas relações interinstitucionais GNR/PRM contribui para a elevação das capacidades técnicas e operacionais dos Membros da PRM...”	1.1
E15	“O balanço que faço é extremamente positivo”	1.1
E16	“A minha experiência enquanto formanda no CPOS foi muito positiva pois tive a oportunidade de ver e conhecer uma outra realidade...”	1.1
E17	“A apreciação que faço é globalmente positiva, pois permitiu troca de relevantes experiências e o contacto com outra realidade...”	1.1
E18	“O balanço que faço da cooperação com as forças de segurança de Portugal é positivo...”	1.1
	“Uns dos aspetos positivos é que conseguimos dar formação de qualidade aos nossos efetivos...”	1.3
E19	“O balanço que faço da minha experiência enquanto formando do CPOS da GNR é bastante positivo.”	1.1

A Tabela n.º 12 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 2B: Quais os pontos que considera fracos e os que considera fortes da CTP entre Portugal e Moçambique?

Tabela n.º 12: Análise dos Resultados da Questão 2B (1/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E6	“...encontrei uma classe de futuros oficiais da PRM bastante motivada, predispostos a aprender e muito participativos nas aulas...”	2.1.1
	“...Ainda existe alguma carência de meios, cuja solução passa por um maior investimento na área da segurança rodoviária...”	2.2.2
E7	“Eu tive a felicidade nesse curso de ter representantes de todas as províncias de Moçambique, gente qualificada e alguns deles, Diretores, com formação no ISCPSI...”	2.1.2
	“Tenho pena que a Cooperação não tenha continuado, por que agora tinha-se programado fazer um <i>“follow up”</i> do que tinha acontecido...”	2.2.1
E8	“...O fato de falarmos a mesma língua criou alguma empatia entre nós e os formandos...”	2.1.3
	“...algumas dificuldades em conseguir materiais como manuais para dar aos alunos...”	2.2.2
E9	“Os aspeto positivo desta cooperação é o facto das pessoas estarem motivadas a aprender e o facto de termos alunos que já passaram por cá ajudou a fazer a ponte entre a realidade portuguesa e a realidade moçambicana”	2.1.1
E10	“A formação académica de alguns oficiais da ACIPOL, tendo sido obtida em Portugal, na Academia Militar (AM) ou no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), tornou mais fácil a cooperação entre as partes”	2.1.2
	“As vulnerabilidades podem advir do facto de estar muito longe de Moçambique e não poder fomentar um sistema de formação contínua...”	2.2.1
E11	“A exiguidade de meios dificultava a prática das instruções teóricas que seriam muito uteis aos formandos...”	2.2.2
	“...O que mais valeu foi a vontade e o interesse dos alunos em assimilar o máximo de informação que nós ministrávamos...”	2.1.1

Tabela n.º 12: Análise dos Resultados da Questão 2B (2/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E12	“...aspeto positivo foi a troca de informação entre as partes em relação às duas organizações...”	2.1
	“...o défice de apoio logístico nomeadamente, na dificuldade de encontrar manuais...”	2.2.2
E13	“Adquirir conhecimentos para o desempenho das funções inerentes a um Oficial Superior e aprofundamento de competências nas áreas de Comando, Direção ou Chefia e Estado-Maior”	2.1.2
E14	“...a cooperação serve para a elevação da consciência humana e reforço dos laços de amizade entre os povos dos dois países amigos...”	2.1.1
E15	“...algum défice em termos de infraestruturas que na altura foram possíveis de serem fornecidas...”	2.2.2
	“...as pessoas estão extremamente agradecidas pela forma como foi conduzido o curso...”	2.1.1
E16	“...a língua que facilitou a comunicação entre mim e os colegas da GNR e com os docentes do curso.”	2.1.3
	“O aspeto menos positivo, é o fato de, por motivos financeiros, não se ter aberto mais de uma vaga para o curso, o que teria sido uma grande mais-valia par a PRM.”	2.2.2
E17	“A grande lacuna prende-se com a falta de acompanhamento/ follow up das formações que foram sendo ministradas...”	2.2.1
E18	“Um dos motivos de Cooperamos com Portugal, além das nossas ligações históricas, é o facto da língua ajudar na comunicação entre os formadores e os formandos...”	2.1.3
E19	“A minha passagem pelo IESM surge no reforço das relações de cooperação entre a PRM e a GNR e considero que o curso foi uma grande mais-valia...”	2.1.1
	“...deveria haver uma componente de acompanhamento dos formandos para se saber quais as dificuldades que eles sentem no posto de trabalho...”	2.2.1

A Tabela n.º 13 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 3B: Quais são as áreas de cooperação que considera prioritárias na CTP entre a GNR e a PRM?

Tabela n.º 13: Análise dos Resultados da Questão 3B (1/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E6	“A proteção da natureza devido a vasta biodiversidade em Moçambique (...) trânsito e segurança rodoviária e proteção das fronteiras...”	3.4
E7	“Aquilo que eu acho fundamental fazer-se era estruturar toda a logística da PRM, nos aspetos administrativo-logísticos...”	3.2
E8	“A GNR poderia ter um papel extremamente importante ao nível da investigação criminal, especificamente na área da violência domestica em todos os seus quadrantes...”	3.4
E9	“Daquilo que vi em moçambique, a cooperação podia se desenvolver em três áreas: administração e organização institucional...”	3.2
	“... Controlo de Fronteiras e o desenvolvimento da Ordem Pública...”	3.4
E10	“As principais áreas de cooperação entre a GNR e PRM são: legislação rodoviária, legislação fiscal, SEPNA, ordem pública e a cinotécnica”	3.4
E11	“Devia-se apostar na organização e modernização da estrutura da PRM.”	3.2
	“...Ensino de Técnicas de intervenção, Fiscalização e Segurança Rodoviária...”	3.4
E12	“...áreas de intervenção prioritária de intervenção seria na área da organização nomeadamente na elaboração da doutrina...”	3.2
	“...a GNR como é em Portugal a força especialista, podia contribuir com a formação na área fiscal e controlo de fronteiras terrestres e marítimas ...”	3.4
E13	“A formação de oficiais é uma das áreas que deveria ser mais explorada...”	3.1
E14	“São várias, nomeadamente, formação da Polícia Costeira moçambicana, (...) formação de quadros na especialidade de trânsito...”	3.4
	“...Melhoria de materiais e equipamentos...”	3.3
E15	“...sendo uma área que hoje é determinante, a área económica e a aérea financeira...”	3.2
		3.4

	“...a área da proteção da natureza deveria constituir uma aposta mais estratégica da PRM e o Curso de Transito...”	
--	--	--

Tabela n.º 13: Análise dos Resultados da Questão 3B (2/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E16	“...o apoio na organização e estruturação dos cursos na ACIPOL para a formação de Oficiais e nos cursos da EPP-Matalana...” “...devia apostar na formação dos Membros da PRM nas especialidades em que a GNR é perita...”	3.2 3.4
E17	“Área/atividade operacional - Fiscalização rodoviária; Manutenção da Ordem Pública...” “Área/atividade gestão de recursos – Gestão de Recursos Humanos; Gestão de Recursos Financeiro...” “Formação de dirigentes para a Gestão estratégica com Qualidade e inovação...”	3.4 3.2 3.1
E18	“...O que nós realmente precisamos é de reorganizar a PRM para que esta se ajuste aos padrões da modernidade e corresponda as expetativas dos cidadãos...”	3.2
E19	“...o futuro do projeto da CTP deve passar pelo apoio à organização e modernização da PRM...”	3.2

A Tabela n.º 14 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 4B: Quais são as potencialidades que a GNR, enquanto força de Segurança de natureza militar, pode ter para a formação da PRM?

Tabela n.º 14: Análise dos Resultados da Questão 4B (1/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E6	“A GNR é também preparada, (...), para operar em ambientes onde não se justifica o emprego das Forças Armadas mas que também não se aconselha o emprego de uma Polícia Civil menos musculada...”	4.3
E7	“... a PRM devia adotar estilos de policiamento diferenciados para cidades, vilas, aldeias, etc.; o crime da cidade não é igual ao crime do campo...” “...deve haver uniformização de procedimentos e desconcentração de execução, e isso seria um contributo muito grande da GNR para PRM...”	4.4 4.1
E8	“...capacidade para intervir em situações em que a Polícia não pode intervir e a gravidade não justifica o emprego das Forças Armadas...”	4.3
E9	“...conseguir intervir em casos de policiamento clássico e poder evoluir para intervenções que ultrapassem os meios clássicos de policiamento.”	4.3
E10	“A natureza militar é uma mais-valia para a PRM devido à forte componente formação militar no campo da organização...”	4.1
E11	“...Organização hierárquica onde cada um sabe o seu papel e as suas tarefas e há o respetivo controlo institucional.”	4.1
E12	“a dupla valência que permite a GNR trabalhar como força Polícia Civil e como força de Polícia Militar...”	4.3
E13	“...incluir conteúdos respeitantes às áreas de formação comuns e conjuntas dos Oficiais dos três Ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana ...”	4.3
E14	“...o apoio à PRM na organização de equipas para a sua representação nas missões de manutenção da paz no âmbito da Força da União Africana...”	4.2
E15	“A GNR pode dotar a PRM de capacidades para operar em diversos tipos de ambientes, ou seja dotar a PRM de uma capacidade “camaleónica”, isto é a capacidade de mudar de Polícia para militar se for preciso”	4.3
E16	“A GNR tem experiência no patrulhamento de zonas rurais e das cidades o que podia ser aproveitado pela PRM para melhorar as técnicas de patrulhamento das nossas zonas rurais.”	4.4
E17	“...está institucionalmente posicionada entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança...” “...desempenha missões ao longo de todo o território nacional (responsável por 94% do território nacional e cerca de 56% do total da população),..”	4.3 4.4

	“...intervindo com Unidades Constituídas de Polícia de forma isolada ou integrada na EUROGENDFOR, sob a alçada da ONU e da NATO.”	4.2
--	---	-----

Tabela n.º 14: Análise dos Resultados da Questão 4B (2/2)

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E18	“O nosso país não só cidades, o nosso Polícia patrulha desde as zonas mais recônditas de Cabo Delgado à Sommerschild...”	4.4
E19	“...Essa característica militar permite ainda a GNR operar tanto como Polícia Civil e como Polícia Militar...”	4.3
	“A grande mais-valia da GNR é ser uma força militar onde a hierarquia, o respeito e a disciplina são bem visíveis e nós podíamos aproveitar isso para a PRM...”	4.1

A Tabela n.º 15 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à Questão 5B: Quais são as vulnerabilidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, pode ter para a formação da PRM?

Tabela n.º 15: Análise dos Resultados da Questão 5B

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E6	“...É que independentemente da natureza militar da GNR a nossa intervenção é 90% em atividades policiais...”	5.3
	“...Nos estamos a vontade para dar formação e atuar em áreas de Polícia Civil como para dar formação e atuar em áreas de Polícias Militares...”	5.1
E7	“...em termos da sua estrutura não me parece que tenha vulnerabilidades...”	5.1
E8	“...a vertente militar vem complementar a vertente civil e não creio que seja uma desvantagem e antes pelo contrário constitui um valor acrescentado.”	5.1
E9	“...o cariz militar é uma grande mais-valia e não uma vulnerabilidade.”	5.1
E10	“...não considero que existam vulnerabilidade, antes pelo contrário, é um ponto forte a favor da PRM ter oportunidade e condições de apostar numa formação de cariz militar para reforçar a parte da Polícia Civil.”	5.3
E11	“Muitas pessoas são adversas ao cariz militar por entenderem que a condição militar significa ser ríspido...”	5.2
E12	“A característica militar potencia a força, as regras e isto dá mais capacidade de intervenção e credibilidade as suas forças”	5.3
E13	“...não consigo avançar com possíveis vulnerabilidades. A minha formação na PSP foi complementada pelo CPOS”	5.3
E14	“Nós olhamos para a condição acima descrita com maior realismo e otimismo...”	5.1
E15	“A condição militar acaba por funcionar como uma debilidade da PRM o fato de ser militar e de se restringirem alguns direitos que têm os demais cidadãos civis...”	5.2
E16	“Não acredito que a condição militar traga alguma vulnerabilidade pois a PRM trabalha lado a lado com as Forças Armadas em muitas situações...”	5.3
E17	“Dessa condição (natureza militar) não se vislumbram quaisquer vulnerabilidades, apenas potencialidades”	5.1
E18	“O fator militar ajuda muito no campo da disciplina e nós como instituição ainda estamos muito ligados ao exército...”	5.3
E19	“O cariz militar não representa nenhuma vulnerabilidade, antes pelo contrário, a PRM está em muitos aspetos ligada a cultura militar...”	5.3

A Tabela n.º 16 apresenta a síntese de conteúdo das respostas à questão 6B: Encontra na natureza militar da GNR, uma mais-valia, ou uma contrariedade, para a formação/ modelo da Polícia de Moçambique, tendo em conta os programas de formação e a organização geral da PRM? De que forma?

Tabela n.º 16: Análise dos Resultados da Questão 6B

E	UNIDADE DE CONTEXTO	UR
E6	“ A necessidade de receber formação para uma intervenção mais musculada é ditada pela história de cada país...”	6.3
	“...há somente mais-valias em receber formação da GNR devido a estreita ligação da PRM as Forças Armadas de Moçambique...”	6.2
E7	“ O fato do estatuto da PRM a definir como uma força paramilitar constitui uma abertura para a criação de duas forças de segurança uma civil e outra militar...”	6.3
E8	“ Uma coisa é estarmos concentrados em, grandes cidades e outra coisa é termos áreas de responsabilidades que passam por cidades, vilas e aldeias e essa uma das capacidades que a GNR pode dar a PRM...”	6.2
E9	“ As mais-valias que a GNR pode ter para a formação da PRM prende-se com as questões do policiamento (...) onde a Polícia esta junto do cidadão mas também consegue manter a característica militar.”	6.2
E10	“...a natureza militar da GNR, pode influenciar a PRM pela disciplina, organização e espírito de missão...”	6.2
E11	“Apesar da Polícia de Moçambique tender a aproximar-se mais à PSP e constituir-se como força civil, a base estrutural da PRM, os conteúdos de formação é a organização são de cariz militar ...”	6.2
E12	“...não é a GNR nem a PSP que vão fazer a PRM mas sim a própria PRM é que vai trilhar o seu rumo consoante as suas necessidades e vai ajustar os programas de formação a essas necessidades.”	6.1
E13	“...adquiri conhecimentos importantes que não tive oportunidade de apreender na PSP ou seja já tenho uma formação completa própria de uma força policial como é a nossa	6.2
E14	“...a PRM tem muito que buscar de várias Polícias do mundo, incluindo à GNR, para ir ganhando o aperfeiçoamento constante, permanente e desejável do seu modelo funcional, tendo em conta a dinâmica social imposta em cada momento...”	6.2
E15	“...a PRM ainda tem muitas ligações às Forças Armadas e nesse aspeto julgo que a PRM tem muito mais a beber com a GNR do que com a PSP...”	6.2
	“...é esta questão depende muito de pessoas, e as vezes força-se relações não no aspeto de papéis, de estratégias, definições e caminhos, mas sim pelas afinidades das relações pessoais...”	6.3
E16	“...a GNR é uma mais-valia na formação da PRM pois alia duas necessidades básicas da PRM: manter o contato com as forças armadas e ao mesmo tempo poder trabalhar como força de segurança pública.”	6.2
E17	“ A natureza militar alia a doutrina (militar) com o firme comprometimento com os valores e condutas militares...”	6.2
E18	“...O nosso modelo de formação e de organização é de base militar, por aí acredito na mais-valia da GNR em dar formação à nossa Polícia...”	6.2
E19	“O cariz militar representa uma mais-valia para a formação da PRM, uma vez que a PRM está ainda ligada as Forças Armadas...”	6.2
	“...com a recente LOPRM, o seu carater paramilitar foi mantido por se entender que a formação militar é uma mais-valia para uma Polícia como a nossa.”	6.3

Como referido anteriormente, foram identificados vários segmentos dentro de cada resposta, para que, posteriormente, fosse calculada a sua frequência de modo a que após a sua análise fosse possível chegar às conclusões de cada questão. Posto isto, obteve-se os seguintes resultados, inscritos na Tabela n.º 17.

Tabela n.º 17: Análise Quantitativa das Entrevistas ao Grupo II

Análise Quantitativa																	
Segmentação	Entrevistados																
	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	E16	E17	E18	E19	Frequência (n)	Porcentagem (%)	
Questão 1B																	
Segmentação 1.1		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	13	93%	
Segmentação 1.2					X	X									2	14%	
Segmentação 1.3	X												X		2	14%	
Questão 2B																	
Segmentação 2.1.1	X			X		X	X		X	X				X	7	50%	
Segmentação 2.1.2		X			X			X							3	21%	
Segmentação 2.1.3			X								X		X		3	21%	
Segmentação 2.2.1		X			X							X		X	4	29%	
Segmentação 2.2.2	X		X			X	X			X	X				6	43%	
Questão 3B																	
Segmentação 3.1					X				X			X			3	21%	
Segmentação 3.2		X		X		X	X			X	X	X	X	X	9	64%	
Segmentação 3.3															9	64%	
Segmentação 3.4	X		X	X	X		X		X	X	X	X			9	64%	
Questão 4B																	
Segmentação 4.1		X			X	X								X	4	28%	
Segmentação 4.2									X			X			2	14%	
Segmentação 4.3	X		X	X			X	X		X		X		X	8	57%	
Segmentação 4.4		X									X	X	X		4	29%	
Questão 5B																	
Segmentação 5.1	X	X	X	X					X			X			6	43%	
Segmentação 5.2						X				X					2	14%	
Segmentação 5.3	X				X		X	X			X		X	X	7	50%	
Questão 6B																	
Segmentação 6.1							X								1	7%	
Segmentação 6.2	X		X	X		X		X	X	X	X	X		X	10	71%	
Segmentação 6.3	X	X			X					X			X	X	6	43%	

5.4. Análise e Discussão dos Resultados das Entrevistas

Após ter sido feita uma análise quantitativa de cada uma das questões, procedeu-se à análise e discussão das mesmas.

No Grupo I constituído por individualidades que exercem ou exerceram cargos de chefia e direção, em Portugal e Moçambique, nas áreas da Formação e/ou da Cooperação Técnico Policial entre Portugal e Moçambique as respostas às questões foram:

Para a Q1A-**“Qual é o balanço que faz da CTP entre Portugal e Moçambique?”** A esta questão 80% dos Entrevistados é do entendimento que o projeto de CTP serviu, não só para formar Quadros da PRM, mas também para consolidar a posição de Portugal como principal parceiro de Moçambique na formação dos Quadros da Polícia em contraste com o que acontecia no passado onde os Quadros das Forças de Defesa e Segurança eram formados, maioritariamente, nos países do antigo Pacto de Varsóvia. O Projeto da CTP tem sido um sucesso no entendimento de 60% dos Entrevistados porque “a cooperação é hoje, um programa estruturado e é planeado com os próprios moçambicanos” (E2) e “as necessidades de formação são estabelecidas e avaliadas em função dos objetivos estratégicos do MINT e da PRM” (E4).

Colocada a Q2A-**“Quais os aspetos que considera fracos e os que considera fortes na CTP entre Portugal e Moçambique?”**, os Entrevistados foram unânimes ao eleger as dificuldades materiais e orçamentais para planear e executar as ações de formação planeadas para cada ano como o ponto mais fraco da CTP, como refere o E4 “a atual crise financeira e os cortes nos investimentos nas forças de defesa e segurança têm implicações na capacidade de execução dos projetos de cooperação técnico policial...”. Como pontos fortes da CTP, 80% dos Entrevistados identificou a Língua Portuguesa como fator de ligação e de geração de confiança entre as partes que no entendimento do E4 “...a grande vantagem [dos projetos da CTP é] de serem feitos na mesma língua, o português, o que ajuda a criar um ambiente de maior confiança entre as partes”. 60% dos Entrevistados considera que a vontade das partes em continuar com o Projeto da CPT é também um fator positivo na CTP, como refere o E5 “O ponto forte deste projeto é o facto de falarmos todos a mesma língua que aliada a vontade e o empenho (...) possibilitou o sucesso deste projeto”.

Para a Q3A-**“Como é justificada o ligeiro atraso da GNR em relação à PSP nas ações de Cooperação Técnico-Policial com a Polícia da República de Moçambique?”** 60% dos Entrevistados considera esse atraso é devido ao facto de a PSP não conseguir suprir as necessidades de formação da PRM em algumas áreas de especialização em que a GNR é

perita e que no entendimento do E4 “...nós [a PRM] apostamos na especialização, isto é, a GNR tem capacidades e especialidades que eram do interesse da PRM aprimorar...” e aliado a este fator temos o fato de antes da criação da DGAI, a cooperação com os PALOP não estava centralizada na MAI e “...a GNR cooperava com os contactos que tinha, a PSP cooperava com os contatos e com as ligações pessoais que tinha...” (E1).

Para a Q4A-**“Quais são as áreas de cooperação que considera prioritárias na CTP entre a GNR e a PRM?”** 80% dos Entrevistados considera que a CTP deve apostar nas assessorias no âmbito da organização e estruturação da PRM uma vez que a “...organização institucional da GNR que tem mais de 100 anos e esta experiência de organização solida e funcional pode ser passada à PRM através da formação e assessoria feita pela GNR” (E3). 60% dos Entrevistados considera que a Cooperação entre a GNR e a PRM deve também apostar em ações de formação nas áreas de especialização em que a GNR é perita tais como “na área Fiscal e Aduaneira (...), da Proteção da Natureza e do Ambiente (...), e da Fiscalização do Trânsito Rodoviário” (E1).

Colocada a Q5A-**“Quais são as potencialidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, tem para a formação da PRM?”** 60% dos Entrevistados considera que a maior potencialidade da GNR em dar formação à PRM reside na capacidade que a GNR tem para intervir como Polícia Civil, menos musculada, e como Polícia Militar, mais musculada. O E2 considera que “A PRM é uma força de cariz militar, portanto, a GNR tem todas as características, tem toda a dinâmica, todas as potencialidades para apoiar a PRM” para “poderem ser empenhados em múltiplas funções, como atualmente acontece no centro do país onde temos da Polícia a trabalhar lado-a-lado com as Forças Armadas.” (E4).

Quanto a Q6A-**“Quais são as vulnerabilidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, tem para a formação da PRM?”** 60% dos Entrevistados considera que o cariz militar da GNR não apresenta nenhuma vulnerabilidade para a formação da PRM e surge em reforço da condição de Polícia Civil uma vez que a “PRM (tem) critérios de preferenciais de recrutamento (para as suas) fileiras de indivíduos que tenham passado pelo serviço militar” (E5) por se entender que “(a condição militar) não traz nenhuma vulnerabilidades, antes pelo contrário, ajuda na formação de novos Polícias que já vem com metade da formação dada nas Forças Armadas.” (E4).

Na resposta a Q7A-**“Encontra na natureza militar da GNR, uma mais-valia, ou uma contrariedade, para a formação/ modelo da Polícia de Moçambique, tendo em conta os programas de formação e a organização geral da PRM? De que forma?”** todos os Entrevistados consideram que o cariz militar da GNR não influencia modelo e não

constitui uma contrariedade para o modelo de formação porque do ponto de vista estratégico a PRM é que deve definir o que quer ser: uma Polícia Civil ou uma Polícia de cariz Militar?” (E1), e conforme o entendimento do E2 “Em termos de formação ser ou não ser militar é uma questão que não se levanta, o que realmente importa são os Referencias de Formação” e assim sendo “nem a GNR, nem a PSP, nunca vão poder influenciar o modelo nem a matriz de formação da PRM porque a PRM evolui e se adapta segundo as necessidades dos moçambicanos” (E3).

No Grupo II constituído por individualidades participaram na cooperação técnico policial entre Moçambique e Portugal como formadores (Portugueses) e como formandos (Moçambicanos) as respostas as questões foram:

Colocada a questão 1B-**“Qual é o balanço que faz da vossa experiência no âmbito da CTP entre Portugal e a Moçambique?”** A esta questão 93% dos Entrevistados respondeu que a experiência da Cooperação Técnico Policial foi positiva, e serviu como refere o E14, “para além de trazer mais-valias nas relações interinstitucionais GNR/PRM contribui para a elevação das capacidades técnicas e operacionais dos Membros da PRM”. Contudo, e apesar do balanço positivo da CTP, somente 21% dos Entrevistados considera que as ações de formação foram planeados segundo as necessidades da PRM e 14% considera que os projetos de cooperação necessitam de revisão uma vez que com múltiplos parceiros de cooperação na área da formação, como refere o E10, “é difícil perceber que tipo de modelo de Polícia ou de formação é a mais desejada pelos responsáveis da Polícia de Moçambique”.

Para a questão 2B-**“Quais os aspetos que considera fracos e os que considera fortes da vossa experiência na CTP entre Portugal e Moçambique?”** 57% dos Entrevistados elegeu como aspeto positivo da CTP a vontade de cooperar existente entre as partes aliada a língua comum entre os dois países (14%) enquanto 36% dos Entrevistados, considera que as dificuldades económicas nos aspetos administrativo-logísticos dificulta o planeamento e a execução de algumas atividades formativas.

Para a questão 3B-**“Quais são as áreas de cooperação que considera prioritárias na CTP entre a GNR e a PRM?”** 64% dos Entrevistados entende que a GNR e a PRM deveriam priorizar as áreas de Formação e assessoria no âmbito da organização e estrutura da PRM, fornecimento de materiais e equipamentos, conforme refere a E18 “O que nos realmente precisamos é de reorganizar a PRM para que esta se ajuste aos padrões da modernidade e corresponda as expetativas dos cidadão” e outros 64% dos Entrevistados é do entendimento que a aposta deveria ser na formação nas áreas em que a GNR é

especialista, que segundo o E12 “a GNR como é em Portugal a força especialista, podia contribuir com a formação na área fiscal e controlo de fronteiras terrestres e marítimas”.

Na questão 4B-**“Quais são as potencialidades que a GNR, enquanto força de Segurança de natureza militar, tem para a formação da PRM?”** 64% dos Entrevistados, considera que a capacidade para intervir como força de Polícia Civil e como Polícia Militar, conjugada com a capacidade e experiência de intervenção em ambientes rurais, periurbanos e urbanos (29%) porque os agentes da PRM efetuam as ações de “patrulha desde as zonas mais recônditas de Cabo Delgado à Sommerschield” (E18), são as maiores potencialidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar tem para a formação da PRM.

Quanto a questão 5B-**“Quais são as vulnerabilidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, tem para a formação da PRM?”** 43% dos Entrevistados considera que não há vulnerabilidades por quanto “a vertente militar vem complementar a vertente civil e não creio que seja uma desvantagem e antes pelo contrário constitui um valor acrescentado.” (E8) e 50% dos Entrevistados entende que não há vulnerabilidades porque conforme o E6 que “independentemente da natureza militar da GNR a nossa intervenção é 90% em atividades policiais”.

Nas respostas a questão 6B-**“Encontra na natureza militar da GNR, uma mais-valia, ou uma contrariedade, para a formação/ modelo da Polícia de Moçambique, Tendo em conta os programas de formação e a organização geral da PRM? De que forma”** 71% dos Entrevistados considera que só há mais-valias na formação da PRM por parte da GNR em virtude da “estreita ligação da PRM as Forças Armadas de Moçambique” (E6) e “Apesar da Polícia de Moçambique tender a aproximar-se mais à PSP e constituir-se como força civil, a base estrutural da PRM, os conteúdos de formação é a organização são de cariz militar” (E11). Mas 50% considera que a opção Polícia Civil ou pela Polícia de cariz militar é uma opção política uma vez que, como refere o E12 “não é a GNR nem a PSP que vão fazer a PRM mas sim a própria PRM é que vai trilhar o seu rumo consoante as suas necessidades e vai ajustar os programas de formação a essas necessidades.”

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1. Introdução

Este RCFTIA subordinado ao tema “A Cooperação Técnico Policial entre Portugal e Moçambique: O Papel da GNR na Formação da Polícia da República de Moçambique” foi conduzido tendo como Questão Central “De que forma a formação ministrada à PRM pela GNR, no âmbito da CTP, pode contribuir para o aumento da sua capacidade de intervenção no âmbito da Segurança Interna?”

Através do estudo do Estado da Arte sobre a temática da Cooperação Técnico Policial entre a Portugal e Moçambique, da análise do volume das atividades de formação e capacitação dos Membros da PRM que a GNR executou no período entre 2005 à 2013 e da análises das entrevistas aos Oficiais e Individualidades conhecedoras da temática em estudo, pretende-se agora fazer a verificação ou refutação das Hipóteses levantadas e dar respostas à Questão Central e às Questões Derivadas da Investigação. Este capítulo compreende ainda, as Limitações da Investigação e algumas Propostas de Investigações Futuras.

6.2. Cumprimento dos Objetivos

Atendendo ao desenvolvimento lógico deste RCFTIA, a partir do enquadramento teórico e concetual, da recolha e análise dos dados quantitativos relativos à participação da GNR nas ações de formação e capacitação dos efetivos do MINT e da PRM, e das entrevistas realizadas com o objetivo de se recolher informação qualitativa, tornou-se possível validar e/ou refutar as hipóteses inicialmente lançadas e a dar resposta às questões desta investigação. Assim consideram-se cumpridos na plenitude os objetivos desta investigação.

6.3. Verificação das Hipóteses

Após a conclusão das partes teórica e prática desta investigação iremos proceder á verificação total, parcial ou à refutação das hipóteses, de modo a dar resposta às questões derivadas e à questão central que nortearam esta obra.

H1: No período em estudo a GNR tem aumentado o número de ações de formação à PRM.

Esta hipótese foi refutada pela análise e estudo da tendência de evolução das ações de formação conduzidas pela GNR com o objetivo de formar os Membros da PRM, tanto em Moçambique, tanto nos estabelecimentos de ensino em Portugal. Da análise do Apêndice K deste RCFTIA, constatamos que as ações de formação conduzidas pela GNR em Moçambique conheceram uma evolução entre os anos de 2006 a 2008, onde a GNR formou 1042 efetivos da PRM. De 2009 a 2011 as ações de formação sofreram um decréscimo acentuado e nos anos de 2012 e 2013 não foi conduzida nenhuma ação de formação em Moçambique. Quanto à formação em Portugal, o ponto alto das ações de formação dos Membros da PRM situa-se nos anos 2007 a 2009 onde foram formados 49 elementos da PRM nos Estabelecimentos de Ensino Militar e Policial e nos anos 2012 e 2013 não foi conduzida nenhuma ação de formação de Membros da PRM em Portugal.

H2: A formação nas especialidades em que a GNR é perita (Trânsito, Fiscal e Segurança do Meio Ambiente), são as que mais podem contribuir para o aumento da capacidade de intervenção da PRM.

Esta Hipótese foi parcialmente verificada pela análise das entrevistas. Na questão 4A da entrevista a amostra do Grupo I -“Quais são as áreas de cooperação que considera prioritárias na CTP entre a GNR e a PRM?” 80% dos Entrevistados considera que a CTP deve apostar nas assessorias no âmbito da organização e estruturação da PRM enquanto 60% dos Entrevistados considera que a Cooperação entre a GNR e a PRM deve também apostar em ações de formação nas áreas de especialização em que a GNR é perita.

Na questão 3B da entrevista a amostra do Grupo II Quais são as áreas de cooperação que considera prioritárias na CTP entre a GNR e a PRM?” 64% dos Entrevistados entende que a GNR e a PRM deveriam priorizar as áreas de Formação e Assessoria no âmbito da Organização e Estruturação da PRM e outros 64% dos Entrevistados é do entendimento que a aposta deveria ser na formação nas áreas em que a GNR é especialista.

H3: A grande mais-valia da GNR para a formação da PRM é o fato poder intervir como Polícia Civil e como Polícia Militar, uma vez que a PRM é uma força Policial de natureza paramilitar.

Esta hipótese foi totalmente verificada pela análise das entrevistas. Na questão 5A da entrevista a amostra do Grupo I - “Quais são as potencialidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, tem para a formação da PRM? 60% dos Entrevistados considera que a maior potencialidade da GNR em dar formação à PRM reside na capacidade que a GNR tem para intervir como Polícia Civil, menos musculada, e como Polícia Militar, mais musculada e na resposta a Q7A- “Encontra na natureza militar da GNR, uma mais-valia, ou uma contrariedade, para a formação/ modelo da Polícia de Moçambique, tendo em conta os programas de formação e a organização geral da PRM? De que forma?” Todos os Entrevistados consideram que o cariz militar da GNR uma mais-valia e não uma contrariedade para o modelo de formação da PRM.

Na questão 4B da entrevista a amostra do Grupo II - “Quais são as potencialidades que a GNR, enquanto força de Segurança de natureza militar, tem para a formação da PRM?” 64% dos Entrevistados, considera que a capacidade para intervir como força de Polícia Civil e como Polícia Militar, conjugada com a capacidade e experiência de intervenção em ambientes rurais, periurbanos e urbanos e nas respostas à questão 6B da entrevista a amostra do Grupo II - “Encontra na natureza militar da GNR, uma mais-valia, ou uma contrariedade, para a formação/ modelo da Polícia de Moçambique, tendo em conta os programas de formação e a organização geral da PRM? De que forma” 71% dos Entrevistados considera que só há mais-valias na formação da PRM por parte da GNR em virtude da estreita ligação da PRM as Forças Armadas de Moçambique.

6.4. Resposta às Questões da Investigação

Depois de verificadas as hipóteses, iremos de seguida dar respostas às questões da investigação.

QD1: Como é que tem evoluído a formação ministrada pela GNR à PRM?

Tendo por base a revisão da literatura e a verificação da H1, pode-se constatar que no período temporal que limitamos esta investigação a formação ministrada à PRM pela GNR cresceu em número de ações de formação e de formandos no período compreendido entre os anos 2006 a 2009, que coincide com a nomeação para o cargo de OLMAI de um Oficial da GNR.

Entre os anos de 2005 a 2013 a GNR formou 3459 Membros da PRM em Moçambique nas mais diversas áreas de especialização, com destaque para a formação de Oficiais da PRM na ACIPOL, formação de Guardas da PRM na EPP-Matalana e na assessoria para a organização e reestruturação dos cursos de formação de Oficiais, Sargentos de Guardas dos Ramos e da Unidades da PRM. No mesmo período a GNR formou em Portugal 49 Membros da PRM nos cursos de especialização e aperfeiçoamento, 7 Oficiais da PRM frequentaram o Curso de Promoção à Oficial Superior, e abriu uma vaga em 2008 para a formação de raiz de um Oficial da PRM nos Curso das Armas da GNR na Academia Militar.

QD2: Quais são as áreas de cooperação, no âmbito da formação, que podem contribuir para o aumento da capacidade de intervenção da PRM na sua atividade de segurança interna?

Com recurso a fundamentação dada à H2, as áreas de formação que podem ser aprimoradas pela CTP com a GNR, com o objetivo de aumentar a capacidade de intervenção da PRM na sua atividade de segurança interna são as áreas da assessoria no âmbito da organização e funcionamento da PRM para modernizar a instituição e torna-la capaz de responder aos desafios das novas tecnologias de comunicação e informação.

A recente aprovação da nova Lei Orgânica da PRM criou novas Unidades especializadas, como reflexo do espírito de inovação e modernização que se pretende de uma força policial moderna e pronta a responder aos desafios dos novos fenómenos criminais.

Uma outra área de formação que podem contribuir para o aumento da capacidade de intervenção da PRM são as áreas de especialização em segurança rodoviária, combate aos crimes fiscais e proteção da natureza e do meio ambiente.

QD3: Quais são as mais-valias que a GNR, força de segurança de natureza militar, pode trazer para formação da PRM?

Tendo por base a fundamentação à H3, as mais-valias que a GNR pode trazer para a formação da PRM prendem-se com dois aspetos: o primeiro, relativo às capacidades e à experiência da GNR em intervir em ambientes rurais, periurbanos e urbanos; os fenómenos criminais das zonas rurais são diferentes dos fenómenos criminais das zonas urbanas e essa experiência da GNR pode ser passada à PRM através da formação em matérias sobre os programas especiais da GNR vocacionados para cada uma das áreas uma vez que a PRM tem jurisdição sobre 100% do Território Moçambicano.

O segundo aspeto prende-se com a posição que a GNR ocupa enquanto força de charneira entre as Forças Armadas e as Forças de Serviços de Segurança civis. Esta condição permite a GNR conduzir operações em apoio as Forças Armadas e ao mesmo tempo poder conduzir ações de policiamento clássico em Portugal ou em missões internacionais integrando forças de Organizações Internacionais. Essa experiência e capacidades podiam ser também desenvolvidas na PRM que igualmente conduz operações ao lado das FADM e participa nas Missões de Apoio à Paz no âmbito das forças da União Africana.

Depois de respondidas as Questões Derivadas, importa agora dar resposta à Questão Central desta investigação.

QC: De que forma a formação ministrada à PRM pela GNR, no âmbito da CTP, pode contribuir para o aumento da sua capacidade de intervenção no âmbito da Segurança Interna?

A resposta à questão fundamental deste trabalho é dividida em duas dimensões: a primeira é relativa ao papel da GNR na reorganização institucional da PRM e da revisão dos currículos de formação dos cursos ministrados pela PRM, e a segunda é relativa à formação dos Quadros da PRM.

Na primeira dimensão, a capacidade de intervenção da PRM pode ser aumentada, não só através dos cursos de formação e especialização em si, mas também através das ações de assessoria e formação em matérias de organização e cultura institucional da PRM que podem ajudar a Polícia de Moçambique a se adequar aos novos desafios que se esperam das instituições policiais modernas, através da reestruturação dos currículos dos cursos de formação de Oficiais, Sargentos e Guardas e dos cursos das especialidades da PRM, para que estes se possam ajustar aos padrões internacionais de formação em matéria policial e a responder às necessidades dos moçambicanos.

Na segunda dimensão, no que concerne à formação de Quadros da PRM nas diversas matérias, em especial na formação de Oficiais na Academia Militar no Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, no Instituto de Estudos Superiores Militares, bem como a formação específica na componente da Formação de Formadores, pode permitir à PRM constituir a sua própria bolsa de Oficiais altamente especializados e qualificados segundo os padrões Europeus de intervenção policial e de manutenção da ordem e segurança pública.

Os Oficiais formados nos Estabelecimentos de Ensino Militar e Policial em Portugal, ao adquirir conhecimentos sobre como as outras forças policiais intervêm em matérias de

segurança pública, podem replicar esses conhecimentos em Moçambique, contribuindo assim para formar melhor os Polícias de Moçambique.

6.5. Limitações da Investigação

Desde a fase inicial da conceção do presente RCFTIA, o autor deparou-se com algumas limitações que condicionaram a elaboração deste trabalho: em primeiro lugar, as dificuldades relativas à representatividade da amostra das individualidades a entrevistar, na perspetiva de que não foi possível entrevistar algumas individualidades portuguesas e moçambicanas, com vasto conhecimento da matéria em estudo, quer motivos de incompatibilidade de agendas profissionais, quer pelas dificuldades de comunicação entre o autor e as entidades em Moçambique.

Outra limitação prende-se com escassez de fontes bibliográficas de autores moçambicanos, sobre os temas relacionados com a PRM e com a Cooperação Técnico-Policial, nas quais o autor se pudesse apoiar.

Por fim, destacam-se as limitações formativa do autor para trabalhar com software especializado no tratamento, análise e interpretação dos dados recolhidos, tipo SPSS (Statistical Package for Social Sciences), o que não permitiu um maior aprofundamento dos dados recolhidos

6.6. Propostas de Investigações Futuras

Para investigações futuras, sugere-se que este estudo seja melhorado, na perspetiva de se lhe adicionarem dados novos que o autor não pôde recolher por causa das limitações da investigação elencadas no subcapítulo 6.5. Limitações da Investigação.

Em segundo lugar, propõe-se, com a devida consideração e cautela, que a Direção do Ministério do Interior de Moçambique faça um estudo sobre o impacto da Cooperação Técnico Policial com Portugal, no desenvolvimento institucional da PRM, com o objetivo de se avaliar o que já foi feito e o que faltou fazer no âmbito do Plano do Desenvolvimento Estratégico da PRM para o período de 2003-2012, por forma a se incluir nos próximos planos de formação os projetos que ficaram por executar.

Bibliografia

- Academia Militar. (2013). *Norma de Execução Permanente n.º 520/2.º/29ABR13/AM* de 1 julho de 2013. Lisboa.
- Aranha, G. (1994). *Cooperação Técnico Militar: Uma das Vertentes Externas da Política de Defesa Nacional*. *Revista Nação e Defesa*, 72, 14-69. Recuperado em 13 de junho de 2014 de http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1688/1/NeD72_GoncalvesAranha.pdf
- Assembleia da República. (1989). Lei n.º 11/89 de 01 de junho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 125, 2096-2097. Recuperado em 16 de junho de 2014 de <http://www.dre.pt/pdf1s/1989/06/12500/20962097.pdf>.
- Assembleia da República. (1990). Resolução n.º 7/91 de 16 de outubro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 37, 702-705. Recuperado em 16 de junho de 2014 de <http://www.dre.pt/pdf1s/1991/02/037A00/07020702.pdf>
- Assembleia da República. (1992). Lei n.º 13/92 de 14 de outubro. *Boletim da República*, 1.ª Série, n.º 42, 2022 – 2022. Maputo: Imprensa Nacional.
- Assembleia da República. (1997). Lei n.º 17/97 de 1 de outubro. *Boletim da República*, 1.ª Série, n.º 40, 2005 – 2008. Maputo: Imprensa Nacional
- Assembleia da República. (2004). Constituição da República de Moçambique. *Boletim da República*, 1.ª Série, n.º 51, 543-573. Recuperado em 9 de junho de 2014 de <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.legis-palop.org%2Fbd%2FHome.aspx%2FDownloadFile%2FConstituicaoMocambique.pdf&ei=3fXXU4rqHaLU0QWahYH4DQ&usg=AFQjCNGyvrpbazXvstw4EDu3fOjW1fAxuA&bvm=bv.71778758,d.ZGU>
- Assembleia da República. (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 155, 4642-4686. Recuperada em 9 de junho de 2014 de <http://dre.pt/util/pdfs/files/crp.pdf>

- Assembleia da República. (2007), Lei n.º 63/2007 de 06 de novembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 213, 8043-8051. Recuperada em 16 de junho de 2014 de http://www.gnr.pt/documentos/Legislacao/LEI_ORGANICA.pdf
- Assembleia da República. (2007). Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 168, 6076-6077. Recuperado em 09 de junho de 2014 de <http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/16800/0607606077.PDF>
- Assembleia da República. (2013). Lei n.º 13/2013 de 12 de agosto. *Boletim da República*, 1.ª Série, n.º 64, 518- (45) - 518 - (57). Recuperado em 16 de junho de 14 de <http://pt.scribd.com/doc/192815375/Lei-n-16-2013-Lei-da-PRM>
- Branco, C. (2000). *Desafios à Defesa e à Segurança e os Corpos Militares de Polícia- Uma Perspectiva* (1.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Caldas, P. (2014). [entrevista no âmbito da realização do presente TIA] realizada a 5 de julho de 2014.
- Camões, I.P. (2011) *Programa Indicativo de Cooperação Portugal: Moçambique [2011-2014]*. Recuperado em 14 de julho de 2014 de http://cdn.rede-camoes.com/images/cooperacao/pic_2011_2014_mz.pdf
- Camões, I.P: (2014). *Apoio ao Desenvolvimento Institucional ao Ministério do Interior (MINT)*. Recuperado em 10 de junho de 2014 de <http://www.instituto-camoes.pt/mocambique/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/mocambique#apoio-ao-desenvolvimento-institucional-do-ministério-do-interior-de-moçambique-mint>
- Cardoso, F., Ferreira, P. e Seabra, M. (2012). *Portugal e os Desafios Atuais da Cooperação para o Desenvolvimento. Ata da sessão de Debate “Portugal e os Desafios Atuais da Cooperação para o Desenvolvimento”*: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais. Recuperado em 03 de junho, 2014 de http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Portugal-e-os-Desafios-atuais-da-coopera%C3%A7%C3%A3o-para-o-desenvolvimento_090712.pdf.
- Carreira, C. (2005). *A Legitimidade da Missão da GNR no Iraque*. *Revista Militar*, 11, (novembro 2005), 1215-1270. Recuperado em 07 de julho de 2014 de http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=23.
- Carreira, C., Amorim, M. e Freire, D. (2001) *Cooperação Técnico-Policial com a República de Moçambique: Relatório Final da Ação de Formação do Curso de Direção em Administração e Gestão Logística*. Maputo: IPAD
- Chambule, P. (2000). *A Organização Administrativa de Moçambique*. Maputo. Sociedade Editorial: Ndjira.

- Clemente, P. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Dissertação de Mestrado em Estratégia. Lisboa: Governo Civil do Distrito de Lisboa.
- Clemente, P. (2000). *A Polícia em Portugal- Da Dimensão Política Contemporânea da Seguridade Pública*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais e na Especialidade de Ciência Política. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Cruz, N. (2013). *As forças de Gendarmerie nas Operações de Estabilização e Reconstrução de Estados*. Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar.
- DGAI. (2013) *Cooperação Internacional: Portugal no Mundo, Promover a Paz e a Segurança*. Lisboa. Recuperado em 20 de julho de 2014 de https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ina.pt%2Findex.php%2Fcomponent%2Fdocman%2Fdoc_download%2F432-ina-2encontro-
- DGAI. (2014). *Cooperação entre o Ministério da Administração Interna de Portugal e o Ministério do Interior de Moçambique*. Recuperado em 10 de junho de 2014 de <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=203&mid=000&sid=1&ssid=000&cid=CNT50322cdee1fba>
- Durão, S. (2006). *Patrulha e Proximidade*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Recuperado em 14 de junho de 2014 de https://repositorio.iscte-ul.pt/bitstream/10071/274/4/Patrulha_e_Proximidade_pdf.pdf
- Eco, H. (2009). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas* (15.^a ed.).Lisboa: Editorial Presença.
- Faria, R. (2010). *Dez anos de Cooperação Portuguesa (1998-2008): Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Aveiro. Universidade de Aveiro. Recuperada em 13 de Junho de 2014.de <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3994/1/Tese%20-%20Raquel%20Faria%20-2010.pdf>
- Fortin, M. (1999). *O Processo de Investigação: Da Concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Fortin, M. (2009). *O processo de Investigação: Da Concepção à realização*. Lisboa: Lusociência.
- Fortin, M., Côté, J., Filion, F. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Loures: Lusodidacta
- GNR. (2014). *Dados sobre a Cooperação Técnico-Policial com os PALOP 2005-2013*. Base de Dados da DIPERI. Lisboa

- Inácio, C. (2010). *Políticas Públicas de segurança- novo paradigma*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Aveiro. Universidade de Aveiro.
- IPAD. (2004). *Programa Indicativo de Cooperação Portugal: Moçambique [2004-2006]*. Maputo: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Recuperado em 01 de junho de 2014 de http://cdn.rede-camoes.com/images/cooperacao/pic_mz_04_06_pt.pdf
- IPAD. (2006). *Linhas de Orientação para os Programas de Indicativos de Cooperação (PIC) 2007-2009*. Lisboa: MNE/IPAD/ Direção de Serviços de Planeamento Financeiro e Programação. Recuperado em 16 de junho de 2014 de <http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/linhas%20orientacao%20pic.pdf>
- IPAD. (2006). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Lisboa: IPAD e MNE. Recuperado em 08 de junho de 2014 de http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf
- IPAD (2007). *Programa Indicativo de Cooperação Portugal: Moçambique [2007-2009]*. Maputo: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento recuperado em 16 de junho de 2014 de http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Pic_Mozambique0709vf_.pdf
- IPAD. (2011). *A Cooperação Portuguesa 2005-2010*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Recuperado em 08 de junho de 2014 de http://www.plataformaongd.pt/conteudos/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Coopera%C3%A7ao_Portuguesa_2005-2010.pdf
- Machel, S. (1984). *O Poder Popular Garante a Legalidade*. Coleção Palavras de Ordem, 27, 01-34. Maputo: Edição do Partido Frelimo.
- Maquiavel, N. (2012). *O Príncipe*. Lisboa: Clássica Editora.
- Ministério da Administração Interna. (1994). Decreto-Lei n.º 139/94 de 23 de maio, *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 119, 2744-2745. Recuperado em 10 de julho de 2014 de <http://dre.pt/pdf1s/1994/05/119A00/27442745.pdf>
- Ministério da Cooperação e dos Negócios Estrangeiros. (1975). Decreto- Lei n.º 692/75 de 12 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 286, 1999-2002. Recuperado em 13 de junho de 2014 de http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/stories/acordos/mocambique_agc.pdf
- Ministério da Defesa Nacional. (2014). Portaria n.º 22/2014 de 31 de janeiro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 22, 804-839. Recuperado em 16 de junho de 2014 de

- http://www.academiamilitar.pt/images/ficheirosPDF/Regulamento_da_Academia_Militar_Portaria_22-2014_de_31jan_-_Reg_AM_2.pdf
- Ministério do Interior. (2001). Diploma Ministerial n.º 68/2001 de 2 de maio. *Boletim da República*, 1.ª Série, n.º 18, 84- (3) - 84- (6). Maputo: Imprensa Nacional.
- Ministério do Interior. (2003). Plano Estratégico da PRM- PEPRM para o Período 2003-2012: Vol 1. Maputo: Serviços Gráficos do MINT.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (1990). Decreto n.º 27/90 de 11 de julho. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 158, 2895-2896. Recuperado em 16 de junho de 2014 de <http://www.dre.pt/pdf1s/1990/07/15800/28952896.pdf>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (1990). Decreto n.º 37/90 de 5 de setembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 205, 3597-3599. Recuperado em 16 de junho de 2014 de http://cdn.rede-camoes.com/images/stories/acordos/mocambique_aceeicfq.pdf
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (1997). Decreto-Lei n.º 57/97 de 08 de outubro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 233, 5431-5432. Recuperado em 16 de junho de, 2014 de <http://www.dre.pt/pdf1s/1997/10/233A00/54315432.pdf>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2012). Decreto-Lei n.º 21/2012 de 30 de janeiro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 21, 506-510. Recuperado em 17 de julho de 2014 de <http://www.instituto-camoes.pt/decretos-lei/decretos-lei>
- Moleirinho, P. (2009). *Da Polícia de Proximidade ao Policiamento Orientado pelas Informações*. Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Pardal, L., e Lopes, E. (2011). *Métodos e técnicas de investigação social*. (2.ª Ed.). Porto: Areal Edições.
- Pelembe, A. (2006) *Contributos para a Segurança e Ordem Pública em Moçambique: o papel das comunidades no policiamento comunitário*. Trabalho Final do Curso de Direção e Estratégia Policial. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Pereira, E. (2013). *A instrumentalização Política da Informação*. *Revista Comunicação e Marketing*, 5 (1), 67-77.
- Presidência do Conselho de Ministros (2009) Decreto-Lei n.º 299/2009 de 14 de outubro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 149, 7708- 7731. Recuperado em 09 junho de 2014 de <http://dre.pt/pdf1s/2009/10/19900/0770807731.pdf>
- Presidência do Conselho de Ministros. (1999). Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/99 de 29 de abril de 1999. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 115, 2636- 2655.

- Recuperado em 13 de junho de 2014 de <http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/legislacao/res43-1999-secXXI.pdf>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2005). Resolução n.º 196/2005 de 22 de dezembro. *Diário da República*, 1.º Série-B, n.º 244, 7180-7201. Recuperado em 07 de junho de 2014 de, <http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/244B00/71807201.PDF>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2007). Decreto-Lei n.º 120/2007 de 27 de abril. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 82, 2606- 2609. Recuperado em 16 de junho de 2014 de <http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/legislacao/leioipad.pdf%20>
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, L. (2003). Da Natureza e Relevância do Pensamento Estratégico. Conferência proferida no lançamento da coleção “Clássicos do Pensamento Estratégico”. Recuperado em 6 de junho de 2014 de <http://www.centrodefilosofia.com/uploads/pdfs/philosophica/22/10.pdf>
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (2.ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SOP. (2013). *Estudo Prévio Sobre a Racionalização das Forças e Serviços de Segurança do MAI*. Torres Novas: s.e. Recuperado em 4 de julho de 2014 de <http://www.tsf.pt/Galerias/PDF/2013/03/Estudo%20Viabilidade%20Unificacao%20GNR%20PSP%20SEF.pdf>
- Sousa, F. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento/ CEPES.

Glossário

APOIO AO ORÇAMENTO: (geral e/ou setorial) canalização da ajuda para o orçamento de estado recetor, ou para o orçamento de um determinado ministério setorial, com vista ao apoio as estratégias nacionais de desenvolvimento. Este apoio visa aumentar o alinhamento da ajuda com as prioridades, sistemas e procedimentos dos países terceiros e apoio ao reforço das suas capacidades. (Camões, I.P., 2011).

CENTRO DE INATIVAÇÃO DE EXPLOSIVOS E SEGURANÇA EM SUBSOLO (CIESSS): um núcleo de direção e formação técnica da especialidade de deteção e inativação de engenhos explosivos e de segurança no subsolo. (art.º 45.º da LOPSP).

COMANDOS TERRITORIAL (CTER): Unidades da GNR responsáveis pelo cumprimento da Missão geral do GNR na área de responsabilidade que lhe for atribuída, na dependência direta do Comandante-Geral (n.º 1 do art.º 37.º da LOGNR).

COMANDOS TERRITORIAIS DE POLÍCIA: Unidades territoriais da PSP na dependência direta do diretor nacional que prosseguem as atribuições da PSP na respetiva área de responsabilidade. (n.º 1 do art.º 34.º da LOPSP).

COOPERAÇÃO DELEGADA: este novo enquadramento tem em vista facilitar a aplicação do código de conduta da Eu sobre a divisão de trabalho adotados em 15 de julho de 2007, em particular a concentração de doadores num número limitado de setores em cada país, traduzindo-se no processo de divisão do trabalho entre doadores e no quadro do alinhamento com as prioridades dos países parceiros. Através desta modalidade, um ou mais doadores podem delegar noutro a sua atuação em determinado setor do país recetor contribuindo financeiramente para esta intervenção. (Camões, I.P., 2011).

COOPERAÇÃO TÉCNICA: ajuda que visa a formação e capacitação de recursos humanos e o aumento das capacidades institucionais com vista à promoção do seu próprio desenvolvimento. Inclui quer donativos a nacionais dos países recetores para receber formação e educação no próprio país ou no estrangeiro, quer pagando consultores, peritos e pessoal similar bem com professores e administradores que se deslocam aos países recetores. (Camões, I.P., 2011).

CORPO DE INTERVENÇÃO (CI): constitui uma força de reserva da PSP à ordem do diretor nacional, especialmente preparada e destinada a ser utilizada em Ações de manutenção e reposição de ordem pública, Combate a situações de violência concertada, Colaboração com os comandos no patrulhamento, em condições a definir por despacho do diretor nacional. (art.º 42.º da LOPSP).

CORPO DE SEGURANÇA PESSOAL (CSP): uma força da PSP especialmente preparada e vocacionada para a segurança pessoal de altas entidades, Membros de órgãos de soberania, proteção policial de testemunhas ou outros cidadãos sujeitos a ameaça, no âmbito das atribuições da PSP. (art.º 44.º da LOPSP).

ESCOLA PRÁTICA DE POLÍCIA (EPP): estabelecimento de ensino policial da PSP, na dependência do diretor nacional, que tem por missão ministrar cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento e atualização de agentes e chefes, e de especialização para todo o pessoal da PSP. (art.º 51.º da LOPSP).

GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS (GOE): força de reserva da PSP, à ordem do diretor nacional, destinada, fundamentalmente, a combater situações de violência declarada, cuja resolução ultrapasse os meios normais de atuação. (art.º 43.º da LOPSP).

GRUPO OPERACIONAL CINOTÉCNICO (GOC): subunidade da PSP especialmente preparada e vocacionada para a aplicação de canídeos no quadro de competências da PSP. (art.º 46.º da LOPSP).

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, (GNR): força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa. (n.º 1 do art.º 1.º da LOGNR).

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA (ISCPSI): instituto policial de ensino superior universitário que tem por missão formar oficiais de Polícia, promover o seu aperfeiçoamento permanente e realizar, coordenar ou colaborar em projetos de investigação e desenvolvimento no domínio das ciências policiais. (art.º 50.º da LOPSP).

PERITOS E OUTRA ASSISTÊNCIA TÉCNICA: esta categoria envolve peritos, consultores, professores, académicos, investigadores, voluntários e às contribuições que vão para entidades públicas e privadas onde se se enviam peritos para os países em vias de desenvolvimento. (Camões, I.P., 2011).

POLÍCIA COSTEIRA, LACUSTRE E FLUVIAL (PCLF): Ramo da PRM que tem como função garantir a ordem, segurança públicas e conduzir atividades policiais no espaço marítimo, lacustre e fluvial. (art.º 24.º da LOPRM).

POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (PRM): serviço público, apartidário, de natureza militar integrado no ministério que superintende a área da ordem e segurança pública. (n.º 1 do art.º 1.º da LOPRM).

POLÍCIA DE FRONTEIRAS (PGF): Ramo da PRM responsável pela proteção e guarda da fronteira estadual, em coordenação com as demais Forças de Defesa e Segurança, combate a imigração ilegal, o contrabando, o tráfico de pessoas e de órgãos humanos, o tráfico de drogas e de mercadoria ao longo da fronteira estatal. (art.º 23.º da LOPRM).

POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (PIC): Ramo da PRM responsável por garantir as diligências que, nos termos da lei processual, se destinam a averiguar a existência de crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher provas no âmbito do processo. (art.º 16.º da LOPRM).

POLÍCIA DE ORDEM E SEGURANÇA PÚBLICA (PP): Ramo da PRM responsável pela atividade de direção e de preparação de técnicas e metodologias visando a prevenção da prática de crimes, contravenções e outros atos contrários à lei, segurança e tranquilidade públicas, (...). (n.º 1 do art.º 14.º da LOPRM).

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, (PSP): força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa (n.º 1 do art.º 1.º da LOPSP).

UNIDADE CANINA (UC): Unidade da PRM vocacionada, fundamentalmente, para participar em ações de garantia da ordem e segurança públicas que exijam a utilização de canídeos para o efeito de controlo de massas, deteção de explosivos, deteção de drogas, deteção de cadáveres em caso de acidentes e catástrofes e segurança fronteiriça nos aeroportos, portos, gares e outros terminais de passageiros e mercadoria. (art.º 30.º da LOPRM).

UNIDADE DE ACÇÃO FISCAL (UAF): Unidade da GNR especializada de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira cometida à Guarda (n.º 1 do art.º 41.º da LOGNR).

UNIDADE DE CAVALARIA: Unidade da PRM vocacionada, fundamentalmente para participar em ações de garantia da ordem e segurança públicas que exijam a utilização de cavalos, especialmente treinados para o efeito. (art.º 31.º da LOPRM).

UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO (UCC): Unidade da GNR responsável pelo cumprimento da missão da Guarda em toda a extensão da costa e no mar territorial, com competências específicas de vigilância, patrulhamento e interceção terrestre ou

marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas, competindo-lhe, ainda, gerir e operar o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), distribuído ao longo da orla marítima (n.º1 art.º 40º da LOGNR).

UNIDADE DE INTERVENÇÃO RAPIDA (UIR): Unidade da PRM preparada e destinada, fundamentalmente, para intervir em ações de manutenção e reposição da ordem pública, controlo de massas e combate em situações de violência concertada. (art.º 27.º da LOPRM).

UNIDADE DE OPERAÇÕES DE COMABATE AO TERRORISMO E RESGATE DE REFÉNS (GOE): Unidade da PRM preparada e destinada, fundamentalmente, para combater em situações de alto risco que ultrapassem os meios do policiamento clássico, combater o terrorismo e levar a cabo ações para o resgate de reféns. (art.º 29.º da LOPRM).

UNIDADE DE PROTEÇÃO DE ALTAS INDIVIDUALIDADES (UPAI): Unidade da PRM preparada e vocacionada para garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania do Estado e de altas individualidades nacionais e estrangeiras. (art.º 28.º da LOPRM).

UNIDADE ESPECIAL DE POLÍCIA (UEP): Unidade da PSP especialmente vocacionada para operações de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção tática em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades, inativação de explosivos e segurança em subsolo e aprontamento e projeção de forças para missões internacionais. (art.º 40.º da LOPSP).

UNIDADE NACIONAL DE TRÂNSITO (UNT): Unidade da GNR especializada, no âmbito da fiscalização ordenamento e disciplina do trânsito, responsável pela uniformização de procedimentos e pela formação contínua dos agentes. (n.º 1 do art.º 42.º da LOGNR).

UNIDADES DE OPERAÇÕES ESPECIAIS E DE RESERVA: conjunto de unidades da PRM vocacionadas para operações de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes tático-policiais que ultrapassam o âmbito do policiamento clássico, intervenção tática em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança dos membros dos órgãos e soberania e de altas individualidades, entre outras missões especiais. (art.º 25.º da LOPRM).

Apêndices

Apêndice A:

Solicitação da Entrevista às Entidades Portuguesas

Bom Dia,

Eu sou o Aspirante de Infantaria da GNR Adérito Arrone Fijamo e no âmbito dos Trabalhos de Fim de Curso da Academia Militar estou a desenvolver o Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema **A Cooperação Técnico Policial entre Portugal e Moçambique: O Papel da GNR na Formação da Polícia da República de Moçambique.**

Com o objetivo de recolher informação qualitativa sobre a dinâmica da Cooperação Técnico Policial entre a GNR e a PRM gostava que vossa excelência me concedesse uma entrevista.

Agradeço desde já o vosso contributo, que muito enriquece e prestigia o Trabalho, que servirá de ponte entre a Parte Teórica e a Parte Prática do Trabalho.

Deixo ao critério de vossa excelência a escolha do dia em que a entrevista poderá ter lugar.

PS: Envio em anexo o Guião da entrevista.

Sem mais de momento,

A. Arrone Fijamo
Aspirante de Infantaria

Apêndice B:
Solicitação da Entrevista às Entidades Moçambicanas

Bom Dia,

Eu sou o Subinspetor da Polícia Adérito Arrone Fijamo, afeto a Unidade de Proteção de Altas Individualidades- Sede, e neste momento estou a frequentar o Mestrado em Ciências Militares na Academia Militar em Portugal.

No âmbito dos Trabalhos de Fim de Curso da Academia Militar estou a desenvolver o Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema **A Cooperação Técnico Policial entre Portugal e Moçambique: O Papel da GNR na Formação da Polícia da República de Moçambique.**

Com o objetivo de recolher informação qualitativa sobre a dinâmica da Cooperação Técnico Policial entre a GNR e a PRM gostava que vossa excelência me concedesse uma entrevista.

Agradeço desde já o vosso contributo, que muito enriquece e prestigia o Trabalho, que servirá de ponte entre a Parte Teórica e a Parte Prática do Trabalho.


PS: Envio em anexo o Guião da Entrevista e a Credencial do MINT.

Sem mais de momento,

A. Arrone Fijamo
Subinspetor da Polícia

Apêndice C:

Credencial do MINT a Autorizar a Realização das Entrevistas




REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DO INTERIOR
COMANDO-GERAL DA POLÍCIA
DIRECÇÃO DE PESSOAL E FORMAÇÃO

CREDENCIAL

A Direcção de Pessoal e Formação do Comando-Geral da PRM confere a presente credencial ao membro da PRM de nome **Adérito Arrone Fijamo**, Aspirante à Oficial da Polícia, que se encontra a frequentar o mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, na Academia Militar da Guarda Nacional Republicana (GNR), em Portugal, a fim de proceder a recolha de recursos didáctico-pedagógicos e/ou bibliográficos, que lhe permitam elaborar a sua dissertação do final do curso.

Por ser verdade, passo-lhe a presente credencial que assino e autentico com o carimbo de tinta à óleo, em uso nesta Direcção.

Maputo,  de Julho de 2013
O Director
-Luís Manuel Jane Magueza-
(Comissário da Polícia)

Apêndice D:
Guião da Entrevista A



Nome:

Posto:

Função/ Cargo Desempenhado:

Local da Entrevista:

Data:

Utilização de Gravador? Sim: Não:

Correio eletrónico? Sim: Não:

1A.- Qual é o balanço que faz da CTP entre Portugal e Moçambique?

2A- Quais os aspetos que considera fracos e os que considera fortes na CTP entre Portugal e Moçambique?

3A- Como é justificada o ligeiro atraso da GNR em relação à PSP nas ações de Cooperação Técnico-Policia com a Polícia da República de Moçambique?

4A- Quais são as áreas de cooperação que considera prioritárias na CTP entre a GNR e a PRM?

5A- Quais são as potencialidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, tem para a formação da PRM?

6A- Quais são as vulnerabilidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, tem para a formação da PRM?

7A- Encontra na natureza militar da GNR, uma mais-valia, ou uma contrariedade, para a formação/ modelo da Polícia de Moçambique, tendo em conta os programas de formação e a organização geral da PRM? De que forma?

Apêndice E:

Guião da Entrevista B



Nome:

Posto:

Função/ Cargo Desempenhado:

Local da Entrevista:

Data:

Utilização de Gravador? Sim: Não:

Correio eletrónico? Sim: Não:

- 1B.- Qual é o balanço que faz da vossa experiência no âmbito da CTP entre Portugal e Moçambique?
- 2B- Quais os aspetos é que considera fracos e quais os que considera fortes da vossa experiência na CTP entre Portugal e Moçambique?
- 3B- Quais são as áreas de cooperação que considera prioritárias na CTP entre a GNR e a PRM?
- 4B- Quais são as potencialidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, pode ter para a formação da PRM?
- 5B- Quais são as vulnerabilidades que a GNR, enquanto força de segurança de natureza militar, pode ter para a formação da PRM?
- 6B- Encontra na natureza militar da GNR, uma mais-valia, ou uma contrariedade, para a formação/ modelo da Polícia de Moçambique, tendo em conta os programas de formação e a organização geral da PRM? De que forma?

Apêndice F:

Síntese das Respostas às Entrevistas ao Grupo I

Quadro n.º 8: Síntese das Respostas a Questão 1A:

E	Síntese das Respostas
E1	É sempre positivo ver oficiais da PRM a passar pelos bancos dos nossos estabelecimentos de ensino. A formação de elementos das forças congêneres é uma oportunidade para a GNR poder se mostrar ao mundo como uma força credível e capacitada e que Portugal através das FFSS continua a ajudar os países amigos.
E2	A cooperação tem sido um sucesso, como por exemplo possibilita que você esteja hoje a frequentar o curso na academia, e possibilitou que vários oficiais que tem hoje funções de comando e direção na PRM, alguns sejam hoje assessores do próprio ministro, e é para mim hoje uma satisfação ver toda a dinâmica da cooperação com Moçambique, A cooperação é hoje um programa estruturado e planeado com os próprios Moçambicanos, ou seja eu ia ao terreno nas minhas funções de diretor de serviços ou de oficial de ligação falava com a Direção do Comando Geral da PRM e elencávamos as necessidades para o ano seguinte, ou seja tínhamos sempre um planeamento atempado face as necessidades.
E3	A cooperação portuguesa com os PALOP é o principal eixo das relações externas de Portugal com as antigas colónias e com moçambique em concreto isto porque há um reconhecimento do grande aprendizado que foi a cooperação, uma vez que tivemos que adaptar os conteúdos formação à realidade moçambicana por forma a levar a cooperação ao encontro das necessidades elencadas por moçambique. Eu tenho a convicção de que o balanço da CTP deve ser feito pelas entidades Moçambicanas. Portugal é apenas um prestador de serviços, mas se os Moçambicanos quiseram que fossem os portugueses a executar o projeto da união europeia em detrimento das forças policiais é sinal de que moçambique reconhece a capacidade e a positividade que a cooperação portuguesa tem tido para o desenvolvimento, estruturação e modernização das forças de segurança moçambicanas.
E4	A CTP tem correspondido as expectativas criadas pelos dois Governos. Caso contrário os dois governos já teriam interrompido a continuação desse projeto e dos programas de formação. Estes programas têm tido resultados, que acreditamos serem concretos para a consolidação da PRM, atendendo que as necessidades de formação são estabelecidos e avaliados em função dos objetivos estratégicos do MINT e da PRM.
E5	O balanço que faço do projeto de cooperação entre Portugal e Moçambique é amplamente positivo pois permitiu-nos desenvolver e consolidar as relações entre os dois estados e a formar com qualidade os nossos quadros, em Moçambique e em Portugal.

Quadro n.º 9: Síntese das Respostas a Questão 2A (1/2)

E	Síntese das Respostas
E1	Dos aspetos que considero mais bons da cooperação com ao PALOP é o fato de podermos nos sentar a mesma mesa e falarmos a mesma língua, o que facilita muito a interação entre formadores e formandos sem necessidade de tradutores. Uma outra coisa é a vontade dos países em dar continuidade aos projetos de cooperação mas a crise económica que estamos todos a atravessar fez diminuir as atividades de cooperação no âmbito da formação.
E2	O ponto mais forte é sem dúvidas a vontade das pessoas, a forte ligação entre as várias Polícias portuguesas e a PRM e a vontade de cooperar que existe entre as pessoas. O elo mais fraco é o fato do planeamento não ser plurianuais, isto é, dadas as dificuldades financeiras que atravessamos hoje em dia e já atravessávamos a alguns anos atras, nunca foi possível planificar a mais do que um ano e isso deixa sempre uma incógnita, e deixa sempre a dificuldade de não conseguirmos fazer uma planificação integrada ao longo do tempo, que permita levar alguns projetos do princípio ao fim. Se no aconselhamento e formação, no fornecimento de material isso podia acontecer, noutro tipo de cooperação é muito complicado.
E3	Os pontos fortes e fracos resultam da dinâmica da cooperação e de alguns aspetos próprios da organização e posição institucional da PRM. Dos aspetos negativos, começo por citar o fato dos alunos só poderem, na maioria dos casos, ter aulas no período da manhã ou da tarde, o que levou que os conteúdos de formação fossem alguma das vezes comprimidos; as questões logísticas, nomeadamente na disponibilidade e fornecimento de material didático aos alunos e por fim, e acho que mais importante, a questão da falta de clareza sobre os procedimentos de recrutamento e seleção dos candidatos à frequência dos cursos e quanto ao aproveitamento desses recursos humanos depois da formação. O aspeto positivo é sem dúvidas, a questão da língua comum aliada a certa proximidade cultural entre os Moçambicanos e os Portugueses, que pode ser facilmente notada, por exemplo, no fato de em moçambique se ver a RTP e em Portugal passarem na televisão notícias de Moçambique.
E4	A atual crise financeira e os cortes nos investimentos nas forças de defesa e segurança têm implicações na capacidade de execução dos projetos de cooperação técnico policial, que naturalmente vai obrigar a um novo exercício que leve a uma nova capacidade de resposta de acordo com a situação que está sendo vivida. O intercâmbio entre a PRM e as forças de segurança portuguesas tem a grande vantagem de serem feitos na mesma língua, o português, o que ajuda a criar um ambiente de maior confiança entre as partes e é nessa ótica que o ministério continuará a apostar nas forças de segurança portuguesas, no quadro dos acordos celebrados entre os dois países com o propósito de apoiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento das nossas forças de segurança com o objetivo de contribuir para a segurança e a estabilidade interna de moçambique

Quadro n.º 9: Síntese das Respostas a Questão 2A (2/2)

E	Síntese das Respostas
E5	<p>O ponto forte deste projeto é o fato de falarmos todos a mesma língua que aliada a vontade e o empenho tanto dos formandos moçambicanos, tanto dos formadores portugueses possibilitou o sucesso deste projeto.</p> <p>O ponto que considero menos forte é o da componente logística e financeira que não possibilita que se executem todos os planos e projetos que planeamos para cada ano em função das nossas necessidades de formação.</p>

Quadro n.º 10: Síntese das Respostas a Questão 3A (1/2)

E	Síntese das Respostas
E1	<p>Antes de mais nada devemos questionar qual é o tipo de Polícia é a PRM e que modelo de Polícia é o melhor para Moçambique.</p> <p>A PSP iniciou os contatos com vista a dar formação à PRM movida por um desejo da direção da PRM. Acredito que a cooperação tenha sido iniciada não por uma questão de nome (Guarda ou Polícia) mas sim por uma questão de organização que a PRM pretendia vir a ser. Acredito que as lideranças da altura tiveram as suas razões para influenciar para que a cooperação fosse com a PSP, como exemplo digo-lhe que Por exemplo estiveram cá alguns Oficiais de Cabo verde, formados no ISCPSI que nunca tinham ouvido falar da Guarda e é normal que as pessoas se relacionem com as instituições que conhecem</p>
E2	<p>Em primeiro lugar não havia cooperação absolutamente nenhuma no domínio da cooperação técnico policial propriamente dita, o que havia antes eram meras missões de aconselhamento, visitas e afins;</p> <p>A Cooperação com os PALOP e em particular com Moçambique foi sempre uma cooperação, digamos que, demasiado bilateral, ou seja a GNR cooperava com os contactos que tinha, a PSP cooperava com os contactos e com as ligações pessoais que tinha, e o SEF idem, ou seja existia uma cooperação sem, nenhum chapéu, sem nenhuma coordenação do MAI.</p> <p>Quando a CTP começou a ser dirigida pelo MAI, a distribuição das áreas de intervenção pelas FFSS portuguesas foi feita tendo em considerando as tradições e as competências de cada uma das forças na colaboração que já vinham prestando, por exemplo se a GNR já vinha colaborando com angola na área da cavalaria, foi sugerido que continuassem na área da cavalaria, e o Transito passou a ser uma especialidade com que a GNR projetou-se internacionalmente, nomeadamente em Moçambique.</p>
E3	<p>Um dos aspetos que acredito que influenciou o certo atraso da GNR na formação das policias dos PALOP (refiro-me a formação de oficiais em Portugal), a par do que é feito pelo ISCPSI, tem a ver com o fato de a própria formação de oficiais da GNR na academia ter começado mais tarde que na PSP.</p> <p>Aliado a isto, esta o fato da GNR não ter uma escola própria para formar os seus oficiais e para abrir uma vaga para os PALOP tem que fazer acordos prévios com o Exército.</p>

Quadro n.º 70: Síntese das Respostas a Questão 3A (2/2)

E	Síntese das Respostas
E4	Nós já cooperamos com a PSP, nomeadamente com o ISCPSI, para formar oficiais da PRM desde os anos 1990 e só recentemente é que iniciamos a cooperação com a GNR. O que está por trás da nossa aposta também na GNR é que a PRM tem aprendido muito com as suas congéneres não só de Portugal mas também com outras Polícias do mundo. E nós apostamos na especialização, isto é, a GNR tem capacidades e especialidades que eram do interesse da PRM aprimorar, refiro-me ao caso do Trânsito por exemplo, e como a PSP não tinha essas especialidades apostamos na GNR.
E5	A decisão sobre quem vem dar formação, entre a PSP e a GNR, não é uma decisão que é tomada por nós enquanto ministério. De acordo com as nossas necessidades de formação tentamos conseguir supri-las através das ações de formação ministradas por nós ou através dos nossos parceiros de cooperação, que não são só os portugueses, e consoante disponibilidade e especialização dos parceiros estabelecemos protocolos de cooperação.

Quadro n.º 11: Síntese das Respostas a Questão 4A (1/2)

E	Síntese das Respostas
E1	<p>Se existe validade e importância na formação de uma força tipo guarda e formação militar numa força como a PRM eu digo que tem senão vejamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A GNR pode dar formação à PRM na área fiscal e aduaneira para combater o crime fiscal; - A área da proteção da Natureza e do Ambiente, é competência exclusiva da GNR em Portugal e com a grande biodiversidade em fauna e flora em Moçambique a GNR podia ser melhor utilizada para dar formação nessa área - A área do controlo costeiro cuja competência para fiscalização é da GNR - Fiscalização do trânsito rodoviário, nos grandes itinerários, nas grandes estradas, e nas zonas de maior sinistralidade rodoviária são da competência da GNR
E2	<p>Os projetos de cooperação técnico policial sempre tiveram uma estrutura de planificação e implementação muito bem organizada na DGAI e são um sucesso de implementação.</p> <p>A área de cooperação que devia ser prioritária é área da formação de recursos humanos aliada à alguma assessoria no âmbito da Organização e modernização da PRM. É fundamental aumentar os níveis de formação e organização na PRM</p>
E3	A nível de formação Portugal, através da GNR, tem capacidades mundialmente reconhecidas como é o caso do policiamento de proximidade. Um outro aspeto tem com a organização institucional da GNR que tem mais de 100 anos. Esta experiência de organização sólida e funcional pode ser passada à PRM através da formação e assessoria feita pela GNR
E4	Considerando que a PRM continua envolvida em processo organizacional e de crescimento, e levando em linha de conta que as linhas de Cooperação são tecidas pelas necessidades do crescimento das instituições, acredito que a GNR além de poder ministrar formação nas áreas em que é especialista pode apoiar na reestruturação e organização da PRM no sentido de tornar a organização mais funcional e moderna

Quadro n.º 11: Síntese das Respostas a Questão 4A (2/2)

E	Síntese das Respostas
E5	A PRM esta a atingir a sua fase de vida adulta, temos novos Oficiais formados pela ACIPOL, Sargentos e Guardas são formados anualmente pela EPP-Matalana. O nosso principal problema enquanto instituição é a questão da organização, descentralização e desburocratização da Polícia. A GNR já tem apoiado a reestruturação e reorganização da Polícia, e é por aí que acredito que deve ser o futuro deste projeto de cooperação.

Quadro n.º 12: Síntese das Respostas a Questão 5A

E	Síntese das Respostas
E1	A grande mais-valia da GNR é que pode dar formação nas mesmas áreas e condições que a PSP mas o inverso já não se verifica e há vontade em ambos lados para dar continuidade aos projetos de cooperação. Um outro aspeto importante é que a GNR consegue fazer a ponte entre a PSP, vocacionada para intervenções menos musculada, e as forças armadas que intervém em situações da guerra.
E2	A PRM é uma força de cariz militar, portanto, a GNR tem todas as características, tem toda a dinâmica, todas as potencialidades para apoiar a PRM. A GNR tem um nível de organização, um nível de experiência que lhe permite operar em qualquer cenário.
E3	Primeiro a GNR tem especialidades que em Portugal é perita n.º 1, refiro-me a área do trânsito, da Polícia de proteção costeira e a área fiscal. Moçambique podia aproveitar essas áreas em que a GNR é perita e explora-la mais. Segundo o cariz militar da GNR confere a cultura do rigor, da disciplina, do espírito de coesão e de missão que pode ajudar a formar em moçambique uma Polícia de brio e dedicação, que é o que os moçambicanos querem, forças de segurança que sirvam o povo e não se sirvam do povo.
E4	O fato da GNR ser uma força militar é uma grande vantagem porque a PRM é uma força Paramilitar e só por aqui já notamos semelhanças entre as duas forças. A característica militar tem a mais-valia dos Membros da PRM poderem ser empenhados em múltiplas funções, como atualmente acontece no centro do país onde temos da Polícia a trabalhar lado a lado com as Forças Armadas
E5	A grande vantagem da GNR por ser militar reside na semelhança com a PRM que é uma força paramilitar. A GNR pode através deste projeto, simultaneamente, dotar a PRM de capacidades para intervir como força militar, para conduzir ações conjuntas com as forças armadas, e para intervir como força policial, para participar nas ações de garantia da ordem e segurança públicas.

Quadro n.º 13: Síntese das Respostas a Questão 6A (1/2)

E	Síntese das Respostas
E1	Acredito que na instituição militar se cultivam os fortes valores, aprende-se a cultura do dever e incorpora-se o espírito de missão. Portanto a condição militar é uma mais-valia e não uma vulnerabilidade.
E2	Não, absolutamente nenhuma, antes pelo contrário a característica militar representa uma mais-valia

Quadro n.º 13: Síntese das Respostas a Questão 6A (2/2)

E	Síntese das Respostas
E3	Se uma pessoa, a par da formação policial simples, for inculcido os valores da sociedade, o sentimento de cumprir acima de tudo, de cumprir o juramento de servir os cidadãos, e tudo isso é ensinado na tropa, acredito que a formação da GNR serve de complemento a formação da Polícia Civil.
E4	O fato de ser militar não traz nenhuma vulnerabilidade antes pelo contrário, ajuda na formação de novos Polícias que já vem com metade da formação dada nas Forças Armadas
E5	A condição militar é só por si uma mais-valia. Como já disse, a PRM é uma força paramilitar e nós estabelecemos critérios de preferenciais de recrutamento para as nossas fileiras de indivíduos que tenham passado pelo serviço militar por acreditarmos que os valores, a disciplina e a organização militar são grandes mais-valias para a PRM

Quadro n.º 14: Síntese das Respostas a Questão 7A

E	Síntese das Respostas
E1	A PRM tem competências para a intervir em todo o território nacional moçambicano com populações o poder do estado se faz sentir muitas das vezes pela presença da força policial. Posto isto, temos primeiro que pensar do ponto de vista estratégico no sentido da PRM definir o que quer ser: uma Polícia Civil ou uma Polícia de cariz militar e depois questionar qual é o modelo da PRM e que modelo de Polícia é o melhor para Moçambique
E2	No caso concreto de Moçambique é uma mais-valia. Acho que o carater militar da GNR não tem nenhuma influência na formação dos quadros da PRM, porque os quadros de referência de formação são idênticos tanto na PSP como na GNR. O carater militar é mais um questão política e legislativa, ou seja é mais uma questão quanto ao enquadramento na política do país. Em termos de formação ser ou não ser militar é uma questão que não se levanta, o que realmente importa são os Referencias de Formação.
E3	Acho que a formação na GNR é sempre uma mais-valia, mas nem a GNR, nem a PSP, nunca vão poder influenciar o modelo nem a matriz de formação da PRM por que a PRM evolui e se adapta segundo as necessidades dos moçambicanos. Os modelos de formação e conteúdos das disciplinas são desenhados para responder as exigências dos moçambicanos.
E4	A natureza militar da GNR é sempre uma mais-valia para a formação dos Membros da PRM porque é como disse antes, estamos sempre a aprender com os outros. Mas o modelo de formação e os conteúdos a serem ministrados nos cursos são previamente estabelecidos pelo comando da PRM que detém o ónus de formar a Polícia de Moçambique. A GNR e a PSP apenas dão a formação dos conteúdos previamente estabelecidos pela direção de pessoal e formação da PRM
E5	A natureza militar não constitui uma contrariedade para o modelo de formação da PRM. A nossa Polícia tem origem no Departamento de Defesa e Segurança da FRELIMO, ou seja, a nossa origem é comum à das Forças Armadas, e o nosso modelo de organização também, muitos dos oficiais da PRM passaram pelo serviço militar e por isso consideramos a formação militar uma mais-valia.

Apêndice G:

Síntese das Respostas às Entrevistas ao Grupo II

Quadro n.º 15: Síntese das Respostas a Questão 1B (1/2)

E	Síntese das Respostas
E6	Foi uma experiência bastante gratificamente por duas ordens de grandeza. Primeiro a porque estava a participar numa ação que me deu muito gosto (formar elementos da uma força de segurança estrangeira) e segundo porque estávamos a contribuir para a solução de alguns problemas que existiam no país
E7	Sempre ficam coisas por fazer mas, em função das condições que me foram dadas, a experiência foi muito positiva e atendendo as circunstâncias e a aquilo que nos foi disponibilizado não houve aspetos negativos nenhuns, mas é claro que se houvesse mais condições, se tivéssemos estado mais tempo, se eu me tivesse deslocado a cada província, se tivesse visto o local de trabalho de cada um, teria sido melhor.
E8	O balanço foi a todos os títulos bastante positivo, quer ao nível profissional dado que estivemos a formar futuros Membros da PRM em número tão elevado (mais de 1200) permitiu-nos desenvolver uma serie de atividades dentro do contexto escolar e ao mesmo tempo permitiu-nos um enriquecimento pessoal, que foi bastante gratificamente. Ao nível profissional, tanto na vertente técnica foi muito positiva, e ao nível das relações interpessoais igualmente, foi de um enriquecimento enorme
E9	A minha experiência pessoal enquanto formador foi gratificante, as pessoas com que tive o prazer de trabalhar entre os dirigentes e formandos eram pessoas altamente motivadas e com vontade de aprender, alguns dos formandos já tinham tido formação em Portugal, nomeadamente no ISCPSI, e o universo era muito diversificado pois contávamos com formandos de todo o país.
E10	Em termos de experiência pessoal posso dizer que foi muito enriquecedora, não só a título pessoal mas também em termos profissionais. Apraz-me relevar, acima de tudo, o alto profissionalismo, sentido do dever e espírito de missão dos responsáveis da ACIPOL que comigo colaboraram, contudo, foi-me difícil perceber que tipo de modelo de Polícia ou de formação é a mais desejada pelos responsáveis da Polícia de Moçambique.
E11	É um experiência nova, tanto para nós formadores como para vos alunos onde duas culturas diferentes interagem estando os formadores e os formandos amplamente motivados para fazer o melhor que sabem e conseguem. Por outro lado, em relação aos horários praticados, os alunos tinham que se levantar muito cedo para executar trabalhos extracurriculares e quando chegavam as nossas aulas já estavam cansados e a capacidade de absorção das matérias não era a mesma.
E12	Em todos os aspetos o balanço foi positivo, conseguimos criar um vínculo muito forte com as pessoas que lá estavam, e a cooperação foi uma situação de <i>win-win</i> porque nós aprendemos com os moçambicanos e eles aprenderam connosco

Quadro n.º 15: Síntese das Respostas a Questão 1B (2/2)

E	Síntese das Respostas
E13	Não sei se posso fazer o balanço Não sei se posso fazer o balanço. Talvez dar uma informação sobre o curso, se foi interessante ou não. No cômputo geral, considero o curso bastante importante para as áreas operacionais.
E14	O balanço é bastante positivo uma vez que, para além de trazer uma mais-valia nas relações interinstitucionais GNR/PRM contribui para a elevação das capacidades técnicas e operacionais dos Membros da PRM no desempenho das suas tarefas de manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, conferindo lhes uma visão mais alargada no exercício das suas tarefas.
E15	O balanço que faço é extremamente positivo. Primeiro na ótica de formador julgo que é bastante gratificante nos apercebermos quando acaba o curso, que as pessoas estão extremamente agradecidas pela forma como foi conduzido o curso, pela forma como ficaram habilitados ou dotados de ferramentas que lhes possibilitassem ser melhores formadores e acima de tudo, pessoas com métodos mais eficazes para ministrar a formação, e julgo que neste campo todos elementos que frequentaram esses cursos ficaram mais formadores, no sentido estrito da palavra, isto é, ficaram formadores com F grande.
E16	A minha experiência enquanto formanda no CPOS foi muito positiva pois tive a oportunidade de ver e conhecer uma outra realidade e outras formas de trabalhar de uma força de segurança, nesse caso da GNR.
E17	A apreciação que faço é globalmente positiva, pois permitiu troca de relevantes experiências e o contacto com outra realidade que, nas áreas indicadas, não sendo muito distinta da realidade portuguesa, possui os seus aspetos diferenciadores
E18	O balanço que faço da cooperação com as forças de segurança de Portugal é positivo, adinâmica da cooperação, e a sua evolução pode-se considerar um caso de sucesso e seguramente uns dos aspetos positivos é que conseguimos dar formação de qualidade aos nossos efetivo tanto na ACIPOL como em Matalana.
E19	O balanço que faço da minha experiência enquanto formando do CPOS da GNR é bastante positivo.

Quadro n.º 16: Síntese das Respostas a Questão 2B (1/3)

E	Síntese das Respostas
E6	O ponto forte foi mesmo ter encontrado uma classe de futuros oficiais da PRM bastante motivada, predispostos a aprender e muito participativos nas aulas Ainda existe alguma carência de meios, cuja solução passa por um maior investimento na área da segurança rodoviária, uma das implicações que a falta de meios trouxe para a formação foi a não possibilidade de fazermos operações práticas com instrumentos como radares que os alunos só ficavam a conhecer no âmbito teórico.

Quadro n.º 16: Síntese das Respostas a Questão 2B (2/3)

E	Síntese das Respostas
E7	<p>Eu tive a felicidade nesse curso de ter representantes de todas as províncias de moçambique, Gente qualificada, alguns deles Diretores a nível Provincial com estudos superiores, alguns deles formados pelo ISCPsi, outros a fazer pós-graduações ou mestrados, e considero que este foi um dos aspetos positivos.</p> <p>Tenho pena que a Cooperação não tenha continuado, por que agora tinha-se programado fazer um “<i>follow up</i>” do que tinha acontecido, e eu continuar a ter o contacto direto com essas pessoas que tinham sido formadas uma vez que elas representavam todas as Províncias de Moçambique.</p>
E8	<p>Nesse ano 2005/2006 estivemos a dar formação ao XXº curso de Guardas da PRM no final do ano demos o Curso de Formação de Formadores por solicitação do Comando da Escola. O fato de falarmos a mesma língua criou alguma empatia entre nós e os formandos e possibilitou que o Comando da Escola nos fizesse o pedido para darmos o curso de formação de formadores. Um aspetos menos positivos prende-se com algumas dificuldades em conseguir materiais como manuais para dar aos alunos, esse material, alguma das vezes, tinha que vir de Portugal.</p>
E9	<p>Os aspeto positivo desta cooperação é o fato das pessoas estarem motivadas a aprender e o fato de termos alunos que já passaram por cá ajudou a fazer a ponte entre a realidade portuguesa e a realidade moçambicana.</p>
E10	<p>A formação académica de alguns oficiais da ACIPOL, tendo sido obtida em Portugal, na Academia Militar (AM) ou no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPsi), tornou mais fácil a cooperação entre as partes. As vulnerabilidades podem advir do facto de Moçambique estar muito longe de Portugal e não poder fomentar um sistema de formação contínua dos seus efetivos policiais.</p>
E11	<p>Muitas das vezes tínhamos que nos deparar com a exiguidade de meios, que constituía um grave embaraço a atividade de formação. O que mais valeu foi a vontade e o interesse dos alunos em assimilar o máximo de informação que nós ministrávamos, mas a exiguidade de meios dificultava a prática das instruções teóricas que seriam muito úteis aos formandos.</p>
E12	<p>O aspeto positivo foi a troca de informação entre as partes em relação as duas organizações no que refere as semelhanças e as diferenças entre elas.</p> <p>O aspeto negativo tem a ver com o défice de apoio logístico nomeadamente, na dificuldade de encontrar manuais próprios sobre a doutrina de policial de moçambique.</p>
E13	<p>Adquiri conhecimentos para o desempenho das funções inerentes a um Oficial Superior e aprofundamento de competências nas áreas de Comando, Direção ou Chefia e Estado-Maior</p>
E14	<p>Esta cooperação serve para superar as mágoas do passado e cimentar uma nova era e um novo percurso de vida que deve ser trilhado pelas partes, na elevação da consciência humana e reforço dos laços de amizade entre os povos dos dois países amigos. Esta cooperação coloca as duas partes numa situação de ganho-ganho.</p>

Quadro n.º 16: Síntese das Respostas a Questão 2B (3/3)

E	Síntese das Respostas
E15	No meio de tudo isto há sempre alguns constrangimentos. Alguns de ordem administrativa-logística que, eventualmente, decorrem do défice em termos de infraestruturas que na altura foram possíveis de serem fornecidas, nomeadamente no que diz respeito as salas de aulas, meios tecnológicos e até da própria deslocação dos formadores e dos alunos. O aspeto positivo, é como já disse, ver as pessoas estão extremamente agradecidas pela forma como foi conduzido o curso e não há maior alegria para um formador do que ser reconhecido pelos formandos.
E16	O aspeto mais positivo da minha participação no CPOS foi, em primeiro lugar a língua que facilitou a comunicação entre mim e os colegas da GNR e com os docentes do curso. Em segundo lugar o curso serviu para aproximar ainda mais as duas forças de segurança uma vez que possibilitou a troca de contatos e experiências entre nós. O aspeto menos positivo, é o fato de, por motivos financeiros, não se ter aberto mais de uma vaga para o curso, o que teria sido uma grande mais-valia para a PRM.
E17	A grande lacuna prende-se o a falta de <i>follow up</i> das formações que foram sendo ministradas, sobretudo se tivermos em linha de conta a complexidade de algumas matérias que foram ministradas neste curso de Direção.
E18	Um dos motivos de Cooperamos com Portugal, além das nossas ligações históricas, é o fato da língua ajudar na comunicação entre os formadores e os formandos e isto é positivo porque serve para mostrar que podemos ser parceiros de cooperação sem nos preocuparmos em ter de arranjar tradutores e outras coisas.
E19	A minha passagem pelo IESM surge no reforço das relações de cooperação entre a PRM e a GNR e considero que o curso foi uma grande mais-valia para mim individualmente, e para a PRM, como Instituição. Nos cursos ministrados em Moçambique acredito que deveria haver uma componente de acompanhamento dos formandos para se saber quais as dificuldades que eles sentem no posto de trabalho para que no curso seguinte esses aspetos fossem também abordados.

Quadro n.º 17: Síntese das Respostas a Questão 3B (1/3)

E	Síntese das Respostas
E6	As aulas que dei eram de fiscalização rodoviária. Os países tem hoje problemas da sinistralidade rodoviária que causa mortos e é importante dotar aos futuros oficiais de conhecimentos que os permitam reduzir essa sinistralidade e a comandar e posicionar os homens no âmbito das operações de fiscalização rodoviária A proteção da natureza devido a vasta biodiversidade em Moçambique devia ser uma das áreas prioritárias de cooperação com a GNR uma vez que a GNR é em Portugal a força especializada na matéria. As outras áreas que de certeza podem e devem ser a aposta são as áreas da Investigação Criminal, Ordem Pública, Trânsito e Segurança Rodoviária e das Fronteiras.

Quadro n.º 17: Síntese das Respostas a Questão 3B (2/3)

E	Síntese das Respostas
E7	<p>Penso que uma das áreas prioritárias de cooperação entre a GNR e a PRM é a área Logística, isto é, a criação e implementação de um sistema logístico na PRM. Uma vez que existe toda uma estrutura de armazéns, de controlo de munições, de controlo de material de funcionamento e material bélico propriamente dito, que não está a ser feita na plenitude muito pelas infraestruturas que o país ainda tem.</p> <p>Aquilo que eu acho fundamental fazer-se, era estruturar toda a logística da PRM, nos aspetos administrativo-logísticos incidindo especificamente no controlo de equipamentos e munições.</p>
E8	<p>Em função daquilo que eu vi n altura e desconhecendo a situação atual, mesmo que tenha evoluído muito (e acredito que sim) creio que a GNR poderia ter um papel extremamente importante ao nível da Investigação Criminal, especificamente na área da violência doméstica em todos os seus quadrantes, não só a violência doméstica pura como nós a conhecemos mas também em campos como na área da proteção das crianças e jovens.</p>
E9	<p>Daquilo que vi em moçambique, a cooperação podia se desenvolver em três áreas: administração e organização institucional, controlo de Fronteiras e o desenvolvimento da Ordem Pública.</p> <p>Também sou de opinião que na cooperação devia apostar na diversidade de matérias a ministrar na perspetiva de se aperfeiçoar de conhecimentos.</p>
E10	<p>Porque considero a GNR altamente especializada, as principais áreas de cooperação entre a GNR e PRM são: Legislação Rodoviária, Legislação Fiscal, SEPNA, Ordem Pública e a Cinotécnica.</p>
E11	<p>Devia-se apostar na organização e modernização da estrutura da PRM. Que na altura estava desatualizada para os padrões internacionais de uma força policial e igualmente há a necessidade de se apostar no ensino de técnicas de intervenção para refrear a aplicação excessiva da força, nas técnicas de fiscalização e segurança rodoviária.</p>
E12	<p>É necessária que a cooperação continue por que ainda há muito a fazer; considero que as áreas de intervenção prioritária de intervenção seria na área da organização nomeadamente na elaboração da doutrina de intervenção para as várias áreas em especial na área policial e na área de trânsito.</p> <p>Com a grande fronteira marítima e terrestre de moçambique, a GNR como é em Portugal a força especialista, podia contribuir com a formação na área fiscal e controlo de fronteiras terrestres e marítimas.</p>
E13	<p>Como eu disse anteriormente, eu beneficie-me de uma área de formação (CPOS) e considero que formação de oficiais é uma das áreas que deveria ser mais explorada por que bons oficiais formam bons sargentos que por sua vez irão formar bons Guardas.</p>
E14	<p>São várias, nomeadamente, formação da Polícia Costeira Moçambicana, para o controlo da pesca ilegal, tráfico de drogas e de pirataria marítima; formação de quadros na especialidade de trânsito, para o uso das TIC's no controlo da velocidade, viaturas roubadas, controlo de fuga ao pagamento das multas, formação da Polícia de Fronteira e melhoria de materiais e equipamentos de controlo fronteiriço modernos, só para citar alguns exemplos.</p>

Quadro n.º 17: Síntese das Respostas a Questão 3B (3/3)

E	Síntese das Respostas
E15	<p>Verificando-se debilidades ou áreas de intervenção específicas na PRM convém haver uma estratégia no que diz respeito aos cursos a formar, e eu julgo que há ali algumas componentes que importa desde já salvaguardar na PRM:</p> <p>Primeiro, sendo uma área que hoje é determinante, a área económica e a aérea financeira, (e eu sei que já foram ministrados alguns cursos nesse sentido), importa dar mais formação na área da gestão orçamental.</p> <p>Segundo, hoje em dia uma das maiores evoluções no âmbito das ciências jurídicas é a área do Direito do Ambiente e Moçambique é dos países mais ricos em termos de habitats naturais, espécies de fauna e flora, e julgo que a área da proteção da natureza deveria constituir uma aposta mais estratégica da PRM o Curso de Transito, julgo que também poderia ser uma boa aposta para a PRM em colaboração com a Guarda.</p>
E16	<p>No meu ponto de vista a CTP no campo da formação devia apostar na formação dos Membros da PRM nas especialidades em que a GNR é perita, isto é, nas áreas de trânsito e na área fiscal. Uma outra área que seria de grande importância é a o apoio na organização e estruturação dos cursos na ACIPOL para a formação de Oficiais e nos cursos da EPP-Matalana, para a formação de Sargentos e Guardas.</p>
E17	<p>As áreas onde a cooperação técnico-policial deverá incidir esforços são:</p> <p>Área/atividade operacional - Fiscalização rodoviária; Manutenção da Ordem Pública (integrando valências de tropas apeadas, a cavalo e canídeos); Policiamento de Proximidade; Investigação Criminal; Proteção Ambiental; Proteção e Socorro; Controlo Costeiro (considerando a Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial</p> <p>Área/atividade gestão de recursos – Gestão de Recursos Humanos; Gestão de Recursos Financeiros; Gestão de Recursos Materiais/logísticos; Sistemas e tecnologias de informação; Formação de dirigentes – Gestão estratégica; Qualidade e inovação.</p>
E18	<p>Portugal tem uma experiência de organização das instituições policiais e o que nós realmente precisamos é de reorganizar a PRM para que esta se ajuste aos padrões da modernidade e corresponda as expetativas dos cidadãos e dos próprios Polícias.</p>
E19	<p>A PRM já tem um número considerável de Quadros formados no país e no estrangeiro, nas mais diversas áreas do conhecimento. Acredito que o futuro do projeto da CTP deve passar pelo apoio à organização e modernização da PRM, isto é, nós temos Quadros novos que trabalham em uma instituição envelhecida.</p>

Quadro n.º 18: Síntese das Respostas a Questão 4B (1/3)

E	Síntese das Respostas
E6	<p>Há áreas que foram dadas GNR precisamente por ter essa natureza militar. Se Moçambique quiser preparar e empenhar uma força policial para operar no contexto das Nações Unidas, numa missão de manutenção ou de apoio a paz tem que ser uma força da natureza da GNR.</p> <p>A GNR é também preparada, a par da formação policial tradicional, para operar em ambientes onde não se justifica o emprego das forças armadas mas que também não se aconselha o emprego de uma Polícia Civil menos musculada.</p>

Quadro n.º 18: Síntese das Respostas a Questão 4B (2/3)

E	Síntese das Respostas
E7	No meu entendimento e daquilo que eu conheço de Moçambique, Moçambique é um país que precisava de ter forças mais descentralizadas e mais desconcentradas e a PRM devia adotar estilos de policiamento diferenciados para cidades, vilas, aldeias, etc.; o crime da cidade não é igual ao crime do campo, e deve haver uniformização de procedimentos e desconcentração da execução, e isso seria um contributo muito grande da GNR para PRM.
E8	Eu creio que o fato da GNR ter um cariz militar será sempre uma mais-valia porque para além da vertente policial como nós a conhecemos temos também a mais-valia do cariz militar que pode permitir a PRM trabalhar áreas de intervenção que a Polícia não tem capacidade e dotar a PRM de capacidades para intervir em situações em que a Polícia não pode intervir e a gravidade não justifica o emprego das Forças Armadas.
E9	Como força militar que é, a GNR tem um a grande capacidade que pode ser aproveitada pela PRM, isto é, conseguir intervir em casos de policiamento clássico e poder evoluir para intervenções que ultrapassem os meios clássicos de policiamento.
E10	É difícil ser imparcial na minha resposta uma vez que pertenço a uma força policial com estatuto militar, logo, a minha resposta vai no sentido de considerar que a natureza militar é uma mais-valia para a PRM devido à forte componente formação militar no campo da organização hierárquica.
E11	A verdade é esta, há uma condicionante que deve ser levada em consideração ao se firmarem os acordos de cooperação: a questão da cultura institucional umas das potencialidades da GNR é a organização hierárquica onde cada um sabe o seu papel e as suas tarefas e há o respetivo controle institucional.
E12	As potencialidades eu penso que são muitas, por que tem a ver com a experiência de longa data nas áreas policiais, trânsito e fiscal aliada a dupla valência que permite a GNR trabalhar como força Polícia Civil e como força de Polícia militar. A PRM procura se tornar uma força civil, mas sem deixar totalmente de lado a ligação que ainda tem com o Exército e nisso é igual à GNR.
E13	O Curso de Promoção à Oficial Superior, ao incluir conteúdos respeitantes às áreas de formação comuns e conjuntas dos Oficiais dos três Ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana dão uma valência especial a GNR na sua atuação como força de segurança.
E14	Na sua relação de cooperação com a PRM, a GNR tem várias potencialidades, entre as quais podemos destacar o apoio à PRM na organização de equipas para a sua representação nas missões de manutenção da paz da Força da União Africana, em colaboração com a Unidade de Intervenção Rápida.
E15	A GNR pode dotar a PRM de capacidades para operar em diversos tipos de ambientes, ou seja dotar a PRM de uma capacidade “camaleónica”, isto é a capacidade de mudar de Polícia para Militar se for preciso ou seja, a GNR tem a capacidade de conseguir lidar com o Exército nas áreas em que as atividades são comuns, como é o caso do policiamento terrestre, conseguir lidar com as autoridades marítimas que ao mesmo tempo são militares e autoridades civis.

Quadro n.º 18: Síntese das Respostas a Questão 4B (3/3)

E	Síntese das Respostas
E16	Enquanto força de segurança de natureza militar a GNR tem muitas potencialidades que podem ser aproveitadas pela PRM. Em primeiro lugar destaca-se a formação de Oficiais Superiores que é uma coisa que ainda não está implementada na PRM. Um outro aspeto tem a ver com o fato da PRM ter jurisdição em todo território moçambicano. A GNR tem experiência no patrulhamento de zonas rurais e das cidades o que podia ser aproveitado pela PRM para melhorar as técnicas de patrulhamento das nossas zonas rurais.
E17	Devido à sua natureza e polivalência, a Guarda Nacional Republicana enquanto Força de tipo <i>gendarmerie</i> , está institucionalmente posicionada entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança. Desempenha missões ao longo de todo o território nacional (responsável por 94% do território nacional e cerca de 56% do total da população), ao nível da costa e do mar territorial e no contexto internacional. Esta característica militar e a dupla dependência a ela associada tem permitido a GNR fazer parte de organizações internacionais de reconhecido valor e prestígio, intervindo com Unidades Constituídas de Polícia de forma isolada ou integrada na EUROGENDFOR, sob a alçada da ONU e da NATO.
E18	O policiamento das zonas urbanas é totalmente diferente do policiamento das grandes cidades e o policiamento das zonas rurais e periurbanas é competência da GNR e não da PSP, nós podíamos apreender com a GNR porque o nosso país não só cidades, o nosso Polícia patrulha desde as zonas mais recônditas de Cabo Delgado à Sommershield.
E19	A grande mais-valia da GNR é ser uma força militar onde a hierarquia, o respeito e a disciplina são bem visíveis e nós podíamos aproveitar isso para a PRM. Essa característica militar permite ainda a GNR operar tanto como Polícia Civil e como Polícia militar e nós em Moçambique também trabalhamos com as Forças Armadas

Quadro n.º 19: Síntese das Respostas a Questão 5B (1/3)

E	Síntese das Respostas
E6	Nenhuma e por uma razão muito simples. É que independentemente da natureza militar da GNR a nossa intervenção é 90% em atividades puramente policiais. Nós estamos à vontade para dar formação e atuar em áreas de Polícia Civil como para dar formação e atuar em áreas de Polícia Militar.
E7	A GNR que eu conheço onde estou a 30 anos, em termos da sua estrutura não me parece que tenha vulnerabilidades, as vulnerabilidades estão nas opções políticas em querer centralizar ou descentralizar mais o país no caso de Moçambique Não faz sentido para mim que um individuo que seja comandante da PRM em Lichinga, ou em Tete, ou em Chimoio, esteja a depender daquilo que se está a passar em Maputo para tomar decisões.
E8	Tal como disse, a vertente militar vem complementar a vertente Civil e não creio que seja uma desvantagem e antes pelo contrário constitui um valor acrescentado.
E9	Não se pode confundir Polícia Militar com força militar, a função policial de cariz militar é uma grande mais-valia e não uma vulnerabilidade.

Quadro n.º 19: Síntese das Respostas a Questão 5B (2/3)

E	Síntese das Respostas
E10	Não considero que existam vulnerabilidade, antes pelo contrário, é um ponto forte a favor da PRM ter oportunidade e condições de apostar numa formação de cariz militar para reforçar a parte da Polícia Civil.
E11	Muitas pessoas são adversas ao cariz militar por entenderem que a condição militar significa ser ríspido o que não é verdade, a condição militar nos obriga é a sermos exigentes e a sociedade já não entende assim tao bem as nossas exigências e preferem muito as Polícias civis. O cariz militar surge como organizador da instituição, onde cada um sabe o seu lugar e as suas tarefas.
E12	Tudo na vida tem as suas partes negativas, mas neste caso acredito que são mais as partes positivas que as negativas. A caraterística militar potencia a força, as regras e isto da mais capacidades de intervenção e credibilidade as suas forças.
E13	Eu fui formando na Escola da PSP e tive esta componente de formação da GNR e não consigo avançar com possíveis vulnerabilidades. A minha formação na PSP foi complementada pelo CPOS.
E14	Nós olhamos para a condição acima descrita com maior realismo e otimismo porque os valores da tropa da correspondem as expectativas do ponto de vista da defesa dos interesses da Nação em termos de segurança da segurança pública.
E15	Nem tudo são rosas. A GNR enquanto força de segurança de natureza militar tem também deveres que são decorrentes dessa obrigatoriedade da lei e isso pode surgir como uma vulnerabilidade Não sei como é na PRM, se tem sindicatos ou não; mas isso acaba por funcionar como uma debilidade da PRM o fato de ser militar e de se restringirem alguns direitos que têm os demais cidadãos civis.
E16	Não acredito que a condição militar traga alguma vulnerabilidade pois a PRM trabalha lado a lado com as Forças Armadas em muitas situações como é o caso da Polícia de Guarda Fronteiras que participa juntamente com o Exército na proteção da nossa fronteira terrestre e o caso da Unidade de Intervenção Rápida que atualmente esta a participar com as Forças Armadas nas escoltas a viaturas civis na zona centro.
E17	Dessa condição (natureza militar) não se vislumbram quaisquer vulnerabilidades, apenas potencialidades. Antevendo o desenho futuro da PRM constituída por quatro ramos, designadamente, a Polícia de Ordem e Segurança Pública, a Polícia de Investigação Criminal (PIC), a Polícia de Fronteiras, e uma Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial, associando tais factos à sua organização para-militarizada assente na liderança de um Comandante-geral (e não Diretor-geral), é fácil perceber as similitudes entre ambas as Forças (GNR e PRM). Considerando tais semelhanças vislumbra-se que a cooperação entre ambas as forças congêneres é geradora de sinergias e vantagens mútuas.
E18	Existem no mundo atualmente alguns países com o modelo de organização policial dual com forças policiais de cariz Civil muito ligeiras, vocacionadas essencialmente para as áreas urbanas e para o resto do território para questões de soberania, para questões em que é necessário uma força organizada e de cariz mais militar tem uma força tipo Gendarmaria. Aqui em Moçambique acredito que fator militar ajuda muito no campo da disciplina e nós como instituição ainda estamos muito ligados ao Exército.

Quadro n.º 19: Síntese das Respostas a Questão 5B (3/3)

E	Síntese das Respostas
E19	O cariz militar não representa nenhuma vulnerabilidade, antes pelo contrário, a PRM está em muitos aspetos ligada a cultura militar, como por exemplo o caso das honras e continências, da marcha entre outros.

Quadro n.º 20: Síntese das Respostas a Questão 6B (1/2)

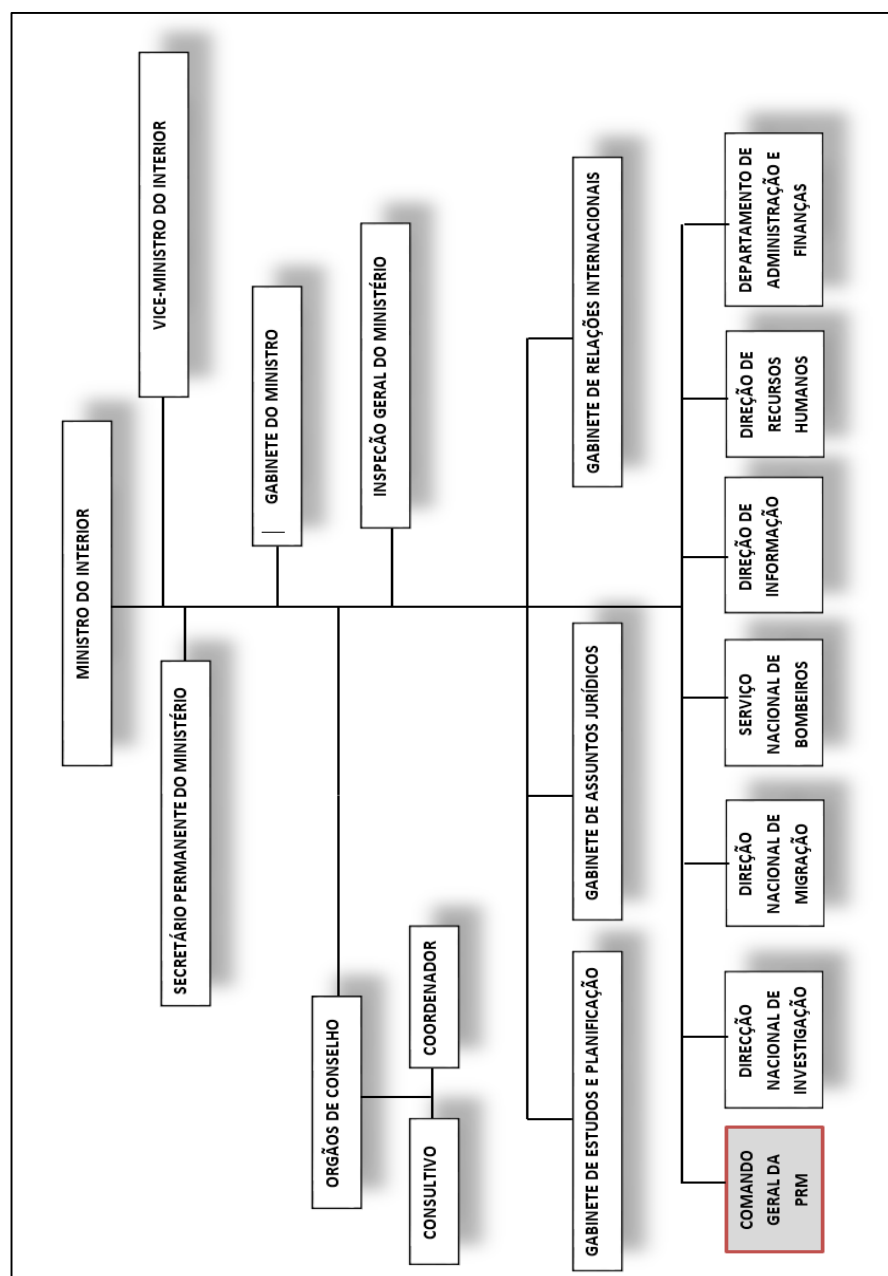
E	Síntese das Respostas
E6	Cada país procura encontrar o melhor modelo de Polícia e de segurança interna que ache conveniente. A necessidade de receber formação para uma intervenção mais musculada é ditada pela história de cada país. Acredito que moçambique não necessita de ter duas Polícias, uma Civil e outra Militar, mas há certamente somente mais-valias em receber formação da GNR devido a estreita ligação da PRM as Forças Armadas de Moçambique.
E7	Eu defendo a existência de um modelo dual de Polícia, deve haver forças com as duas características, ou seja, uma força policial menos musculada, mais relações públicas a Inglesa, e depois deve haver uma força mais musculada que faça a ponte entre o Exército e a Polícia para questões de coordenação interna entre as várias forças. A PRM podia ser dividida em duas partes, uma parte mais musculada- que seria uma Guarda Republicana- mais descentralizada, mais territorial. O fato do Estatuto da PRM a definir como uma Força Paramilitar constitui uma abertura para a criação de duas forças de segurança, uma Civil e outra militar.
E8	Em função da dispersão territorial que a GNR tem ao longo do país e a dispersão territorial que a PRM também tem em Moçambique, com uma ZA vastíssima, essa experiência poderá ser uma das formas que a GNR poderá também contribuir para a formação e modelo de Polícia de Moçambique. Uma coisa é estarmos concentrados em, grandes cidades e outra coisa é termos áreas de responsabilidades que passam por cidades, vilas e aldeias e capacidade que a GNR pode dar a PRM.
E9	As mais-valias que a GNR pode ter para a formação da PRM prende-se com as questões do policiamento de proximidade, onde a Polícia esta junto do cidadão mas também consegue manter a disciplina.
E10	No seguimento das respostas anteriores, tendo em conta a constante mutação das sociedades modernas e consequentemente, a perda de princípios e valores, a natureza militar da GNR pode influenciar a PRM pela disciplina, organização e espírito de missão que a caracteriza.
E11	Apesar da Polícia de Moçambique tender a aproximar-se mais à PSP e constituir-se como força civil, a base estrutural da PRM, os conteúdos de formação é a organização são de cariz militar. Considero que a PRM deve manter a característica dual para poder fazer a transição de Polícia Civil para Polícia Militar, mas musculada sempre que as circunstâncias o exigirem e é por aí que a GNR pode influenciar o modelo de formação da PRM.

Quadro n.º 20: Síntese das Respostas a Questão 6B (2/2)

E	Síntese das Respostas
E12	A organização da PRM tem estado a evoluir e aproxima-se de um ponto que considero ótimo. A GNR consegue de certo modo colaborar nessa evolução, contudo, não é a GNR nem a PSP que vão fazer a PRM mas sim a própria PRM é que vai trilhar o seu rumo consoante as suas necessidades e vai ajustar os programas de formação a essas necessidades.
E13	Olha a minha experiência é o exemplo claro da mais-valia da formação que a GNR pode proporcionar aos Membros da PRM, isto é, adquirir conhecimentos importantes que não tive oportunidade de apreender na PSP ou seja já tenho uma formação completa própria de uma força policial como é a nossa.
E14	A Polícia portuguesa, no geral, tem uma experiência de quase 40 anos no exercício democrático, enquanto a PRM tem apenas a metade daquele período. PRM tem muito que buscar de várias Polícias do mundo, incluindo à GNR, para ir ganhando o aperfeiçoamento constante, permanente e desejável do seu modelo funcional, tendo em conta a dinâmica social imposta em cada momento e os nossos parceiros de cooperação. Os países amigos têm uma <i>quota-parte</i> importantíssima no incremento da cultura organizacional da nossa Polícia.
E15	Daquilo que me fui apercebendo enquanto formador em Moçambique é que a PRM ainda tem muitas ligações as Forças Armadas e nesse aspeto julgo que a PRM tem muito mais a beber com a GNR do que com a PSP. Outro aspeto de que me apercebi, é esta questão depende muito de pessoas, e as vezes forçam-se relações não no aspeto de papeis, de estratégias, definições e caminhos, mas sim pelas afinidades das relações pessoais, ou seja, se ao nível das chefias houver uma relação mais aberta, mas fiel e mais constante com uma determinada força, naturalmente as relações de cooperação serão direcionadas para aquela força.
E16	A formação dos Membros da PRM é da responsabilidade do Estado Moçambicano que com a ajuda dos seus parceiros de cooperação faz o desenho dos planos e dos conteúdos de formação a serem ministrados aos Membros da PRM. Esses conteúdos de formação são desenhados de acordo com os padrões internacionais de formação de forças policiais e ajustados as necessidades da PRM. Com isto quero dizer que a cooperação com a GNR é uma mais-valia na formação da PRM pois alia duas necessidades básicas da PRM: manter o contato com as forças armadas e ao mesmo tempo poder trabalhar como força de segurança pública.
E17	A natureza militar da GNR constitui uma solida mais-valia. A natureza militar alia a doutrina (militar) com o firme comprometimento com os valores e condutas militares. Ambas as vertentes associadas, possibilitam uma sólida formação aos militares da GNR, conferindo-lhes as ferramentas e conhecimento necessários ao desempenho das missões institucionais
E18	Se existe validade e importância na formação militar numa força como a PRM eu digo que tem porque o nosso modelo de formação e de organização é de base militar, por aí acredito na mais-valia da GNR em dar formação à nossa Polícia.
E19	O cariz militar representa uma mais-valia para a formação da PRM, uma vez que a PRM está ainda ligada as Forças Armadas, aliás, com a recente LOPRM, o seu caráter paramilitar foi mantido por se entender que a formação militar é uma mais-valia para uma Polícia como a nossa.

Apêndice H:

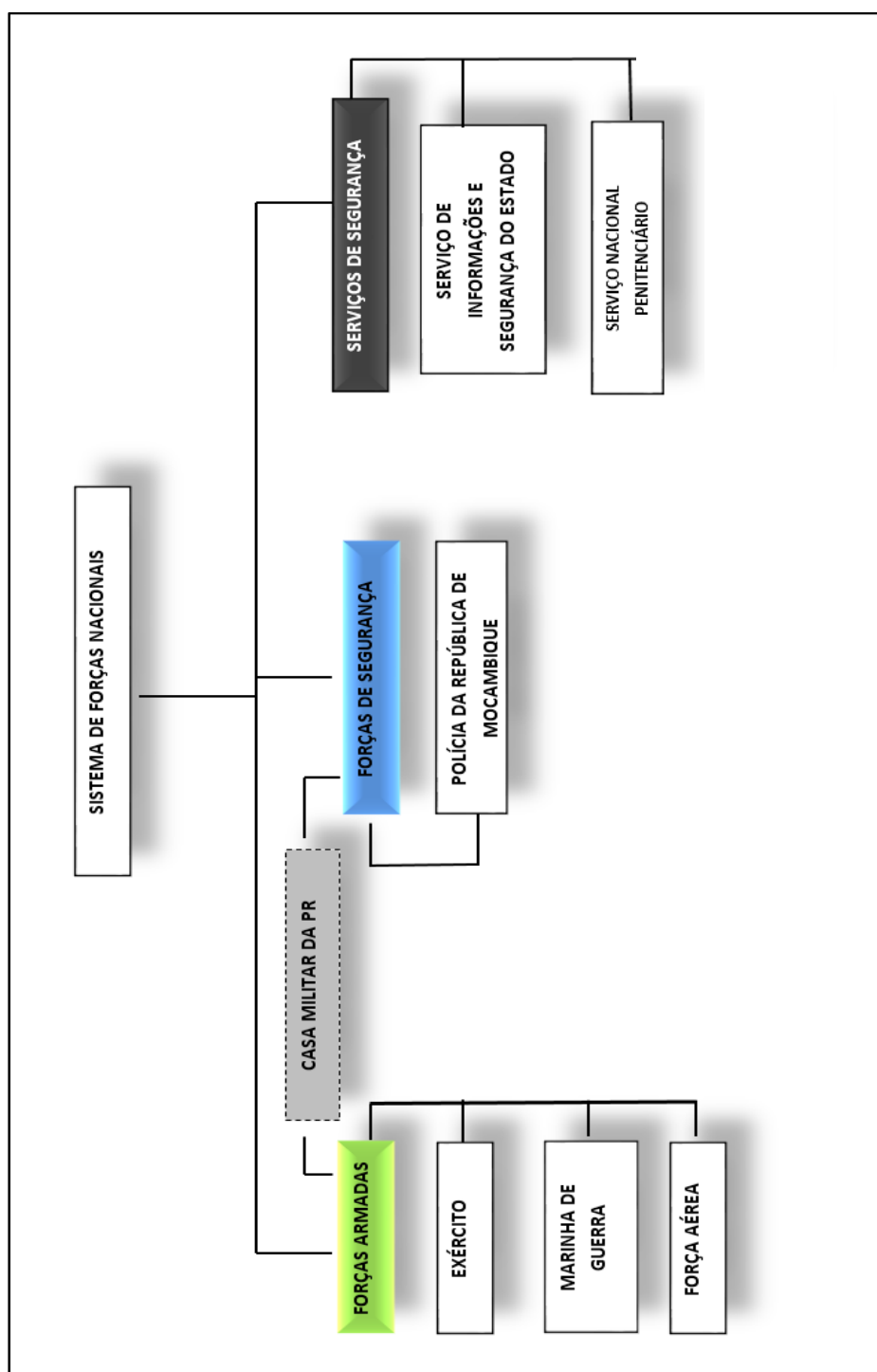
Organigrama do Ministério do Interior de Moçambique



Fonte: Adaptado de Ministério do Interior (2001)

Apêndice I:

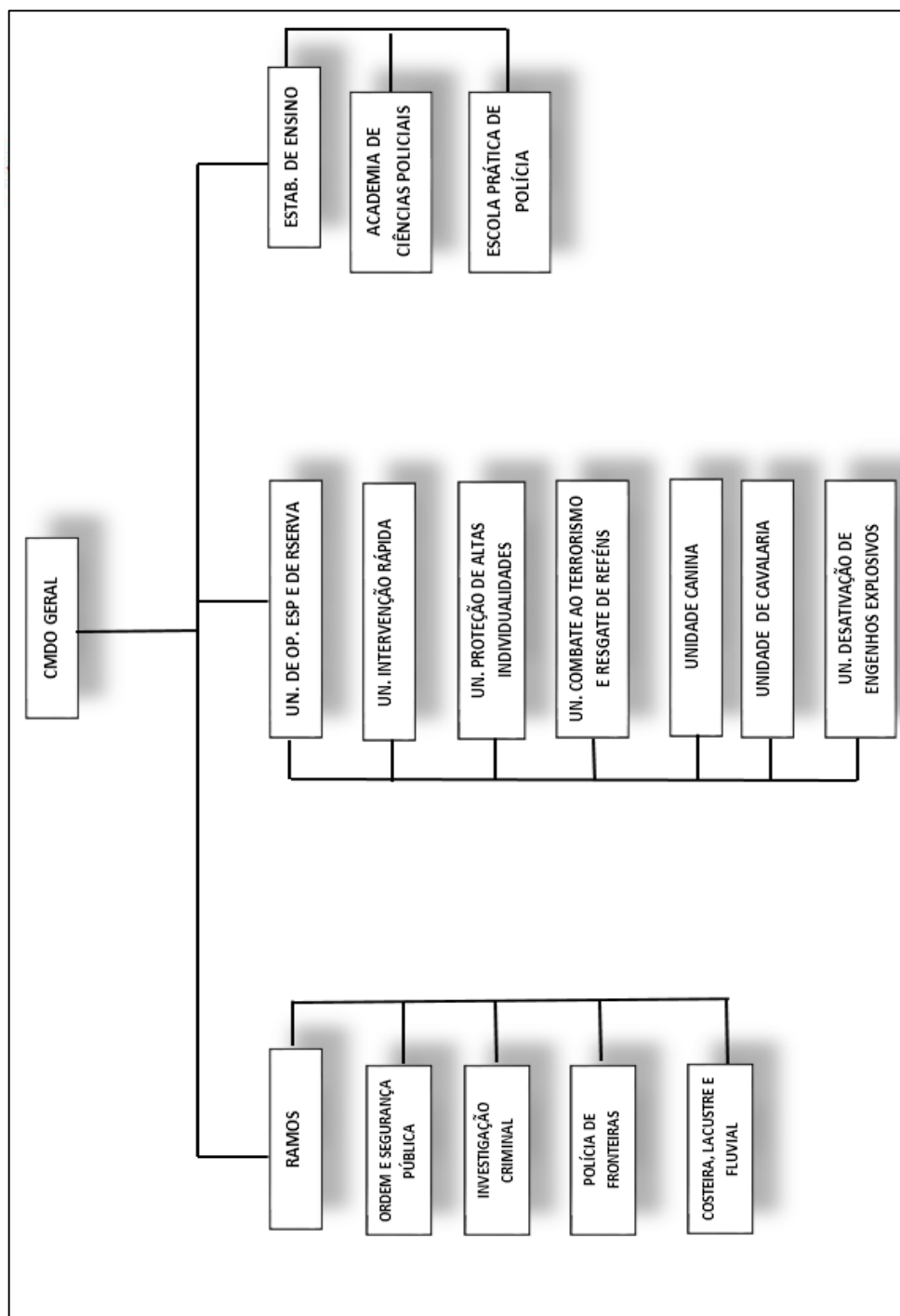
As Forças e os Serviços de Segurança da República de Moçambique



Fonte: Adaptado de Assembleia da República (1997)

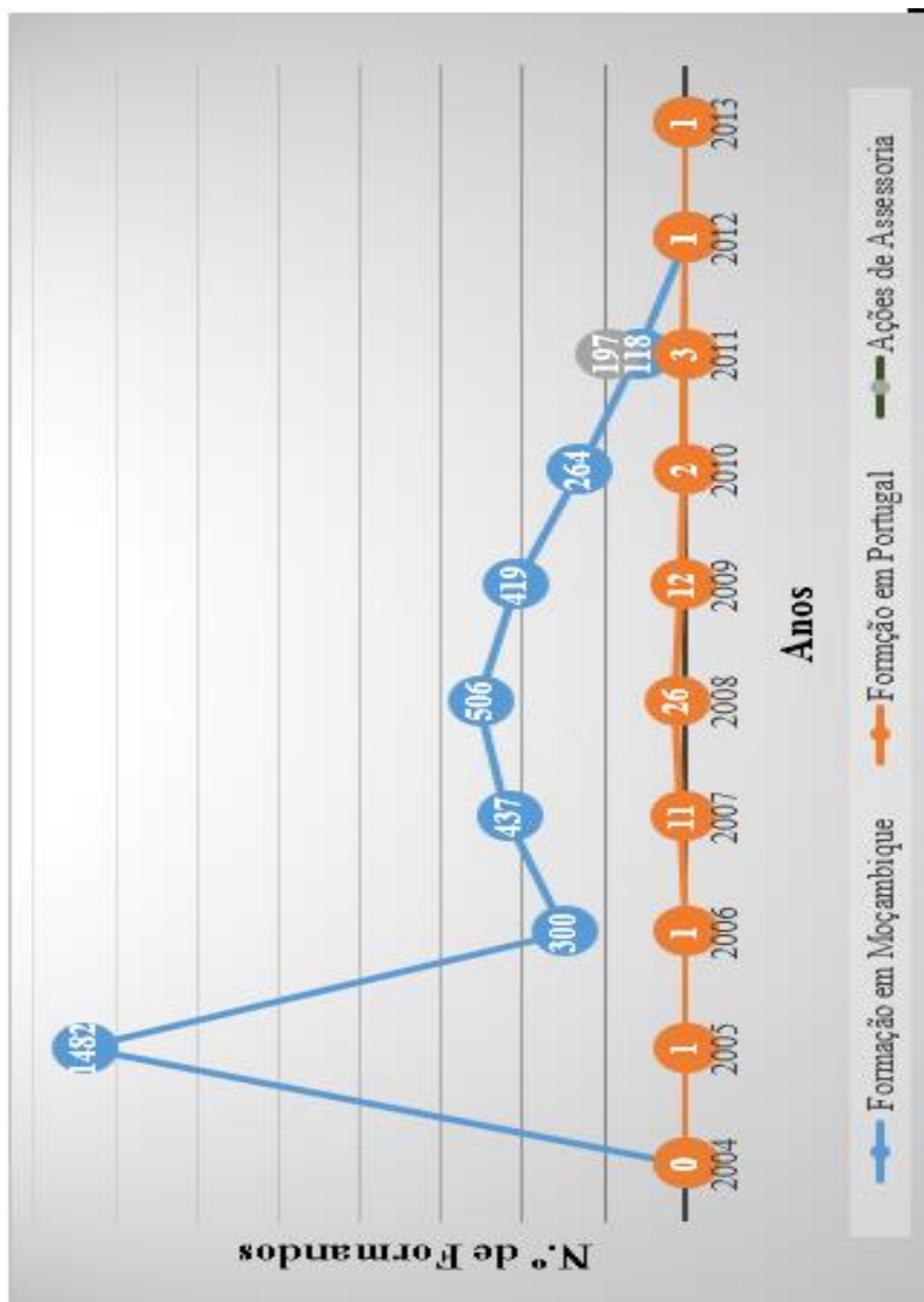
Apêndice J:

Organograma da Polícia da República de Moçambique



Fonte: Adaptado de Assembleia da República (2013)

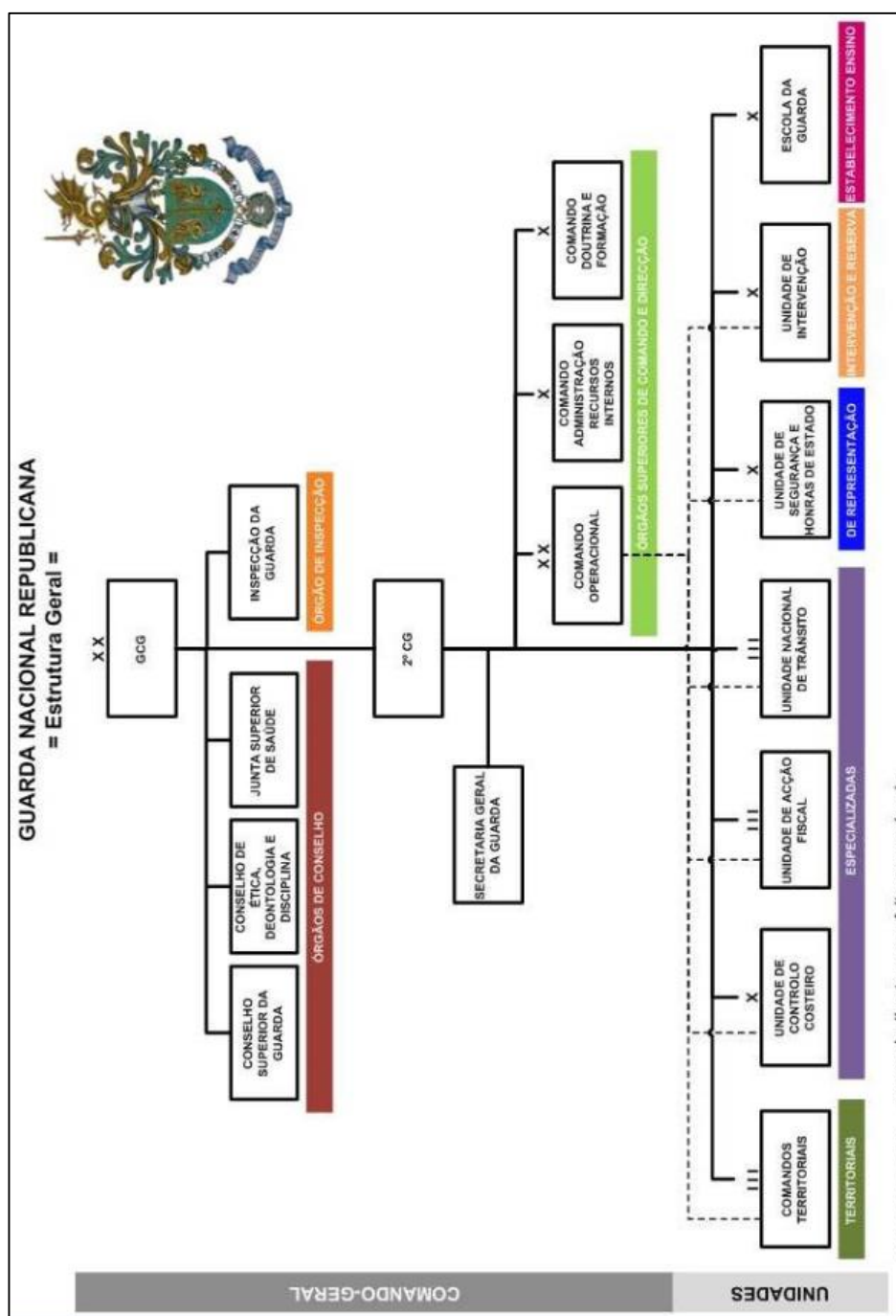
Apêndice K:
Evolução do Numero de Membros da PRM formados pela GNR



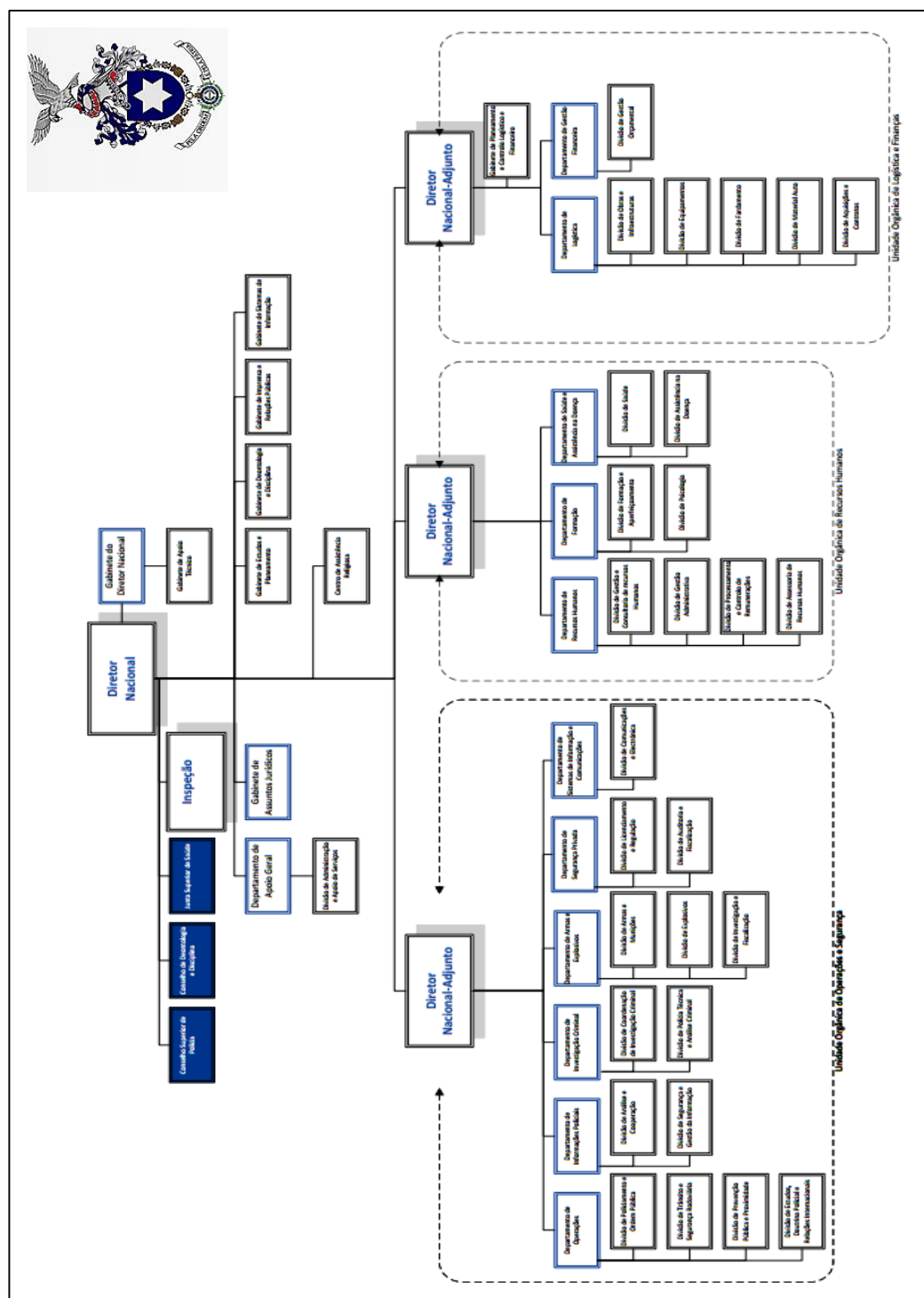
Anexos

Anexo A:

Organigrama da Guarda Nacional Republicana Portuguesa



Fonte: <http://www.operacional.pt/a-nova-organica-da-gnr/>



Fonte: <http://www.psp.pt/Pages/apsp/quemsomos.aspx>

Anexo C:
Localização da República de Moçambique no Mapa do Mundo



Fonte: <http://www.missaoafrica.org.br/sobre-mocambique/>

Anexo D:

Mapa Administrativo da República de Moçambique



Fonte: <http://www.africa-turismo.com/imagens/mapa-mocambique.jpg>

Anexo E:

Número de Oficiais da PRM formados pela PSP no ISCPSI (1988-2012)

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA Formação Académica de Oficiais 1988-2012 (Mestrado integrado – 5 anos letivos)					
País	Total vagas	Concluídos		Esforço Financeiro* €	
		Homens	Mulheres	Total	
Angola	74	41	4	45	
Cabo Verde	32	23	-	23	
Guiné-Bissau	3	-	-	-	
Moçambique	47	20	3	23	25.344.000,00
São Tomé P.	21	8	-	8	
Timor-Leste	1	-	-	-	
TOTAL	178	92	7	99	

Fonte: DGAI (2013)